

cadernos do

terceiro mundo

Exclusivo:
revelações de Torrijos

Nov./dezembro • 1980 • Esc. 60\$00 • MT 60,00 • PG 60\$00 • CV 60,00 • Cr\$ 80,00 • Ano III • nº 29

MANAUS, SANTARÉM, RIO BRANCO, TERNATEIRA, FORTALEZA, MACAPÁ, PORTO VELHO • Cr\$ 100,00



quem tem
medo de
reagan?

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

Nesta edição

4 Cartas

6 *Editorial* — Reagan, ou as ilusões perigosas

Matéria de Capa: Quem tem medo de Reagan?

10 Eleições norte-americanas: conservadorismo sem amanhã,
Beatriz Bissio

21 Repercussões no mundo

América Latina

24 **Brasil:** “Nem paternalismos, nem hegemonias”, *Clóvis Sena*

28 **Panamá:** Torrijos: “a revolução nicaraguense é um exemplo”,
Neiva Moreira

39 **Jamaica:** Depois das eleições, a caça às bruxas, *Ben Brodie*

44 **Belize:** O direito à independência, *J. Kappa*

48 Panorama Tricontinental

África

58 **Quênia:** A crise do modelo multinacional, *Gabriel Omotozo*

Ásia

62 **Turquia:** Um golpe pró-ocidental, *Mohamed Salem*

Comunicação

66 Morreu Genaro Carnero Checca

67 Seminário em São Paulo
Comunicação Popular

Ciência e Tecnologia

68 Pesticidas: proibidos nos EUA e exportados para o Terceiro
Mundo

Economia

70 Capitalismo Internacional: a busca de novas fórmulas,
Ladislau Dowbor

Cultura

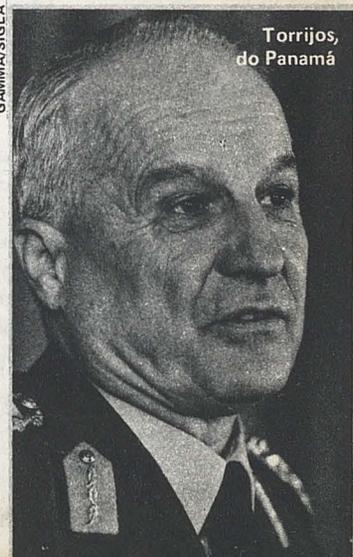
74 Los Olimareños: a canção que fica é que vale, *Roberto Remo*

Especial

79 **Cuba:** A difícil tarefa de contentar a todos, *Eric Nepomuceno*



General Evren, da Turquia



Torrijos,
do Panamá

GAMMA/SIGLA

GAMMA/SIGLA

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro • Juan Somavia • Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança • Wilfred Burchett

N.º 29 Edições em português

▲ **BRASIL**
Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes
Clóvis Sêna (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 - CEP 05.033

Arte
David Gomes Araujo (Editor)
Maria Nakano

Revisão
José Gondim

Publicidade
Jesús Antunes

Circulação
Mauro Fernandes de Souza

Documentação e Arquivo
Cláudia Guimarães

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Lapa, 180
(sobrelajeira "A") Tel. 242-1957

CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ) —
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291 —
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32 —
Inscrição Estadual n.º 81.341.400

Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
Protocolo n.º 008915

Composição: SERTHEL Editora Ltda.
Rua da Lapa, 180 — 506/507

Impressão: Brasgral Ltda.

PREÇO DO EXEMPLAR: Cr\$ 80,00.

Assinatura anual: Cr\$ 900,00

▲ **ANGOLA • CABO VERDE •**

GUINÉ BISSAU • MOÇAMBIQUE •

PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor

A. L. Campos

Administração

Ernesto Pádua

Redação

Baptista da Silva

Carlos Pinto Santos

João Escadinha

tricontinental editora ltda.

Calçada do Combro, 10/1.º

telefone 32 06 50 — Lisboa • 1200

Representações

Angola

Luis Henrique — Caixa Postal 3593 — Luanda

Moçambique

Etevaldo Hipólito

Rua da Kongwa, 153 — Maputo

Edições em espanhol N.º 41

Editor
Roberto Remo

▲ **MEXICO • AMÉRICA CENTRAL •**
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c. —

calle California 98A - Coyoacán

México 21 DF - Teléfono 689-1740

Correspondência: Apartado Postal, 20 572 —
México, 20, DF.

▲ **BOLÍVIA • CHILE • COLÔMBIA •**
EQUADOR • PERU e VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y

Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru — Teléfono 724-712

Edição em inglês N.º 7

▲ **ESTADOS UNIDOS • CANADÁ •**
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Befrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das

seguintes agências: **ANGOP** (Angola),

AIM (Moçambique), **INA** (Irão), **IPS** (Inter

Press Service), **SHIHATA** (Tanzânia), **WAFSA**

(Palestina), e do pool de agências dos Países Não

Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com

as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro**

(Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal

Daily News, de Dar-Es-Salaam

(Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina

— Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize

— Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá

— Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica

— Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador

— Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia

— França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau

— Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia

— Irã — Iraque — Iugoslávia — Jamaica — Japão

— Kuwait — Líbano — México — Moçambique

— Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Peru

— Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana

— Saara — São Tomé e Príncipe — Seychelles

— Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname

— Santa Luzia — Tailândia — Trindade e Tobago

— Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietnã

— Zâmbia — Zimbábue.

Publicações destinadas a informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BE-

LIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLI-

VIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288,

La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

CANADA: Third World Books and Crafts, 748

Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book

Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÔMBIA:**

Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13,

Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo,

Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:**

Distribuidora Sur, Dardignac 306 Santiago.

EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y

Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones,

Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo

Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL**

SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera

Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote,

Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNI-**

DOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage

Ave., Chicago, Illinois — New World Resource

Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Li-

brería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New

York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100

Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del

Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Pa-

pyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.

New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Book-

store, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA

94110 — Book Center, 518 Valencia St., San

Francisco, CA — Red and Black, 4736 University

Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D.

Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:**

Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugai-

se, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ BRETA-**

NHA: Latin American Book Shop, 29 Islington

Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departa-

mento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Con-

selho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenæum

Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDU-**

RAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes",

Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa.

ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/

60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41. Roma

— Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola,

Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bian-

chi Vecchi, 45 Roma. **MEXICO:** Unión de Expen-

dedores y Voceadores de Periódico, Humbolt No.

47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Pu-

blicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México

12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pe-

sado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana

de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livra-

rias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do

Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo.

NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto

Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas

No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. **PA-**

NAMA: Librería Cultural Parameña, S.A., Ave Es-

paña 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runam-

ka, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Dijornal,

Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **POR-**

TU RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín

Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento

Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río

Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICA-**

NA: Centro de Estudios de la Educación, Juan

Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — **DESVI-**

NE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **RE-**

PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther

Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. **S.**

TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e

Cultura Popular. **SUECIA:** Wenngren-Williams

AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publica-

ciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte.

Brion, Caracas.

King Kong ou cowboy, um símbolo americano

“Quem tem medo de Reagan” é a principal chamada de capa desta edição. À primeira vista, um King Kong é o novo presidente dos Estados Unidos. Mas, na realidade, não é bem assim: ele apenas simboliza o desejo norte-americano de retomar, com um projeto militarista, a hegemonia mundial. E isso é, sem dúvida, um sério motivo de preocupação, principalmente para o Terceiro Mundo, onde o imperialismo sempre atua com mais vigor. Mas como fazer voltar a roda da História? A imagem de Reagan, suas enormes botas, chapéu de vaqueiro, revólver na cinta é, talvez, um sinal de intimidação. Mas a ameaça nunca foi nem será a resposta adequada para os problemas mundiais e muito menos para a solução da crise norte-americana. A partir desse raciocínio procuramos montar uma matéria analisando a correlação de forças no mundo de hoje e até que ponto a política de Reagan poderá desequilibrar o quadro atual e afetar o avanço dos movimentos de libertação. Foi um trabalho meticuloso coordenado por Beatriz Bissio, que assina a matéria principal sobre o assunto. Dedicamos também o editorial às eleições americanas, pela importância do acontecimento.

A duvidosa derrota eleitoral de Manley na Jamaica, o movimento internacional a favor da independência de Belize, a crise do modelo multinacional do Quênia e uma entrevista exclusiva com o chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro sobre as atuais relações Brasil-África dão uma visão dos principais acontecimentos e políticas que envolvem países do Terceiro Mundo neste final de ano.

No entanto, duas outras reportagens merecem destaque especial nesta edição: uma entrevista exclusiva feita com Torrijos no Rio de Janeiro e uma visão crítica de Eric Nepomuceno sobre a vida do povo cubano 21 anos após a Revolução – um dos capítulos de seu livro *Cuba: Anotações sobre uma Revolução*, que será lançado brevemente no Brasil e no México.

A conversa de Torrijos com Neiva Moreira, em um hotel de Copacabana, foi marcada por interessantes revelações sobre a vitória sandinista na Nicarágua: ele contou em detalhes os seus contatos com os líderes nicaraguenses e com os presidentes da Costa Rica, Venezuela e Estados Unidos no auge da guerra. Uma entrevista reveladora até mesmo do ponto de vista pessoal, familiar: um de seus filhos deixou o Panamá e se juntou aos guerrilheiros sandinistas para orgulho do pai.

(..) Já está claro que não haverá negociações EUA/Irã sobre os reféns americanos. Principalmente agora, com a vitória de Reagan. O objetivo americano é derrubar Khomeini e não derrubar Sadam Hussein. Portanto, os Estados Unidos vão ajudar o Iraque e não o Irã. Provavelmente haverá uma aproximação do Irã com a União Soviética. E esse será o quadro da guerra, até que Hussein seja derrubado. *Luís Claudio Pinheiro, Brasília, Brasil.*

(..) O Partido Socialista de Honduras quer também denunciar que, desde o dia 2 de março do ano passado, estão presos sem motivos justificados, os companheiros Edwin Salomón Cañas, Antonio Castro, Rigoberto Gutiérrez, Hector Hernández, Oscar Enamorado e Amilcar Espinoza, por ordem dos monopólios e dos capitalistas reacionários, que pretendem apresentá-los como delinquentes comuns, quando, na realidade, o único delito que cometeram foi o de defenderem os interesses da classe operária. *Marcos Virgílio Carias, Presidente do Partido Socialista, Tegucigalpa, Honduras.*

(..) Fiquei impressionado pela pontualidade com que recebi a revista durante um ano. Um "viva" daqui a todos quanto contribuíram para que o vosso serviço de expedição fosse tão sério e rápido. *João Damasceno Violante, Praia, Cabo Verde.*

Sou um jovem angolano de dezenove anos e gostaria de corresponder-me com jovens entre os dezesseis e vinte anos. *Mingo Marleya, C.P. 1875, Benguela, R.P. de Angola.*

(..) Tanto o companheiro Pablo Marcano como eu própria somos leitores assíduos dos **cadernos** e, durante a nossa prisão — por denunciar e combater a situação colonial em Porto Rico — a revista nos forneceu valiosos dados e informações sobre a dinâmica mundial dos dias de hoje. *Nydia Cuevas, Pennsylvania, Estados Unidos da América.*

Sou estudante de Direito e dedico-me ao estudo da evolução econômico-social-cultural do Terceiro

Mundo. Neste momento, devido ao reacionarismo que domina a comunicação social, minha documentação torna-se cada vez mais difícil. Assim, através de um intercâmbio de correspondência com outros leitores da nossa revista (..), poderia superar algumas das dificuldades que enfrento neste momento. Os interessados podem escrever em português, inglês ou espanhol. *David M. Almeida, Rua de Damão, 151, 3º Dtº, Matosinhos, Portugal.*

Todos cometemos erros e isso inclui os países socialistas e as organizações revolucionárias. Com sorte, aprenderão com os seus erros. Os **cadernos** poderiam ajudar com uma visão mais crítica das atividades esquerdistas. *Carol Mondale, Hayward, California, Estados Unidos da América.*

Com alegria tomei conhecimento de que os **cadernos** podem ser lidos em inglês. Meus melhores votos de êxito. Impressionou-me particularmente ver o nome de Cedric Belfrage entre os nomes da equipe. É uma personalidade que figura entre os grandes jornalistas de todo o Mundo. *Ray Davis, Los Angeles, Estados Unidos da América.*

Sou leitor da vossa revista praticamente desde que ela saiu aqui em Portugal. Reconheço como será difícil para vós, não dispondo dos meios das grandes multinacionais da "informação", estabelecer um contato permanente e regular com a rede de colaboradores da vossa revista espalhados um pouco por todo o Mundo. (..) Para não ir mais longe, estou a lembrar-me de duas importantes pugnas eleitorais ocorridas na América Latina — Peru e Bolívia — às quais não foi dado o mínimo destaque. *Ernesto Cardoso, Coimbra, Portugal.*

Sou jovem angolano de dezesseis anos. Desejo corresponder-me com jovens de Portugal, Brasil, Moçambique e outros países de língua portuguesa, com idade superior a quinze anos para troca de idéias, postais, fotos, etc.. *Paulo das Chagas, Bairro Nelito Soares, Rua B, casa 40, esquerdo, Luanda, R.P. de Angola.*

SAIU! AFRICA ARDE

CARLOS COMITINI

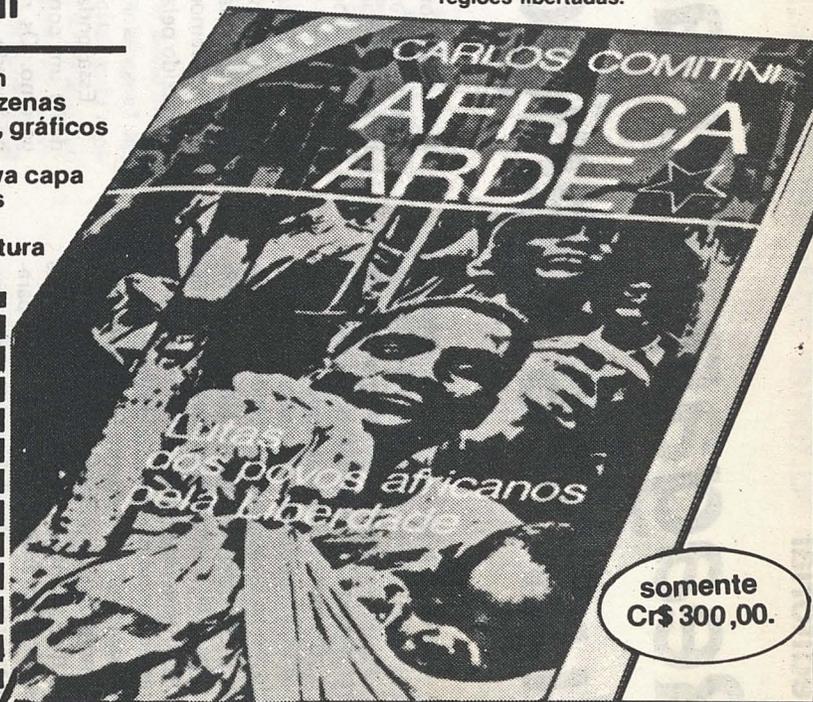


Lutas
dos povos
africanos
pela Liberdade

- Formato: 14 x 21cm
- 360 páginas com dezenas de fotos, diagramas, gráficos e mapas.
- Belíssima e sugestiva capa impressa em 3 cores e plastificada.
- Tipologia de fácil leitura

Um completo levantamento jornalístico de Carlos Comitini. Leitura indispensável para quem deseja estar em dia com a realidade política e social da África de hoje. Mais um volume da "COLEÇÃO TERCEIRO MUNDO".

• Tudo sobre os movimentos revolucionários na África • As atrocidades do imperialismo colonialista • O Apartheid • As guerras de libertação • Os líderes populares • O poder popular nas regiões libertadas.



CERTIFICADO DE RESERVA

À EDITORA CODECRI — Serviço de Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ



SIM, queiram enviar-me o seguinte livro :
REF. 02 ÁFRICA ARDE

NOME _____

ENDEREÇO _____

PROFISSÃO _____ IDADE _____

CEP _____ CIDADE _____ EST. _____

ASSINATURA _____

somente
Cr\$ 300,00.

Reagan, ou as ilusões perigosas

Somente em quatro anos o eleitorado norte-americano efetuou uma brusca mudança que é ao mesmo tempo um claro retrocesso. Da mesma maneira, como em 1976, o governo republicano deixou o poder — o partido mais conservador do sistema dualista — e colocou na Casa Branca o Partido Democrata, hoje inverteu-se a situação: assim como naquela época foi concedido o governo a James Carter, que se apresentou como o paladino do não-intervencionismo externo e da coexistência pacífica, agora torna presidente Ronald Reagan, isto é, um verdadeiro defensor de uma política agressiva que garanta os interesses hegemônicos da superpotência e de um armamentismo paralelo que reforce o predomínio bélico norte-americano.

Trata-se de uma guinada muito marcante, conforme o demonstram em primeiro lugar, os números. Apesar de ter desafiado um presidente que procurava a sua reeleição (o que, na tradição norte-americana, representa uma grande desvantagem), o aspirante republicano se impôs. E não somente pela estreita diferença prognosticada pelas empresas de pesquisas no país das pesquisas, mas por uma considerável margem. E esse dado nos diz tudo, pois o próprio Carter pôs-se a competir com Reagan no seu próprio campo temático reacionário, demonstrando um oportunismo inútil. Sai, assim, de cena sem glória, este político, que deixa em ruínas o seu partido, depois de tê-lo forçado a segui-lo em prol das suas ambições sem limites.

Uma atitude contrastante — e é justo reconhecê-lo — foi a do seu rival Edward Kennedy,

líder dos setores progressistas, que profetizou a derrota de Carter, ao mesmo tempo que levantava as tradicionais bandeiras reformistas, assistenciais e liberais dos democratas. Se temos que perder — e essa é a essência da sua mensagem — que seja ao menos sem renunciar aos nossos princípios. E a redução dos votos nas camadas operárias e nas minorias étnicas que eram bastiões democratas, dizem muito do desacerto produzido pelas oscilações de Carter.

Essa onda direitista entrega ao novo presidente um controle amplo dos instrumentos de governo. Os republicanos obtiveram a maioria no Senado — a mais poderosa área parlamentar — e embora os democratas tenham conseguido reter a Câmara de Deputados no seu conjunto, as comissões legislativas de maior importância encontram-se agora nas mãos dos republicanos. Em função da crescente e decisiva importância que adquiriram nos últimos anos com o incremento do poder parlamentar, resta dizer que as comissões são depositárias de fatias inteiras do poder do Estado.

Reagan chega então com a possibilidade de aplicar a fundo o programa conservador defendido em sua campanha. Este programa, no entanto, não tinha uma coerência, a não ser na profunda crítica dos erros da gestão econômica de Carter. O presidente eleito nunca soube explicar, de maneira convincente, como poderia reduzir os impostos — privando de receitas o fisco — e diminuir o orçamento federal, se ao

mesmo tempo incorreria em grandes gastos, particularmente na proclamada expansão militar. De qualquer forma, a nova orientação significará a reanimação do mundo dos negócios e um desalento das obras assistenciais do Estado. Com Reagan, os ricos serão mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. O núcleo deste programa está numa lógica capitalista clássica, rígida e sem atenuantes.

Que conclusões podemos tirar dessa involução da opinião pública norte-americana? No plano doméstico, ela foi influenciada pela espiral inflacionária e pela tendência à recessão. No plano externo, ela obedeceu à perda de prestígio internacional e à diminuição da capacidade de conduzir globalmente os assuntos mundiais. Em outras palavras: à limitação do poder imperial, segundo os valores correntes no sistema educativo dos meios de comunicação. Essas fontes omitem-se em informar que se trata de um processo independente da vontade do governo dos Estados Unidos e no qual esse governo pode influir somente de maneira limitada.

Depois de uma longa fase de expansão econômica, os Estados Unidos surgiram como primeira potência logo após a segunda Guerra Mundial. Diante do desastre ocasionado às nações européias pelo conflito, o poderio econômico e bélico norte-americano apareceu sem contestação. E apesar da dilatação da área socialista na Europa — também concentrada na reconstrução — Washington viu-se em condições de influir nos assuntos mundiais em um grau até então desconhecido.

A superpotência habituou-se a ser o centro indiscutível de decisão não só do Ocidente mas de todo o Planeta, mantendo sob cerco os países socialistas. Essa era uma situação excepcional que múltiplos desenvolvimentos iriam mudar e questionar. A recuperação da Europa Ocidental e do Japão deu lugar à ampliação, ao desenvolvimento e à unificação desses mercados sob o signo do capitalismo multinacional, cujo epicentro continuou a prosperar nos Estados Unidos. Mas a competição econômica aumentou, tanto quanto a importância política desses interlocutores, agora com maior força de negociação.

As expressões dessa nova realidade foram desde o nacionalismo à arriscada tática de Carter de confronto com a União Soviética a partir do eixo Paris-Bonn. Em resumo, a pretensão de Washington de se perpetuar como líder absoluto da aliança ocidental defronta-se com a aspiração dos seus associados a uma diferenciação dos seus interesses e a uma conseqüente maior participação nas decisões. Já não se admite a concepção de Washington em constituir-se na capital da política ocidental.

Ainda mais firme e acentuada foi a consolidação do poder socialista. A guerra fria deixou de ser possível quando o desenvolvimento bélico soviético assinalou a paridade no armamento estratégico e a capacidade recíproca de destruição entre as duas superpotências. John F. Kennedy e Nikita Krushchev deram início à era da coexistência, pródiga em benefícios para o Planeta.

Reagan ou as ilusões perigosas

Não obstante, e dentro da sua lógica hegemônica, a interpretação norte-americana do coexistencialismo era a de um congelamento das respectivas áreas de influência. De tal modo que o aparecimento de novas realidades no Terceiro Mundo, que trouxessem consigo o abandono da órbita ocidental e o estabelecimento de uma relação privilegiada com Moscou, era julgada como uma violação da coexistência.

Por mais simplista que possa parecer esse raciocínio, foi o que prevaleceu durante esses anos, apesar das críticas dos círculos mais lúcidos e sofisticados do *establishment* norte-americano. Foi por essa razão que a consolidação socialista e os impulsos de libertação no Terceiro Mundo deram lugar a reações explosivas de parte dos dirigentes norte-americanos. A libertação da tutela de Washington nem sempre deu lugar à adoção de um modelo socialista e à assinatura de um tratado com a União Soviética, como o recente caso do Irã, cujos governantes atuais tanto aborrecem Washington como Moscou. Mas, a libertação do Irã foi vista pelos Estados Unidos como um dos capítulos mais trágicos da História e foi um dos fatores que pesaram na derrota de Carter. E isso demonstra que, apesar da justificação ideológica com que ela é encoberta, os Estados Unidos resistem em aceitar a redução da sua influência fora das suas fronteiras.

Mas os processos de libertação, da China ao Vietnã, de Angola e Moçambique ao Zimbábue, de Cuba à Nicarágua, para mencionar as mais evidentes, verificaram-se sem pausa desde

o pós-guerra indistintamente nos três continentes. E as áreas que a casa Branca classifica como subordinadas a seus interesses estratégicos não serão detidas nem contornadas.

Foi por isso que Carter não pôde prolongar a coexistência e ao mesmo tempo conter a deterioração da hegemonia, marcada pelas mudanças sucessivas na correlação de forças em escala internacional. Mas, além da fraca atitude atribuída a Carter pelos seus rivais, o problema não consiste na eficácia de uma gestão governamental para alcançar tal finalidade, mas na inviabilidade absoluta de uma posição semelhante.

Carter comprometeu-se com esse sonho impossível, estimulado pelos mecanismos eleitorais, e a evidência de não ter avançado mas sim retrocedido, custou-lhe o cargo. No término do seu mandato, chegou-se a uma situação crítica no relacionamento entre as duas superpotências. A coexistência foi desativada sem que se tivesse delineado uma política que a substituísse. Depois de Carter ter decretado o confronto com a União Soviética além de suspender as negociações sobre as armas estratégicas, tais relações encontram-se à deriva.

Agora temos Reagan, depois de ter prometido, em essência, o mesmo que o seu antecessor. Pois o líder republicano não admite, nem de longe, a perda da hegemonia, e apresentou-se como o mais idôneo para fazer "respeitar" os Estados Unidos e sustar a sua deterioração.

É difícil imaginar Reagan invertendo o curso da História, algo que até 1980 ninguém havia conseguido no planeta Terra. Mas, em troca, não deveriam ser minimizadas as consequências negativas que, com base em sólido respaldo nacional, possam ocorrer, pelo menos a curto prazo e em certos países. Ao pôr de lado, o novo governo, o incoerente programa de Carter sobre os Direitos Humanos, as numerosas ditaduras da América Latina ou regimes como o da Coreia do Sul e das Filipinas deixarão de enfrentar pressões exteriores incômodas, apesar dessa política não ter significado uma ameaça real para os ditos governos.

No Oriente Médio, a brutal opção de Reagan contra os direitos nacionais dos palestinos implicará numa maior liberdade de ação para Israel, mas, simultaneamente, colocará o general Anwar Sadat, principal aliado dos Estados Unidos na área, em uma delicadíssima situação. E visto que a monarquia saudita havia formulado votos — publicamente — em favor de Carter, cabe a interrogação sobre o futuro da política do Oriente Médio de Reagan. Com Israel apoiado sem reservas pelos Estados Unidos, quanto tempo durará a postura pró-americana dos árabes conservadores? Na África Austral é possível que Reagan ceda à tentação de não exercer pressão sobre o regime do *apartheid*. Poderá assim agravar inicialmente o quadro de luta na região. Mas, lá, os processos de libertação mudaram a correlação de forças de maneira irreversível, e um apoio ao regime racista lhe custaria um preço muito alto a nível de toda a África.

De todas as metas concebidas por Reagan, quem sabe, a menos realista e em todo caso a menos racional, é a de rever a iniciativa de Carter de reconhecer somente a China Popular. Um esfriamento ou um congelamento do recente vínculo com a China iria diretamente contra os interesses norte-americanos. A preocupação geral provocada pela eleição de Reagan na Europa Ocidental — à exceção das camadas mais conservadoras — indica desde já uma falta de vontade para acomodar-se ao novo curso. Veremos mais adiante como evoluirão esses países e se por acaso o eixo Paris-Bonn se tornará mais sólido e receberá maior adesão regional. O que pode ser previsto desde agora, é que Reagan não terá com a Europa um tratamento mais fácil que o seu antecessor.

Esse episódio nos mostra que os Estados Unidos continuam empenhados no seu sonho impossível. O afã de não perder posições — que, afinal, significa perder riquezas — é a causa desse empenho. A realidade imporá, tarde ou cedo, uma adaptação da mentalidade norte-americana às suas próprias possibilidades. Mas esse processo, tratando-se da maior potência mundial, contém riscos imensos, e é por essa razão que se pode esperar que, dentro dos setores responsáveis dos Estados Unidos, sejam abandonadas as ilusões perigosas — como essa nova inclinação pela linha dura — e se acabe por reconhecer o espaço ocupado por cada um dos protagonistas do cenário político internacional.

ELEIÇÕES NORTE-AMERICANAS

Conservadorismo sem amanhã

GAMMA/SIGLA



Ronald Reagan e sua mulher, Nancy, festejam a vitória

A prédica liberalizante de Carter fez com que alguns se iludissem. Mas o seu fracasso e a escassa margem de ação que vai encontrar o novo presidente demonstram que hoje é muito importante o papel do Terceiro Mundo

Beatriz Bissio



A eleição de Reagan não foi uma grande surpresa. O que surpreendeu foi a ampla maioria que ele obteve. Da China ao Caribe, da África Austral à Europa Ocidental, rapidamente os círculos políticos começaram a traçar prognósticos com projeções catastróficas para alguns, alentadoras para outros, segundo a cor da lente com que se analisou a situação mundial.

Começaram também as interpretações da derrota de Carter e, ainda especulações sobre se a votação teria sido realmente pró-Reagan ou, no máximo, anti-Carter. Dos dois lados havia argumentos convincentes. Para os defensores da popularidade de Reagan, ele soube interpretar os sentimentos do homem médio norte-americano, desejoso de voltar a se sentir parte de uma nação poderosa, de um país que não divide a hegemonia mundial. Para os críticos de Carter, o voto exprimiu mais o desencanto do cidadão estadunidense perante a débil liderança e as vacilações de seu presidente do que um claro apoio às teses ultrapassadas do candidato republicano.

Mas seja qual for a interpretação, em geral, houve um consenso: os resultados eleitorais refletiram uma virada à direita. Com o Senado majoritariamente republicano, pela primeira vez nos últimos 26 anos, seria este o governo mais conservador desde os tempos de McCarthy. As 53 cadeiras conquistadas pelos republicanos no Senado contra as 46 dos democratas fazem com que a presidência de importantes Comissões passe agora às mãos dos seguidores de Reagan. O caso da Comissão de Justiça é o mais expressivo: até agora presidida por Edward Kennedy, passará a um republicano conservador da Carolina do Sul. Por outro lado, o ultradireitista senador Barry

Goldwater — junto a quem Ronald Reagan deu os primeiros passos na sua carreira política — não só reteve a sua cadeira no Senado (o que parecia improvável), mas poderá dirigir o Comitê de Inteligência dessa casa parlamentar.

Entre as relevantes figuras democratas que estarão fora do Congresso cabe mencionar Frank Church, de Idaho, chefe da poderosa Comissão das Relações Exte-

lação e a luta pelos direitos civis. Reunidos em Virginia, pouco antes das eleições, dirigentes de 200 corporações multinacionais norte-americanas concordaram que “Reagan lhes prestaria melhores serviços” que Carter. A sorte esteve do lado deles.

Reagan já fez comerciais de televisão para a *General Electric* e foi contratado posteriormente por essa corporação para ajudar a mudar a cara da empresa numa



GAMMA/SIGLA

Carter: sem liderança

riores e ideólogo dos inqueritos que o Senado fez sobre a atuação das multinacionais e sobre as atividades da CIA, no começo da década dos anos 70; George McGovern e Birch Bayh, ambos de tradição liberal.

O enfraquecimento da aliança dos democratas com as minorias raciais, liberais e movimentos mais avançados, ameaça os programas sociais destinados sobretudo aos setores pobres da popu-

fase em que houve importantes problemas trabalhistas. Ele tinha que saudar pessoalmente a todos os funcionários da firma mostrando assim uma nova forma de encerrar o relacionamento patronal com os seus empregados. Parece que para a *General Electric Co.* os resultados foram ótimos.

Se Reagan consegue levar adiante o seu programa, os projetos de assistência social se verão seriamente afetados, já que ele

prometeu reduzir os gastos públicos. Mas também afirmou que iria deter a inflação, diminuir os impostos, dar soluções ao desemprego, aumentar os gastos militares e desenvolver a economia.

Mágica ou simples promessas eleitorais?

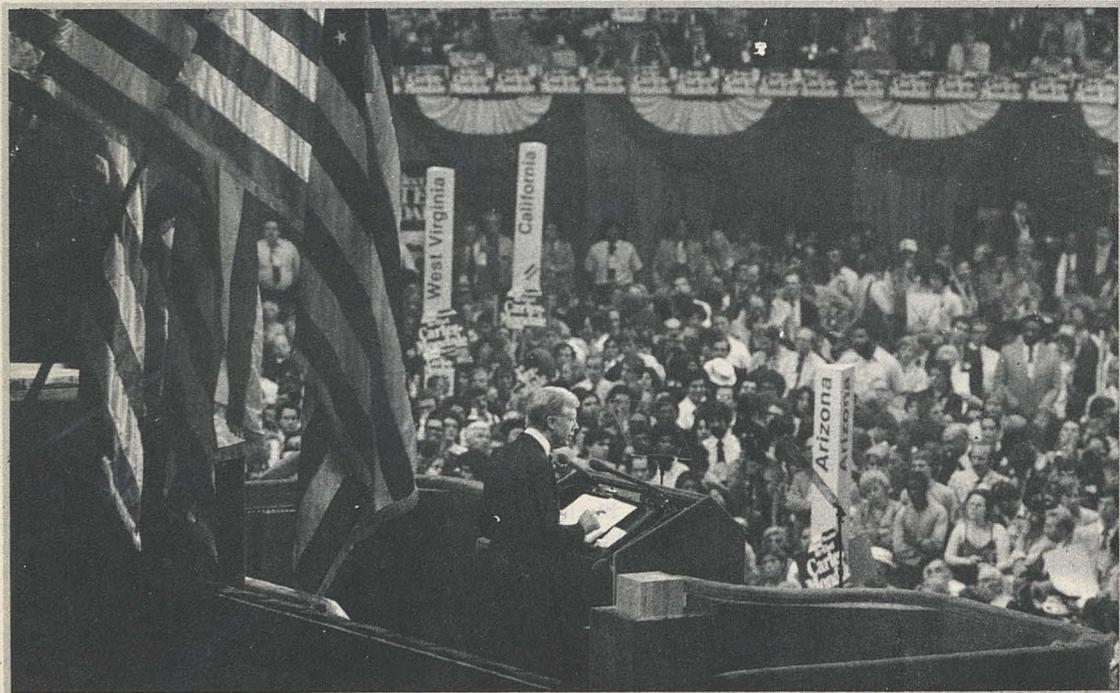
Esse programa é contraditório. E ainda reconhecendo o enorme poder do presidente dos Estados Unidos, na realidade, não cabe só a ele realizá-lo. Como Reagan não tem uma varinha mágica, é difícil acreditar que ele tenha condições de cumprir todas as promessas. Como seria possível dar uma solução ao desemprego, deter a inflação, diminuir os impostos e, ao mesmo tempo, reduzir os gastos do governo, aumentando em 150 bilhões de dólares os gastos militares, e isso

sêm mexer na estrutura econômica capitalista?

Consciente de que nem tudo o que ele afirmou na campanha eleitoral será posto em prática depois de se instalar no Salão Oval da Casa Branca, Reagan já afirmou que “guiar-se pelo que disse na campanha presidencial não é a melhor forma de conhecê-lo”, advertindo — e advertindo-se a si mesmo — que “os problemas para mim só agora começaram.”

Ele prometera ainda renegociar com os soviéticos os Acordos Salt-II de limitação de armas estratégicas, “de forma a torná-los mais favoráveis para os Estados Unidos”. Mas tanto na política interna quanto na externa, mais cedo do que tarde, o novo presidente vai comprovar como é pequena a sua margem de manobra.

A experiência da administração Carter é significativa nesse campo. Durante a sua campanha eleitoral, ele atacou duramente as intervenções da CIA na América Latina, em particular o caso de desestabilização do governo da Unidade Popular no Chile, que teve como desfecho o assassinato do presidente Allende e a ascensão da ditadura de Pinochet. A sua retórica em favor dos Direitos Humanos, somada à sua condenação das ditaduras e à sua aliança interna com os setores mais progressistas e as minorias raciais — às quais tinha prometido outorgar cargos de importância no governo federal, promessa que não cumpriu — parecia indicar que, nos quatro anos de seu mandato, mudanças favoráveis iriam ocorrer no Cone Sul latino-americano e no sudeste asiático, que também é cenário de cruéis



O Partido Democrata saiu debilitado da sua convenção. Para alguns, Carter foi derrotado por Kennedy e não por Reagan



violações aos mais elementares direitos do Homem.

Sem desconhecer que a sua pregação foi um reforço eventual à ação de entidades como a Igreja progressista, *Amnesty International*, comissões de leigos e de juristas que já vinham trabalhando no campo dos direitos humanos e aceitando que houve alguns casos de cortes na ajuda militar, é um fato incontestável que as mesmas ditaduras que ele encontrou quando tomou posse como Presidente continuam existindo no mesmo momento em que ele tem que ceder a cadeira da Casa Branca ao candidato republicano.

As duas mudanças significativas a nível internacional foram as vitórias da Nicarágua e Irã. Mas a primeira foi um triunfo claramente popular e teve o respaldo incondicional de impor-

tantes governos do continente (México, Venezuela, Panamá, Costa Rica e o Pacto Andino, citando só os mais decisivos) o que tornava muito difícil para os Estados Unidos a hipótese de uma intervenção militar para evitar o que era inevitável.

No entanto, não há dúvidas que o armamento usado por Somoza era americano e que, quando deixou de ser enviado pelos Estados Unidos, passou a ser fornecido por Israel, o que jamais poderia ter acontecido sem uma prévia coordenação com Washington.

No caso do Irã — país com uma ampla fronteira com a União Soviética — a hipótese de uma ação militar norte-americana teria sido ainda mais perigosa. Não só havia a ameaça dos árabes de fazerem voar os poços petrolíferos no caso de alguma invasão na

área, como teria significado uma quebra na política da *détente* cujas consequências não poderia assumir uma nação que ainda tinha feridas abertas da guerra (e derrota) do Vietnam.

Não devemos nos esquecer, no entanto, que quando Carter considerou necessário para os interesses políticos do seu país, ele determinou a violação das fronteiras do Irã, na intenção de libertar os reféns.

Ou seja: o fato dos Estados Unidos não terem intervindo não pode ser interpretado como decorrente da política mais flexível de Carter e sim como uma consequência da nova correlação de forças a nível internacional.

A mesma lógica se aplica, ainda com mais razão, no caso de Reagan. Ele assume a presidência empolgado com as reper-



O governo republicano mais direitista desde os anos de McCarthy

cussões que sua plataforma conservadora teve no eleitorado norte-americano. Revistas como *Newsweek* já dizem que o país tem a marca de Reagan, estendendo à nação como um todo o apoio que ele obteve das urnas.

Mas, analisando um pouco mais friamente os dados, conclui-se que esse apoio foi relativo, ainda que amplamente majoritário. A concorrência eleitoral foi a mais baixa desde 1948, e oito por cento inferior a 1960. Só uns 52% dos eleitores aptos para o voto participaram das eleições. E se somamos a porcentagem dos votos de Carter e de Anderson, mais a porcentagem de abstenções, o resultado é que *75% dos cidadãos habilitados para votar não votaram no candidato republicano*. Dos 163 milhões de votantes em potencial, só 42,5 milhões apoiaram Reagan: 26%. Vista assim, a vitória dos republicanos não é tão esmagadora como parece à primeira vista.

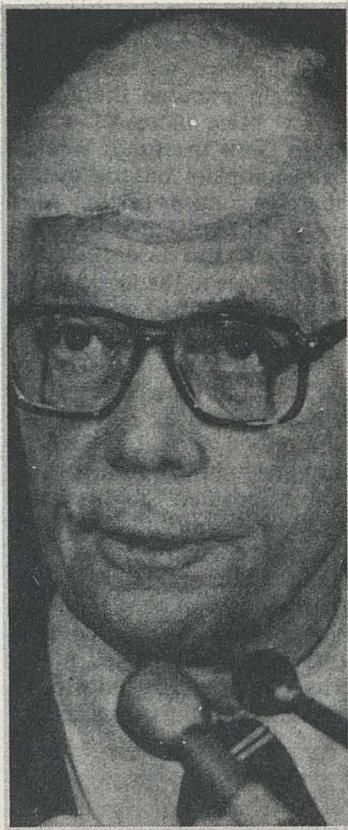
Sem entrar em considerações profundas a respeito, ressalve-se ainda que "a democracia mais avançada do mundo", como é apresentada a dos Estados Unidos em certos meios de comunicação, não é tão perfeita, já que uma *vitória esmagadora* é resultado do desejo de quarta parte da população apta para votar (e caem muito os números se considerarmos a população total de 220 milhões de habitantes).

Reflexos internos

Algumas consequências imediatas das eleições começam a aparecer. A primeira, ainda que paradoxal, apresenta a vitória de Reagan favorecendo a ala mais liberal do Partido Democrata. Já houve quem afirmasse que Carter foi derrotado por Edward Kennedy e não por Ronald Reagan. E o Partido Democrata

— que sai seriamente afetado da campanha eleitoral — possivelmente só poderá reagrupar-se com chances firmes para 1984 se o fizer em torno do último representante do "clã" dos Kennedy, ou um dos líderes da sua corrente. Kennedy perde a presidência da Comissão de Justiça, mas ganha uma reeleição segura nas eleições parciais de 1982 e um impulso formidável na carreira para a nomeação democrata à sucessão de Reagan.

Outra consequência poderia ser o surgimento de um terceiro partido político no cenário bipartidário. Os sete por cento dos votos do candidato independente John Anderson não só fa-



John Anderson: uma terceira, mas fraca opção

zem com que ele tenha direito a receber do orçamento da União todo o dinheiro investido na campanha eleitoral, mas o lançam como uma força real em torno da qual poderão se reunir setores insatisfeitos com a alternativa democrata ou republicana. O que parece lógico, pois quem se lançou numa candidatura independente, agora poderá explorar a fundo todas as potencialidades abertas à sua opção, se estiver à altura do desafio.

Apesar de Anderson não ter apresentado uma plataforma renovadora, decepcionando muita gente com as suas dubiedades, é evidente que o voto para o candidato independente exprimiu um desejo de ruptura da estrutura bipartidária. Se ele soubesse traduzir corretamente essa aspiração, outro teria sido o resultado da sua campanha.

Talvez nesse terceiro partido possam participar alguns dos setores avançados (negros, mulheres militantes, minorias hispano-americanas, sindicatos independentes) que em 1976 deram o seu voto a Carter e agora, em 1980, no mínimo, se abstiveram.

Ainda faltam dados para ver como se recomporá o quadro dos interesses internos em alguns campos, como por exemplo, em relação à posição que adotará a comunidade judia, que votou dividida. Calcula-se que aproximadamente dois-terços se manteve fiel a Carter enquanto um-terço apoiou Reagan.

O contexto externo

Um dos "pratos fortes" da campanha de Reagan foi a acusação a Carter de ter deixado enfraquecer perante o mundo a imagem dos Estados Unidos como primeira potência mundial. Acusação que vinha sempre



acompanhada da promessa de renegociar com os soviéticos o Tratado Salt II (para ele, inaceitável nas condições atuais); apoiar os aliados incondicionais (em geral, as ditaduras), sem perturbá-las com incômodas lembranças a respeito dos Direitos Humanos; e não deixar que haja “novas Nicarágua”. Como corolário: impulsionar a indústria armamentista para superar os soviéticos em poderio bélico. Ou seja, tentar voltar ao quadro político-militar da pós-guerra, quando os Estados Unidos eram a incontestada primeira potência mundial.

Se parece difícil que o novo presidente consiga levar à frente

o programa de política interna, improvável será que ele obtenha sucesso nas metas estabelecidas a nível mundial, a não ser que queira levar o mundo a uma catástrofe.

Seria ingênuo supor que o campo socialista se deixasse amedrontar ou pressionar pelas ameaças de Reagan e o seu programa armamentista. Já o general Dimitri Ustinov, ministro de Defesa da União Soviética, declarou que o seu país não se descuidará

da sua segurança e nem está disposto a aceitar que se rompa o equilíbrio militar que é um dos fatores da paz hoje no mundo.

Se Reagan opta por uma carreira armamentista, é evidente que isso aumenta os perigos de uma confrontação atômica. Mas, naturalmente, os dados do problema estratégico não se alterariam, pelas possibilidades econômicas e tecnológicas do campo socialista de enfrentá-lo adequadamente.



Edward Kennedy: advertindo Carter do desastre eleitoral



GAMMA/SIGLA

No seu projeto belicista, o primeiro problema que se apresenta a Reagan é com os seus aliados europeus. As relações EUA — Europa atravessaram duas etapas desde o fim da II Guerra Mundial. A primeira, de completa identidade, favorecida pela dependência européia à ajuda norte-americana para superar as condições adversas em que as economias (de vencidos e vencedores) ficaram depois do enorme esforço da guerra. Os Estados Unidos estavam na sua fase de apogeu, e os aliados europeus numa situação muito abaixo. Era uma aliança do fraco com o forte, uma aliança de cima para baixo.

A segunda etapa pode ser localizada a partir dos primeiros anos da década dos sessenta, quando a guerra do Vietnam já estava debilitando o poderio norte-americano e o esforço da reconstrução permitia à Europa voltar a usufruir de parte do seu antigo brilho. Nem o forte era tão forte, nem o fraco tão fraco.

No início dos anos oitenta, coincidindo com Reagan na presidência dos Estados Unidos, parece começar uma terceira etapa.

Nas intenções de Reagan, essa nova etapa seria mais um retorno ao satelismo do pós-guerra que um passo à frente no rumo do equilíbrio. Mas será que a Europa está disposta a renunciar a ter um espaço próprio no cenário internacional? Mantida a tendência atual, tudo indica que não. E não há elementos que permitam acreditar numa mudança a curto prazo.

As idéias de autonomia a respeito dos Estados Unidos defendidas por Charles De Gaulle têm, nesse contexto, clara atualidade. Não foi por acaso que os franceses transformaram o décimo aniversário da morte do general nu-

ma reafirmação do apoio a essa linha de ação.

A Internacional Socialista

Carter já enfrentou problemas com os aliados europeus, que foram contornados porque Washington tornou sua linha mais flexível para garantir a continuidade da aliança estratégica simbolizada pela Otan. Bonn e Paris têm avançado muito nas relações bilaterais, reforçando uma política não-armamentista e têm desenvolvido nos últimos anos um relacionamento bilateral com a União Soviética que não agrada aos Estados Unidos. Mas nem Giscard D'Estaing nem Helmut Schmidt parecem atraídos pela idéia de ter que renunciar a esse diálogo que consideram tem sido proveitoso para todas as partes.

Em outro plano, a crescente crise econômica dos países industrializados e a grave situação energética (que se aguçou ainda mais com a guerra Irã-Iraque) criaram novas situações a nível internacional. E os europeus vêem, cada dia com mais realismo, a necessidade de manter um bom diálogo com os países em desenvolvimento — entre eles os árabes — para encontrar soluções viáveis para a crise atual.

O mundo está saindo da era colonial e a Europa sabe que não se pode voltar atrás. O processo de descolonização do Terceiro Mundo é irreversível e esse dado faz com que os europeus tentem pôr em prática novas formas de relacionamento.

É evidente que a eleição de Reagan abre, para os países da Europa, um espaço político importante nas relações com o Terceiro Mundo e eles estão dispostos a ocupá-lo. Washington vai abandonar a bandeira dos Direi-

tos Humanos, mas os europeus, não. Não poderiam fazê-lo a não ser com o custo de graves crises políticas internas. Aliás, é justo lembrar que a Internacional Socialista levantou a reivindicação do respeito aos Direitos Humanos e aos valores democráticos na sua reunião de novembro de 1976 (simultaneamente à eleição de Carter) e tem sido mais consequente na sua defesa do que a sinuosa administração democrata.

Não é por acaso que um dos principais temas da reunião da Internacional Socialista de novembro passado em Madri foi as relações com o Terceiro Mundo, sendo o próprio presidente Willy Brandt quem destacou a sua importância.

Merece algumas reflexões essa reunião de Madri. Uma delas é que o Terceiro Mundo está passando a ter um peso novo dentro da Internacional Socialista. Todas as solicitações de ingresso foram de partidos do Terceiro Mundo. Da América Latina foram aceitos os pedidos de ingresso de partidos da Guatemala (Partido Socialista Democrático), Equador (Esquerda Democrática), Granada (New Jewel Movement) e Paraguai (Partido Febrerista), todos eles como membros de pleno direito. E também foi aceito o pedido dos partidos Movimento Antilhas Novo e Movimento Eleitoral do Povo, das Antilhas chamadas Holandesas. Das outras áreas do Terceiro Mundo, ingressaram, com todos os direitos, os partidos Frente Progressista Voltaiço (Alto Volta), Partido dos Trabalhadores Unidos (Mapam—Israel) e o Partido Progressista Socialista (Líbano).

A tônica da intervenção de Brandt esteve de acordo com esse novo protagonismo do mundo emergente. “O socialismo euro-



peu não é coisa exportável”, disse ele. Acrescentando que estão surgindo no mundo “novas forças” com as quais há que se contar e cooperar “sob a pena de perder credibilidade”, ele prosseguiu ainda mais: “*esses esforços de cooperação devem se realizar como companheiros e não como rivais dos não-alinhados*”.

Coube a Carlos Andrés Pérez, do partido social-democrata, Copei, da Venezuela, colocar o problema a partir de uma ótica terceiro-mundista. Afirmando que o tema das relações Norte-Sul era o mais importante a ser debatido na reunião, ele afirmou que

“o Sul é que definitivamente estabelecerá as possibilidades certas de paz e prosperidade no mundo”. E acrescentou com dureza: “A ordem que sonharam eterna os vencedores da Segunda Guerra partiu-se em pedaços”. E depois fez severas críticas aos dirigentes de alguns países europeus que não tiveram sensibilidade para impulsionar o diálogo Norte-Sul. Afirmou ele: “Devemos dizer com inteira franqueza que tem sido negativo o tom do chanceler alemão Helmut Schmidt assim como do chanceler Callaghan e o da senhora Margaret Thatcher na Inglaterra,

ou a dos senhores Nixon ou Carter nos Estados Unidos”.

Sem desconhecer que nem sempre os partidos políticos no governo estão exatamente na linha do poder executivo, Pérez citou o caso da Alemanha Federal já que Willy Brandt defendia posições bastante próximas às suas.

O ex-mandatário venezuelano acrescentou: “Vamos exigir que a posição dos governos esteja de acordo com a dos partidos”. Ele afirmou também que “a validade das reformas requeridas para estabelecer uma Nova Ordem Eco-

Bush: estagiando na Casa Branca

Ronald Reagan, aos 70 anos, leva para a Casa Branca o título de ser o mais velho candidato eleito em primeiro mandato para a presidência do país. Quando se está cercado de toda a assistência, como é o caso do presidente dos Estados Unidos, isso não quer dizer muito. Mas, no entanto, não exclui as possibilidades do vice-presidente, George Bush, com seus 56 anos, ser surpreendido com um mandato de presidente durante os próximos quatro anos.

George Bush estará assim fazendo um ótimo estágio para a presidência do país, uma vez que, ao que tudo indica, ele fará da vice-presidência um cargo bastante atuante, como aconteceu com Walter Mondale, durante a administração Carter.

Bush não é um novato: chegou a concorrer à indicação presidencial em diversas primárias

estaduais antes de integrar a chapa presidencial republicana como vice de Reagan. Formado em economia pela Universidade de Yale em 1948, entrou para o mundo dos negócios e, mais tarde, para o serviço público ao mudar-se para o Texas.

Após uma frustrada tentativa de ser eleito para o Senado, em 1964, ele se elegeu em 1966 para a Câmara dos Representantes, cumprindo dois mandatos. Em 1972, foi nomeado embaixador dos Estados Unidos na ONU e, no ano seguinte, assumiu a presidência da Comissão Nacional Republicana. Dois anos depois tornou-se chefe do escritório de ligação dos EUA em Pequim e em 1976 foi nomeado diretor da Agência Central de Informações (CIA), familiarizando-se intimamente com os bastidores da política norte-americana.

GAMMA/SIGLA



George Bush

nômica Internacional são inaplicáveis no contexto da estrutura de poder surgida da Segunda Guerra”.

E é também nesse campo econômico (ao qual se referia o ex-presidente da Venezuela) que já surgem algumas divergências entre Reagan e os seus aliados europeus. Se ele pensa em voltar a uma política protecionista — claramente insinuada na sua campanha — se defrontará com a frieza da Comunidade Econômica Européia, que estava negociando com Carter novas condições para as exportações de produtos têxteis e siderúrgicos para os Estados Unidos.

O outro pé da Trilateral

O Japão por seu lado, assiste à mudança na Casa Branca com expectativa a partir de uma posição contraditória. Assim, a pregação conservadora de Ronald Reagan agrada ao governo japo-

nês, também conservador, e coincide com a tendência armamentista mais acentuada de Tóquio desde o fim da Segunda Guerra. Mas os setores empresariais vêem com desconfiança o novo presidente, que numa das suas mais famosas frases da campanha eleitoral disse: “O sonho dos americanos de ter dois carros na garagem se tornou realidade durante o governo Carter. Os dois carros são japoneses e estão sem gasolina”.

Reagan referia-se, numa feliz retórica para os seus objetivos eleitorais, a um fato real: a invasão do mercado norte-americano pelos automóveis fabricados no Japão. E por mais conservador que seja o gabinete do primeiro-ministro japonês Zeuko Suzuki, ele tem que contar com esse elemento que se interpõe nas relações nipo-estadunidenses.

Também no Canadá sopram ventos diferentes. Em várias oportunidades, o governo do primeiro-ministro Trudeau tentou uma aproximação com o Terceiro Mundo e existem setores internos que consideram o país como parte do conglomerado de nações emergentes.

Em junho de 1981, vai se realizar, justamente no Canadá, a primeira reunião de cúpula dos “sete grandes” depois da eleição de Reagan. Até lá, estarão mais claras algumas das tendências apontadas.

O Terceiro Mundo

Uma boa parte das apreensões expressas a respeito das possíveis consequências da vitória de Reagan vieram de algumas áreas do Terceiro Mundo. Evidentemente, o grupo de nações mais exploradas do planeta não pode ver com otimismo a volta a uma linguagem e um projeto geopolítico

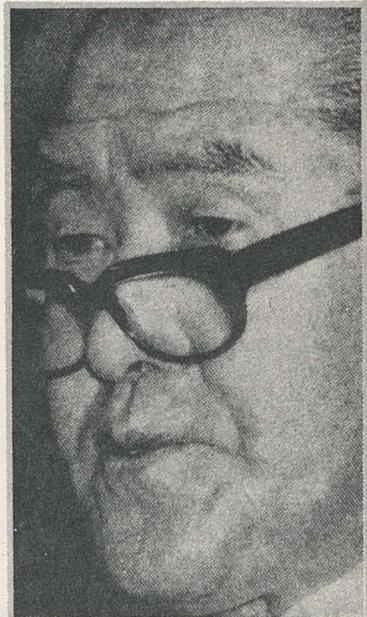
que pareciam sepultados com o declínio da Guerra Fria. Se essa tônica passar da retórica aos fatos, o Terceiro Mundo só teria a perder.

Mas, além dos argumentos já analisados, há ainda outros a serem ressaltados para se voltar a comprovar que não é larga a margem de ação do presidente eleito.

O Movimento dos Não-Alinhados surgiu nesses últimos tempos como uma força destinada a ter uma participação decisiva nos últimos vinte anos do século XX. A partir da Conferência de Cúpula de Argel, em 1973, o movimento deu um salto qualitativo (além do quantitativo, já que na última reunião, celebrada em Havana no ano passado, assistiram 138 países). A análise das questões essenciais para o desenvolvimento do Terceiro Mundo foi avançando em profundidade e ganhou maturidade na elabora-



Brant:
aproximando-se do Terceiro Mundo



Suzuki:
preocupado com o protecionismo



ção de alternativas à dependência neocolonial. As principais definições se orientam num duplo sentido.

Primeiro, na exploração ao máximo da *cooperação horizontal*, isto é, entre os próprios países em desenvolvimento que, apesar de dependentes, têm graus diferentes de avanço tecnológico.

Segundo, no aprofundamento da essência do não-alinhamento, no sentido de definir o que significa ser não-alinhado em 1980. E ideologicamente, as vanguardas do Terceiro Mundo foram demonstrando que ser não-alinhado é "*estarem todos alinhados contra o imperialismo*", como definiu o presidente Samora Machel no importante discurso que pronunciou na VI Conferência de Cúpula em Havana. Ou seja, não uma equidistância dos dois blocos (a terceira posição chinesa de Mao) e sim uma correta valoração do papel dos países socialistas como aliados estratégicos do Terceiro Mundo. Tudo isso, muito reforçado com a experiência das associações de produtores de matérias-primas e de integração econômica regional, que vêm mostrando a sua força crescente nos últimos anos.

O Movimento dos Não-Alinhados é hoje um dado fundamental na política internacional, apesar das contradições e problemas internos como a atual guerra Irã-Iraque. E Reagan não poderá desconhecê-lo.

O fortalecimento da posição negociadora do Terceiro Mundo, a partir da força que vem adquirindo o Movimento, se fez sentir em várias circunstâncias concretas. O exemplo da América Central é um deles.

As ditaduras não dissimularam sua alegria pela vitória de Reagan, não sendo uma exceção

a essa regra as da América Central. Baseavam suas expectativas nas menções do candidato republicano a uma maior ajuda (incluindo uma eventual ajuda militar) para fazer frente à instabilidade interna.

Essas expressões de júbilo refletem, porém, mais uma debilidade do que uma força: essas ditaduras estão tão acuadas (por um lado, pela consciência internacional que repudia suas violações aos direitos do Homem e, por outro, pelas forças internas que vão ganhando um espaço cada vez maior) que elas olham para Reagan como a sua última esperança. E se o mundo fosse o mesmo de vinte anos atrás, até que podiam esperar confiantes o apoio do *establishment*. Mas o aliado já não é aquele que surgia como salvador do "mundo livre" da Segunda Guerra. E a corrente histórica também o atinge.

A América Latina não pode ser a mesma depois da Nicarágua.



Kissinger: criando temores na África Austral

Já o presidente do México, José López Portillo advertiu Reagan nesse sentido: "Intervir na Guatemala e em El Salvador — disse ele — provocaria a vietnamização da América Central. Não intervenha. Respeite os processos internos de todos os países, pois trata-se de nações adultas e capazes de se autodeterminarem. O tratamento político intervencionista e a fácil solução do controle repressivo não são alternativas para a América Latina."

Outro chefe de Estado da área afirmou que o novo governo norte-americano "cometerá um grave erro se não souber avaliar corretamente a situação da América Latina".

Parece que, pelo menos, os assessores de Reagan para o hemisfério têm consciência disso. Um especialista da campanha eleitoral afirmou que não tem nenhuma base a presunção de que Reagan voltaria à política do *Big Stick* (grande chicote) do presidente Roosevelt.

Oriente Médio e Ásia

Um dos quebra-cabeças que a nova administração republicana primeiro vai enfrentar é a situação do Oriente Médio. Sem dúvida, a conjuntura internacional é uma das mais explosivas dos últimos tempos e qualquer passo em falso na avaliação dos fatos pode conduzir a um conflito generalizado.

Hoje, a guerra Irã-Iraque tirou temporariamente o foco de tensão da fronteira Líbano-Israel para o Golfo. E houve uma recomposição de forças e de alianças. Se Reagan quer desfrutar de algumas facilidades estratégicas, o preço pedido pelos árabes sempre será um maior isolamento de Israel e o reconhecimento do Estado palestino. E nesse sentido

há que levar em conta que o fato do epicentro dos acontecimentos de hoje estar no Golfo, tira do campo capitalista o papel de principal protagonista que desempenhava o Egito até agora, debilitando a posição negociadora de Sadat.

Essa perda de influência geopolítica do Egito se refletirá nos Acordos de Campo David que, impulsionados pela administração Carter numa conjuntura especial do Levante (Oriente Médio), talvez já não sejam um instrumento adequado no momento atual.

Círculos palestinos comentaram que com a maioria republicana no Congresso, a política externa passará a ser traçada mais por uma equipe do que exclusivamente pelo presidente. Eles não desconhecem que Reagan tinha assessores de nacionalidade israelense nem a sua desqualificação da OLP como único representante do povo palestino. Porém, acham que as declarações do candidato republicano nem sempre vão poder coincidir com as suas posições como presidente.

A questão do petróleo passa a um primeiríssimo plano com o conflito no Golfo e leva a Europa e Japão a terem interesse em participar nas discussões sobre eventuais negociações de paz a serem tomadas pelo Ocidente. Participação que deverá ter um caráter moderador de possíveis posições intransigentes. Além do mais, a Europa que já vinha ocupando espaços significativos na cooperação tecnológica com os países envolvidos na guerra, nada fará senão no sentido de encurtar os prazos para a conquista da paz.

A União Soviética também se manifestou nesse sentido. Com um tratado de amizade assinado com o Iraque e uma extensa

fronteira com o Irã, dificilmente poderá se pronunciar em favor de um ou outro. Pelo contrário, é previsível que use as portas que tem abertas de parte dos dois países para promover um diálogo e um desfecho aceitável para a região como um todo.

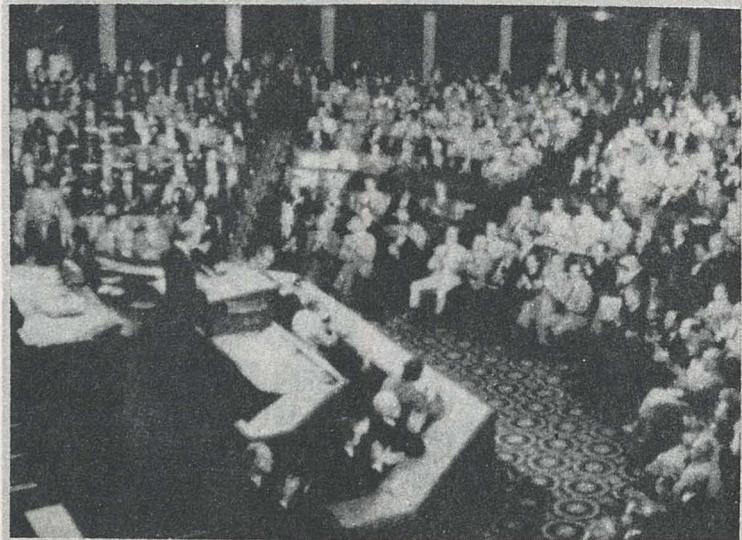
Na Ásia, o país que foi expressamente mencionado pelo candidato Reagan foi a China. Ele assinalou que tinha simpatias para com Formosa. Esse aspecto não agrada aos dirigentes da China continental, que têm, no entanto, o contrapeso das declarações anti-soviéticas do novo presidente para ficarem otimistas a respeito das relações futuras.

Nas declarações da campanha eleitoral, não há nenhuma referência a outras realidades asiáticas (com exceção do Japão). Mas o que Reagan poderia ganhar de simpatia diante das ditaduras como a Coreia do Sul, Malásia, Singapura e Filipinas pelo abandono dos princípios dos Direitos Humanos, ele perde pela ênfase ao protecionismo econômico que poderia criar proble-

mas às exportações de produtos têxteis e eletrônicos procedentes daqueles países.

Na África, os temores se centram na África Austral. Não se pode esquecer o papel da última administração republicana (e de Kissinger, em particular) durante a segunda guerra de libertação de Angola, alimentando os movimentos fantoches Flna e Unita. E, por isso, agora surgem temores de recrudescimento de uma campanha desestabilizadora contra o governo do presidente José Eduardo dos Santos.

Muito relacionado com essa hipótese, está a postura dos republicanos no caso da Namíbia. Esse território, ocupado pela África do Sul, avança firme no rumo da independência, agora com uma ampla maioria da ONU em seu favor. Não podem, pois, os dirigentes do movimento de libertação namibiano, a Swapo, deixar de analisar como refletirá no regime da África do Sul a mudança do centro imperialista. E como na independência da Namíbia está empenhado todo o



O primeiro Congresso dominado pelos republicanos nos últimos 26 anos



ELEIÇÕES NORTE-AMERICANAS

Repercussões no mundo

continente africano, a nível continental também se seguem atentamente os passos de Reagan na condução do poder.

Porém, todas essas apreensões naturais cedem perante a consciência da coesão e a força que tem adquirido a África nesse último quinquênio. Essa força se exprime, sem dúvida, no crescente apoio com que Angola conta não só na África mas no mundo, na sua exemplar luta em favor da sua autonomia política e libertação econômica e na solidariedade que a causa da Namíbia vem recebendo a nível internacional.

Conclusões gerais

Em suma: o mundo não alterará a sua evolução pelo fato de Reagan ser o novo presidente dos norte-americanos. Ele logo vai sabê-lo, se era que tinha alguma ilusão a respeito. Poderá haver recuos, pois o processo da luta é sinuoso e não uma linha reta. Mas basta olhar para o mapa-mundi para constatar que esses recuos nunca foram maiores que os passos à frente.

Talvez o que se vai com Carter é a ilusão que pode ter crescido em alguns círculos (animados e iludidos com a campanha dos Direitos Humanos e a pregação mais liberal) de que o processo revolucionário do Terceiro Mundo tinha por sede Washington e não as nossas nações mestiças. O tempo do poder onipotente dos Estados Unidos já passou. A não ser em setores muito restritos do Terceiro Mundo, em geral distanciados das aspirações populares, as preocupações com o que faz e não faz a Casa Branca e o medo de suas ameaças estão cedendo lugar à consciência do direito de cada povo à autodeterminação, à liberdade e à decisão de obtê-lo a qualquer preço. Quem tem medo de Reagan?

AMÉRICA LATINA

El Salvador — Setores conservadores salvadoreños demonstram abertamente a sua alegria pela vitória de Reagan. O jornal *De Hoy*, ligado à burguesia industrial e financeira, afirmou que “com Reagan se inicia não só uma nova era para a América mas também para todo o mundo”. Outro diário, *La Prensa Gráfica*, identificado com o setor agroindustrial, disse que com Reagan “haverá uma mudança definitiva na política dos Estados Unidos na América Latina”.

Colômbia — O presidente Julio Cesar Turbay Ayala, afirmou que a eleição de Reagan não representará necessariamente uma “direitização” do continente. Ele, inclusive, a vê com esperança: “não tem havido uma política importante em relação à América Latina por parte dos presidentes norte-americanos, exceto durante a gestão do ex-presidente Kennedy”.

Panamá — O presidente Aristides Royo afirmou que “esperamos que a futura administração de Reagan respeite o princípio de autodeterminação dos povos e a não-intervenção nos assuntos internos das nações latino-americanas, assim como a vigência dos direitos humanos no continente”. Royo exigiu também respeito e cumprimento dos tratados Torrijos-Carter, pois eles “são lei no Panamá e nos Estados Unidos e foram aprovados pela máxima expressão soberana desse povo, sendo um compromisso de cará-

ter internacional”. As declarações do presidente panamenho referem-se às posições de Reagan, manifestadas em entrevistas, na altura da assinatura dos Tratados e quando era candidato, não concordando com a perda para os Estados Unidos do Canal do Panamá.

Bolívia — O general García Meza revelou que a eleição de Reagan “abre perspectivas em relação às modificações que poderão surgir na condução desse país”, numa clara alusão a um eventual reconhecimento do seu regime pela



Turbay Ayala

próxima administração norte-americana. Para o ministro das Relações Exteriores, general Javier Ceruto, que demonstrou grande satisfação, “esse acontecimento possibilitará à Bolívia cimentar uma democracia real e não uma pseudo-democracia”.

Venezuela — Inúmeras personalidades e políticos venezuelanos demonstraram claramente as suas decepções com a vitória do candidato republicano. Carlos Canache Mata, deputado da Ação Democrática, partido social-de-

mocrata de oposição, afirmou que "o triunfo de Reagan foi uma surpresa, eu prefiro os democratas". Outro deputado, German Lairt, do Movimento ao Socialismo (MAS, esquerda moderada), disse que "espera que não se cumpram as promessas eleitorais de Reagan".

Cuba — O jornal *Granma*, órgão oficial do governo, registrou a vitória do candidato republicano Ronald Reagan com uma pequena nota em página interna, sem fazer comentários. Não houve nenhum pronunciamento oficial sobre as eleições americanas e os dirigentes cubanos aguardam numa calada vigilância o rumo que irá tomar o novo governo.

Costa Rica — Com exceção da extrema direita, a maioria dos grupos políticos e econômicos costa-riquenhos receberam com cautela os resultados das eleições presidenciais dos Estados Unidos. O próprio presidente Rodrigo Carazo demonstrou prudência quando declarou que "o fundamental, neste momento, é deixar que o presidente Reagan tome posse do seu novo cargo, para que ao enfrentar as realidades do mundo nos demonstre seu critério e evidencie o significado de sua política, já que não podemos julgá-lo através das especulações que foram feitas em relação à sua campanha política".

República Dominicana — O líder do Partido Revolucionário Dominicano (PRD) e presidente para a América Latina da Internacional Socialista, José Francisco Peña Gomez, afirmou que a vitória de Ronald Reagan não quer dizer que os Estados Unidos apoiarão regimes militares na América Latina: "a política exterior de uma nação não se muda da noite para o dia" — frisou. Na sua opinião, a derrota de Carter era previsível, devido à situação

econômica dos Estados Unidos, com 8 mil desempregados. O líder do PRP anunciou que dirigentes latino-americanos da Internacional Socialista viajarão a Washington brevemente para uma reunião com o novo presidente americano.

México — Hortensia Bussi, viúva do ex-presidente Salvador Allende e o ex-presidente argentino Héctor Cámpora, asilados no México, advertiram que os antecedentes do ex-ator Ronald Reagan o colocam como aliado dos governos militares do continente, aos quais, durante a sua campanha, ofereceu ajuda militar para combater seus opositores.

Héctor Cámpora



GAMMA/SIGLA

Peru — Líderes da Apra, do Partido Popular Cristão e de organizações de esquerda afirmaram que a vitória de Reagan abre para a América Latina uma etapa de inquietação e debilitamento da democracia enquanto o presidente da República, Fernando Belaúnde Terry e alguns de seus colaboradores mais próximos aplaudiram o triunfo do candidato republicano.

Belaúnde Terry, líder do Partido Ação Popular, declarou que "os resultados eleitorais norte-americanos permitirão manter mais estreita ainda as relações

entre Peru e Estados Unidos". No entanto, o presidente não explicou quais as razões das relações poderem ser melhores com Reagan do que com Carter.

ÁFRICA

Angola — O chefe do Estado angolano, José Eduardo dos Santos, criticou certas declarações feitas por autoridades norte-americanas durante o período eleitoral, qualificando-as como uma clara demonstração de um novo desejo de ingerência nos assuntos internos da República Popular de Angola.

"O que nós estranhamos — declarou José Eduardo — é o fato de que os Estados Unidos não utilizaram a experiência do fracasso de sua política quando, em 1975, as organizações fantoches que eles patrocinaram, financiaram e armaram, foram derrotadas pelo povo angolano". Ele qualificou a campanha como uma nova tentativa de aliança secreta entre os Estados Unidos e o regime racista da África do Sul para prosseguir sua política de agressão e desestabilização de Angola a partir do território ilegalmente ocupado na Namíbia.

EUROPA

União Soviética — Em telegrama a Reagan, Brejnev afirmou: "Tenho a esperança de que sua atuação nesse alto cargo sirva para melhorar as relações entre nossos países, para o bem da paz e de nossos dois povos". O novo premier soviético, Nikolai Tikhonov, em discurso no Kremlin, fez votos para que Reagan adote, na Casa Branca, "uma atitude política construtiva". Enquanto isso, o *Pravda*, órgão oficial do Partido Comunista Soviético, qualificava de "visível virada à direita" a eleição do candidato republicano.



Itália — O presidente italiano Sandro Pertini, em mensagem ao novo presidente dos Estados Unidos, disse: "Estou convencido de que saberá enfrentar os graves deveres que se lhe apresentam, com equilíbrio e responsabilidade, no interesse da paz, da fraternidade entre todas as nações, da independência dos povos, dos direitos civis e humanos e de uma eficaz luta contra a fome no mundo".

O secretário do partido oficial Democrata Cristão, Valerio Piccoli, disse esperar que Reagan continue a reforçar a Aliança Atlântica (Otan) e respaldar a posição dos tradicionais aliados dos Estados Unidos. Enquanto isso, os dirigentes comunistas fizeram manifestações de cautela e preocupação.

Alemanha — A eleição de Reagan causou indisfarçável preocupação entre os políticos do governo da Alemanha Ocidental. Apesar dos telegramas formais de congratulações enviados pelo presidente Carl Karstens e pelo chanceler Helmut Schmidt, muitos comentários externaram temores de que o entendimento entre eles fique ainda mais difícil.

Willy Brandt, em telegrama a Reagan, manifestou o desejo de que "as duas superpotências nucleares encontrem meios para se entenderem, pois disso depende o futuro da humanidade". Maria Schlei, ex-ministra da Cooperação Econômica, afirmou que "os tratados Salt-2 não podem ser abandonados sob pena de graves consequências".

Holanda — O governo holandês, em telegrama de felicitações ao presidente eleito dos Estados Unidos, registrou a esperança de que a sua política "oriente-se em prol da manutenção da paz mundial e da segurança, bem como em favor da distensão e da promoção dos direitos humanos".

Otan — Nos círculos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) a vitória de Reagan foi recebida com discreta satisfação. "É de se esperar que a política americana seja agora mais consistente, menos "volúvel", a fim de que o governo de Moscou compreenda que não podem fazer o que querem" — afirmaram. Comentou-se também em algumas rodas da Otan que o Tratado Salt-2, sobre a limitação das armas estratégicas, parece definitivamente condenado em sua forma atual. Esperam também, por outro lado, que o general Alexander Haig, ex-comandante-em-chefe das forças da Otan na Europa, assuma um cargo de responsabilidade na equipe de Reagan.

ÁSIA

China — O primeiro-ministro da China, Zhao Zhiang, em mensagem de congratulações a Reagan, lembrou-o que os Estados Unidos estão comprometidos com a tese de que Formosa é parte integrante da China. Durante a campanha, Reagan manifestou a intenção de estabelecer relações oficiais com Formosa, o que repercutiu negativamente em Pequim.



Zhao Zhiang

ORIENTE MÉDIO

OLP — Após a vitória do candidato republicano, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) divulgou uma declaração afirmando que "a posição pró-israelense do presidente eleito dos Estados Unidos prejudicará os interesses norte-americanos no Oriente Médio". O comunicado frisou ainda que a "descrição da OLP como uma organização terrorista indica o total favoritismo de Reagan a Israel e seu desconhecimento do povo palestino", numa alusão às declarações de Reagan, segundo as quais a OLP "é uma organização terrorista que não representa os refugiados palestinos". □

terceiro mundo

GAMMA/ISGLA



O general Alexander Haig



Saraiva Guerreiro com José Eduardo dos Santos, presidente de Angola

AMÉRICA LATINA

BRASIL

“Nem paternalismos, nem hegemônias”

Em entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, o chanceler Saraiva Guerreiro assegura que foi positivo o balanço de sua missão à África. Nega que haja o propósito de servir de instrumento à triangulação comercial e reitera o apoio à independência da Namíbia

Clóvis Sena (*)

*O autor é o representante de cadernos em Brasília

O chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro declarou que o Brasil rejeita ajudas paternalistas, atitudes hegemônicas, pois seria absurdo pensar que se pretenda desenvolver com a África um tipo de cooperação que ele próprio rejeita. Se os países africanos têm aceito e se propõem a desenvolver as relações de cooperação com o Brasil, é porque ambos os lados reconhecem vantagens nessa cooperação.

O ministro do Exterior brasileiro disse que os países visitados na África sabem muito bem onde estão seus interesses. Isso se aplica, também, às relações comerciais. Não há nada para ser corrigido, pois o Brasil não pretende servir de instrumento para meras triangulações, assim como não se propõe a alijar dos mercados quem quer que seja. E explica mais: não há um diálogo político com a África do Sul que permita ao Brasil intervir diretamente junto a Pretória para a solução da questão namibiana ou para encaminhar qualquer outro tema político.

Poderia nos fazer um balanço de sua missão na África?

— A missão à África obedeceu à diretriz presidencial que atribui prioridade ao relacionamento do Brasil com os países africanos. Meu objetivo foi, em primeiro lugar, manter contato pessoal com as autoridades da Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Zimbabwe e Angola e delas ouvir, diretamente, suas opiniões sobre a situação regional, sobre as relações com o Brasil, etc. As trocas de idéias em todos os países visitados proporcionaram, sem dúvida, um melhor conhecimento recíproco e, assim, reforçaram o grau de confiança mútua. Outro objetivo da missão foi passar em revista o que já existe em matéria de cooperação econômica, comercial, técnica, cultural, verificar novas oportunidades de trabalho conjunto. Também esse objetivo foi alcançado, identificando-se novos caminhos para o fortalecimento das relações do Brasil com aqueles países. O balanço geral da missão foi positivo.

Que impressão lhe deixou o contato com os governantes africanos?

— Os contatos com todos os governantes visitados foram caracterizados por um profundo grau de franqueza, cordialidade e descontração. Foram exatamente esses atributos que permitiram um melhor conhecimento de parte a parte, uma melhor compreensão dos problemas, opiniões e posições respectivas. Fui recebido por todos esses governantes de forma calorosa. Isso muito me sensibilizou e revela o grau de interesse que têm no Brasil e nas coisas brasileiras. Esse interesse é recíproco.

Comentou-se na imprensa que nem todos os objetivos de sua missão foram alcançados. O Sr. concorda com isso?

— Todos os objetivos da missão, conforme indiquei, foram alcançados. Pela franqueza das conversações, os resultados foram além das expectativas. Não evitamos nenhum tema, presente, passado ou futuro. Nada nos foi cobrado. Todos os países visitados manifestaram a intenção de manter e estreitar relações com o Brasil em campos diversos porque vêem nesse relacionamento, na cooperação mútua, perspectivas amplas que interessam equilibradamente a ambas as partes.

Paternalismo e hegemonia

Em certos setores brasileiros afirmava-se que era possível desenvolver o comércio com as ex-colônias portuguesas sem levar em consideração o contexto ideológico dos seus Governos. Referindo-se expressamente a essas relações econômicas, o presidente Samora Machel frisou que Moçambique quer uma cooperação entre iguais e não uma ajuda paternalista. Outros governos sustentaram posições semelhantes. O Senhor crê que,



Mugabe: discussões sobre cooperação econômica, comercial, técnica e cultural

à luz dessas opiniões, a política comercial brasileira para a África tem alguma retificação a fazer?

— O Brasil, tal como os países africanos, rejeita ajudas paternalistas, enfim, atitudes hegemônicas. Seria, pois, absurdo pensar que o Brasil pretenda desenvolver com a África um tipo de cooperação que ele próprio rejeita. Se os países africanos têm aceito e se propõem a desenvolver as relações de cooperação com o Brasil, é porque ambos os lados reconhecem vantagens nessa cooperação. Conforme já ressaltéi em outras oportunidades, os países visitados sabem muito bem onde estão seus interesses. Isso se aplica, também, naturalmente, às relações comerciais. Se o Brasil apresenta a possibilidade de ser um mercado adicional ou opcional para os países africanos, o fato é de seu interesse, assim como é do interesse brasileiro. É dentro desse espírito que se tem desenvolvido o comércio entre o Brasil e a África. Não há qualquer retificação a fazer.

Ainda nesse campo, uma das preocupações constantes que se nota nos Estados africanos progressistas é que o intercâmbio com outros países do Terceiro Mundo não seja uma mera triangulação, isto é, a compra indireta de produtos, tecnologia e serviços das grandes potências industrializadas, através de vendedores — o Brasil inclusive — que seriam meros intermediários. Considera que essas advertências também se

ajustam às exportações brasileiras? E nesse caso, o que poderia fazer o Governo do Brasil para corrigir essa situação?

— A resposta a essa pergunta está contida na anterior. Não há nada a ser corrigido na política comercial brasileira com relação à África. Cabe apenas criar maiores facilidades e estimular o trabalho dos operadores econômicos oficiais e privados. O Brasil não pretende servir de instrumento para meras triangulações, assim como não se propõe a alijar dos mercados quem quer que seja. A circunstância de a ecologia de certas áreas africanas ser semelhante à nossa, o fato de já se terem desenvolvido no Brasil tecnologias facilmente adaptáveis às condições climáticas e ao estágio de desenvolvimento africano são, sem dúvida, elementos que tornam nossos produtos e serviços atraentes a países em condições semelhantes. O comércio Brasil-África é efetuado por empresas estatais ou privadas da mesma forma como se realiza com o resto do mundo. O Brasil exporta produtos e serviços totalmente nacionais ou com altíssimo percentual de valor agregado brasileiro. Alargando um pouco a questão, deixo bem claro que o Brasil não pretende nem quer o papel político de mediador entre os países industrializados e o Terceiro Mundo, assim como, no plano econômico, o de mero intermediário e de ponte para interesses de terceiros países. O Brasil fala e age por si mesmo.



Guerreiro e Nyerere, da Tanzânia



O presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda

Foi bem recebido na África o incondicional apoio brasileiro à independência da Namíbia. Por apoiar esse princípio, Angola tem sido vítima de brutais agressões sul-africanas. O Brasil mantém relações diplomáticas e econômicas com o Governo de Pretória, que ocupa a Namíbia e ataca Angola. Existe no Itamaraty alguma iniciativa concreta, a nível diplomático, em apoio à independência e para deter a guerra da África do Sul contra Angola?

— O apoio brasileiro à causa da Namíbia é conhecido e tem se desenvolvido há anos e de forma invariável em todos os foros multilaterais. Nada mais fizemos, durante a viagem à África, do que reiterá-lo. Da mesma forma, o Brasil tem se solidarizado com Angola pelas agressões sofridas em função de seu apoio à causa da independência da Namíbia.

Quanto ao relacionamento do Brasil com a África do Sul, ele se limita ao fato de mantermos relações diplomáticas e comerciais, em nível de encarregado de negócios e para fins políticos. Não há, na verdade, um diálogo político entre os dois Governos que permita ao Brasil intervir diretamente junto a Pretória para a solução da questão namibiana ou para encaminhar qualquer outro tema político. Alguns governantes africanos visitados chegaram a levantar essa hipótese, mas logo concluíram, após a exposição que lhes fiz do estado atual de nossas relações com a África do Sul, que ela seria inviável.

No caso do Timor-Leste, o respeito à sua autodeterminação foi exigido nos comunicados conjuntos. Essa posição foi ratificada na recente visita ao Brasil do representante da Fretilin na ONU. Projeta o Governo brasileiro algum tipo de iniciativa junto à Indonésia, visando a desocupação militar do Timor?

— O Brasil apóia os princípios consagrados do direito dos povos à autodeterminação e à independência. Com relação ao Timor Leste, temos sempre apoiado as resoluções das Nações Unidas que defendem a autodeterminação do povo timorense. Não havia, pois, empecilho para repetir tal posição de princípio em comunicados bilaterais. A vinda ao Brasil do representante da Fretilin na ONU proporcionou maior conhecimento dos objetivos e dos planos de negociações que aquele movimento pretende desenvolver junto à comunidade internacional. Não foi solicitada, nem está prevista, qualquer gestão unilateral do Governo brasileiro junto a Jacarta. Nem caberia ao Brasil tomar tal iniciativa. Outros países mais diretamente envolvidos na questão estariam mais aptos a procurar negociá-la.

São dramáticas as condições de vida da população dessa ex-colônia portuguesa, atualmente sob ocupação indonésia. Há, no Itamaraty, algum projeto de ajuda humanitária a essa população?

— Não há projetos de ajuda em estudos. A possibilidade de auxílio humanitário não está, todavia, descartada. □

PANAMÁ

Torrijos: “a Revolução nicaraguense é um exemplo”

Revelações sobre sua participação na guerra contra Somoza. Uma avaliação política da América Central. O papel das Forças Armadas

Neiva Moreira

Durante os dois últimos anos, o general Omar Torrijos, comandante da Guarda Nacional (ou seja, o exército) do Panamá não concedeu nenhuma entrevista aos meios de comunicação e ficou num aparente segundo plano no convulsionado ambiente político centro-americano. Esse silêncio, no entanto, não era sinônimo de inatividade. É conhecido o trabalho solidário do Panamá e, particularmente, do general Torrijos, com os combatentes sandinistas durante a guerra na Nicarágua, da mesma forma que, nos bastidores, sua figura de líder panamenho e centro-americano está presente no desenvolvimento dos atuais acontecimentos na área.

Recentemente, Torrijos esteve no Brasil numa visita de caráter privado, que o levou por vários pontos do país a fim de ver, diretamente, algumas das obras de infra-estrutura que estão em andamento e visitar indústrias e centros de pesquisas. Torrijos está interessado em saber que tipo de tecnologia latino-americana pode ser adaptada à realidade panamenha.

Na extensa entrevista exclusiva que concedeu a **cadernos do terceiro mundo**, no Rio de Janeiro, o general Torrijos quebrou o silêncio. E revelou alguns episódios desconhecidos da época da guerra na Nicarágua, confirmando que sofreu pressões para deixar de ajudar a Frente Sandinista.

ta. E fez uma confidência: seu próprio filho, Martín, esteve na Frente Sul ao lado do Comandante Zero, Edén Pastora.

Falou, também, extensamente, sobre o papel das Forças Armadas panamenhas na vida do Estado e analisou a experiência da Guarda Nacional, que ele lidera, para tirar algumas conclusões que considera válidas para as outras nações do continente.

De seu quarto de hotel com vista para a Avenida Atlântica, reiterou sua confiança na década de 80 por considerá-la mais auspiciosa para os povos latino-americanos, cujo processo de emancipação considera “irreversível”.

Os militares e o poder

Poderia avaliar a situação no seu país desde que você propiciou a entrega do governo aos civis? Como vê o momento atual?

— Tínhamos dois objetivos fundamentais na revolução de 68. Primeiro, a recuperação do Canal e, segundo, transformar uma caricatura de país numa nação. Dez anos depois, considerei que esses objetivos tinham sido atingidos. Assim, quando o mundo político interno panamenho julgava, equivocadamente, que as Forças Arma-



Torrijos

das estavam elaborando uma Constituição para permanecerem no poder, surpreendentemente para eles, nós nos afastamos. Em política, como em ginecologia, as coisas são ou não são. Não se pode ficar "ligeiramente grávida". Assim, nós decidimos não ficar.

As Forças Armadas atualmente garantem a vigência da Constituição para que uma nova ordem política funcione. Introduzimos algo novo: os três poderes – Legislativo, Judiciário e Executivo – atuam com independência mas mantêm-se em comunicação com as Forças Armadas. Estabelecemos esse artigo constitucional para evitar que as Forças Armadas irrompam com armas, canhões e fuzis na vida pública. Trata-se de um princípio constitucional novo e real. A América Latina está cheia de constituições que dizem que as Forças Armadas são essencialmente obedientes e alheias ao poder político, respeitando a Constituição e a independência dos Poderes. Mas, de fato... os militares estão dentro do cenário político. E quando entram em cena, fazem-no com botas e não com votos. Ficou claro?

Naturalmente.

– As Forças Armadas, em geral, estão despolitizadas. Usam o critério de que o país pode ser governado sob os parâmetros de uma Divisão e de

um Regimento. No Panamá, demos-lhes uma nova definição: as Forças Armadas são obedientes ao poder político, mas têm também uma missão: fazem parte de um plano de desenvolvimento.

Os oficiais, tenentes, capitães, majores, etc., têm cursos de formação política com orientadores de todas as tendências.

Orientadores, como?

— Militantes de todos os partidos que vão dar cursos de política às Forças Armadas. Vão os conservadores, a ultra-esquerda, a ultradireita, os liberais, todos. Assim, as Forças Armadas vão formando sua própria personalidade.

O papel das Forças Armadas

Isso é particularmente renovador na América Latina. E, nesse contexto, como situaria o "modelo peruano"?

— As Forças Armadas também devem fazer prevalecer os valores humanísticos. Elas devem contribuir para o desenvolvimento. E gostaria de destacar uma diferença em relação ao caso do Peru: nós, no Panamá, não irrompemos na vida pública como "o governo das Forças Armadas". Só havia um coronel ministro, na pasta da Agricultura.

Logo depois de assumirmos o poder, recrutamos a juventude mais talentosa, de diferentes procedências (esquerda, direita, centro) e fomos forjando uma nova geração de dirigentes. Sabíamos quem era quem. Por quê? Porque durante muito tempo tínhamos sido requisitados para reprimir essa juventude. Na repressão, na luta, começamos a valorizar a qualidade do "inimigo", nesse caso, esses jovens. Eles próprios se surpreenderam quando mandamos chamá-los.

Pode-se dizer que as Forças Armadas praticamente se limitaram a dar apoio aos planos de desenvolvimento que eles elaboraram. E, nesses anos, levantamos o país. Levantamos sua economia. Convertimos uma caricatura de país numa Nação. Desenvolvemos um ambicioso plano de escolas. Demos ao povo um novo conceito de saúde. Colocamos a saúde não como a ausência de doença, mas sim como um estado de bem-estar geral.

Paralelamente a essa luta no plano interno para forjar uma Nação, fizemos com que o Panamá tivesse voz a nível internacional. O Panamá apareceu. Demonstramos ao mundo que não fomos acrescentar mais uma estrela na bandeira dos Estados Unidos.

Estive, há muitos anos, com o general Velasco Alvarado. Disse-lhe que acreditava na sua lide-



"É preciso que a esquerda entenda que as Forças Armadas existem; e que as Forças Armadas entendam que a esquerda também existe"



Antes dos tratados, o Panamá recebia dos EUA 2 milhões de dólares ao ano do total da renda do canal. Hoje, o país arrecada 74 milhões de dólares

rança, que acreditava na sua Revolução mas não acreditava que essa Revolução pudesse ser conduzida, exclusivamente, por um único setor da sociedade, o setor uniformizado. Manifestei-lhe minha opinião no sentido de que devia ir incorporando todas essas gerações formadas em *San Marcos*, em *La Molina* — e cito essas duas Universidades porque são um ponto de referência no desenvolvimento da América Latina. Nossos primeiros técnicos agrônomos formaram-se em *La Molina*, a universidade tecnológica peruana.

Nenhuma sociedade suporta um governo setorial. Nem só de padres, nem só de jornalistas, professores ou militares. Porque nesses governos não há intercâmbio, não há confrontação de idéias. Não há criatividade.

A recuperação do Canal

Comandante, e o Canal do Panamá? Como anda o cumprimento dos Tratados?

— Nós conseguimos incorporar a Zona do Canal à geografia da dignidade nacional, sem qualquer custo social. Mas para isso, tínhamos que estar preparados para pagar algum preço.

Qual?

— O da paciência. No entanto, eu estava preparado para tirá-los todos à bomba.

Acha que podia fazê-lo?

— Não teria sido político, mas havia condições. O Canal é totalmente indefeso. Tão indefe-

so como uma criança recém-nascida. É uma obra para a paz, para o comércio, para o intercâmbio, para fins pacíficos. É indefensável. E nadã teriam podido fazer contra a vontade dos nativos, dos panamenhos.

E os norte-americanos se conduziram corretamente no cumprimento dos Tratados? Criaram dificuldades?

— As dificuldades previstas. Ninguém perde com boa vontade tantos privilégios...

Além do problema em si da recuperação da soberania, existe o aspecto econômico. O que significou, nesse campo, o acordo do Canal?

— O objetivo da luta era a soberania. Mas a soberania também é rentável. Antes do Tratado, o Panamá recebia só dois milhões de dólares ao ano do total da renda do Canal. Nosso governo recusou-se a continuar recebendo esse dinheiro para mostrar ao mundo que não estávamos alugados mas sim ocupados. Era uma ocupação de fato e não se paga a quem está sob ocupação. Mas, este ano, já recebemos 74 milhões de dólares em dinheiro pela renda do Canal, como consequência dos Tratados.

Imagino quanto dinheiro o Panamá tenha perdido...

— É isso. Estávamos ocupados. O Canal é uma fonte de receita por seus aspectos colaterais como serviços, portos, aeroportos, alfândega. É a área mais comercial do mundo. Uma cintura estratégica onde o oceano Pacífico e o oceano

“Reagan não pode pegar o Somoza e fazê-lo voltar ao bunker na Nicarágua. Primeiro, porque Somoza não existe mais e, segundo, porque historicamente isso é impossível”

Atlântico se dão um beijo de 80 quilômetros de extensão.

As eleições

Houve eleições recentemente no Panamá. Como você as viu do seu gabinete do Comando da Guarda?

— Nenhuma eleição é inteiramente ordeira. Tem algum componente carnavalesco nela. Um carnaval pátrio, patriótico. Estavam em jogo 19 posições para legisladores. O partido do governo, Partido Democrático Panamenho, ficou com 10. E a oposição ficou com nove. Foi uma boa votação. Uma lição de exercício democrático.

Não se estava pondo em jogo o governo. Minha pessoa não estava sendo testada.

Pela primeira vez, o Partido Comunista elegeu um representante. Isso é bom, porque se a esquerda tem expressão numa Assembléia, ela não se vê obrigada a recorrer a instâncias clandestinas, como no passado.

E pode-se dizer que foram eleições realmente livres?

— Tão livres que eu não sei em quem meus filhos e minha esposa votaram.

E você?

— Eu sei em quem votei. Também foi a primeira vez que as Forças Armadas não receberam palavras-de-ordem. Disseram-lhes: “Votem em quem quiserem”.

Na América Central, as Forças Armadas têm tradição golpista. Você crê que isso esteja totalmente superado no Panamá?

— Sim. Esse processo fez-nos superar essa tradição. Ao tomar parte num plano de desenvolvimento, as Forças Armadas não têm que recorrer à violência.

A Escuela de las Américas hoje

Existe um aspecto muito curioso nisso tudo. As forças Armadas panamenhas que estão do lado da Zona do Canal optam por posições independentes com relação às escolas norte-americanas que ali funcionam. Como explica isso? Só pela presença de um líder carismático como o general Torrijos? Ou é algo mais do que a figura do líder o que impulsiona a mudança?

— Não, não é por personalismo. É pela ocupação. Um país ocupado é um país ressentido. E nós estávamos ressentidos porque o Comando Sul, que está na Zona do Canal, sempre nos utilizava como primeira linha de combate contra nosso povo. Foi-se criando uma outra mentalidade. Eles tentam *coca-colizar* as pessoas. Tirar-lhes a identidade. Mas agora estão vendo que a coisa está escapando de suas mãos.

Como definiria a atual relação?

— Creio que os norte-americanos estão aprendendo no Comando Sul mais de nós do que nós deles. Nas Forças Armadas dos Estados Unidos está havendo mudanças significativas.

Essas mudanças refletem-se nos conteúdos das Escolas do Canal ou, ao contrário, a carga ideológica ali continua sempre a mesma?...

— Não, também muda. A *Escuela de las Américas* está mudando. A ponto de alguns países do Cone Sul de nosso continente não mandarem mais alunos porque dizem que são escolas subversivas.

Excessivamente liberais?

— Sim. Falam de Direitos Humanos. Mas principalmente porque agora existem instrutores panamenhos e nós estamos imprimindo nossa personalidade à *Escuela de las Américas*.

Isso, a partir dos Tratados?

— Sim. Mas dentro de cinco anos, de acordo com os Tratados, a *Escuela* desaparecerá. Devo

dizer que não há nenhuma escola má. O que há são maus produtos. Maus programas.

A vitória da Nicarágua

Foi muito importante o papel do Panamá na luta do povo da Nicarágua. Como o descreveria, você que esteve dentro dos momentos decisivos?

— A geografia política da América Central tinha chegado a uma hora de mudança. As Forças Armadas tinham estado no poder por muito tempo. Já não era possível manter essa situação. O Pentágono e a Casa Branca compreenderam isso e começaram a tirar o respaldo, a negar a paternidade dessas mesmas Forças Armadas. As mudanças vêm com mais violência onde há mais fascismo. A resposta ao fascismo é a violência.

A juventude da Nicarágua — que nunca renunciou à luta — organizou-se em três ou quatro frentes, conseguiu que Daniel Oduber (então presidente da Costa Rica) lhe desse um “santuário”; e deu-se a coincidência de que em três países da área estivessem convivendo no governo Carlos Andrés Perez (Venezuela), Daniel Oduber e Omar Torrijos.

Quer dizer, três presidentes com bastante sensibilidade para identificarem-se com a luta do povo nicaraguense.

— E também, depois, Rodrigo Carazo, quando mudou o governo na Costa Rica. Ele teve uma atitude corajosa. Viveu a fase culminante da luta.

E a contribuição do povo: 50 mil mortos. Apesar desse custo social, foi a Revolução mais serena e mais ajuizada. Quando todos pensavam que a juventude sandinista ia radicalizar, eles atuaram de forma totalmente diferente, fazendo uma revolução com *habeas corpus*. Você imagina isso?

E há outro aspecto importante. Os Estados Unidos começaram a compreender que tinham que conviver com um certo grau de socialismo. E a União Soviética também está mudando. Começa a aceitar que tem que conviver com maior grau de liberdade, como no caso da Polônia.

Há uma linha definida. Os dois centros de poder estão girando, já não estão estáticos. O Pentágono e a Casa Branca entenderam qual ia ser o custo de não permitir esses graus de socialismo. E a União Soviética viu que preço iria pagar se não permitisse esse pequeno reajuste.

Do lado dos Estados Unidos, essa seria uma constatação assumida pelo sistema e, em particular, por Carter? Você acredita que com Reagan na Casa Branca os EUA continuarão nessa linha?

— Eu penso que já é uma escola. Reagan não pode pegar o Somoza e fazê-lo voltar ao *bunker* na Nicarágua. Primeiro, porque Somoza não existe mais e, segundo, porque historicamente isso é impossível.

Dizem que existem pressões fronteiriças sobre o governo da Nicarágua. É verdade?

— Sim, há pressões. A revolução nicaraguense não está sendo exportada. Mas é um exemplo. E os exemplos são imitados. A revolução, particularmente na Nicarágua, ainda corre um certo grau de perigo, se as coisas não mudarem em Honduras, se não mudarem em El Salvador e na

GAMMA SIGLA



A bandeira norte-americana no chão: o símbolo da revolta panamenha

“Atualmente, El Salvador tem um violenta luta de classes, com a diferença de que, agora, os dois lados estão armados. E com um agravante: nem o setor governante e as Forças Armadas, nem a esquerda têm liderança suficiente para ordenar o cessar-fogo”

Guatemala. Pode-se viver com um vizinho hostil, mas não se pode dormir.

El Salvador se “libanizou

Então, acredita que o destino da revolução nicaraguense corre paralelo ao do povo centro-americano em seu conjunto?

— Aquilo que ocorre nesses países vizinhos, particularmente em El Salvador e Guatemala é bastante determinante. Atualmente, El Salvador tem uma violenta luta de classes, com a diferença de que, agora, os dois lados estão armados. E com um agravante: nenhum dos dois — nem o setor governante e as Forças Armadas, nem a esquerda — têm liderança suficiente para ordenar o cessar-fogo.

O que existe é uma criminalidade patológica. E não seria estranho que uma intervenção se fizesse necessária, nem da OEA (Organização dos Estados Americanos) nem do Pacto do Rio de Janeiro, mas das Nações Unidas, para ordenar esse cessar-fogo. Uma força militar. Porque a situação se agravou tanto que El Salvador se *libanizou*. É um Líbano, em território americano. E é uma atitude irresponsável em relação ao futuro da América, deixar que um povo se mate indiscriminadamente sem fazer nada para pôr um fim à batalha.

Acredita que a esquerda salvadorenha tenha avançado em seu processo unitário? Tem melhorado sua situação política?

— Na esquerda salvadorenha nota-se um maior grau de organização e um maior desejo de diálogo. O Panamá tem servido de intermediário para um diálogo com as Forças Armadas.

Como vê o papel da Democracia Cristã nesse processo?

— A situação em El Salvador é muito dura. A verdade é que, às custas de seu prestígio, eles, os democrata-cristãos, estão tentando cumprir o papel dessa força de paz. Não podemos criticá-la por esporte. Eliminaram todos os seus quadros dirigentes. Pelo menos, a DC consegue com que as forças de direita contem até dez antes de eliminar algum quadro de esquerda. Mas ela deu o nome sem ter o poder. O poder real está nas mãos do ministro da Defesa, que se chama García.

Dentro das Forças Armadas salvadorenhas, existe algum setor mais inclinado ao diálogo?

— A base militar está inclinada ao diálogo, mas seu líder, o coronel Majano, é um indeciso. É um líder carente de decisão. Não se decide nunca.

E o diálogo que o Panamá está promovendo?

— Somos intermediários para que eles conversem. Para que cada um se dê um espaço. Em política, há uma palavra-chave: espaço. E é incrível a capacidade que eles demonstraram para se entenderem.

O Panamá não pode recusar-se a ter um papel. Servimos de orientadores, porque a juventude militar, a jovem oficialidade de certas Forças Armadas da América Central tem confiança na Guarda do Panamá. E os grupos de esquerda também. Por essa capacidade de diálogo que demonstraram, estamos conseguindo inverter a ordem das coisas: em vez de lutarem à bala, que conversem; que a esquerda entenda que as Forças Armadas existem; e que as Forças Armadas entendam que a esquerda também existe.

Que os militares entendam que não há poder de fogo que possa silenciar uma revolução. Que a esquerda entenda que apesar de a revolução poder ser feita sem as Forças Armadas, o custo social que ela, a esquerda, tem que pagar é muito alto: quando se chega à vitória, a única coisa que se garante é um *black-out* da liderança, porque os grandes dirigentes foram mortos. É o caso da Nicarágua. Hoje não são mais que 40 ou 50 rapazes que estão à frente do processo. E o maior problema que enfrentam agora é a escassez de quadros.

“Retiremos todos as mãos”

Estávamos no México quando se deu a vitória na Nicarágua. Houve alguns momentos, nos meses anteriores à tomada do poder, em que parecia iminente que o Pentágono e os amigos de Somoza poderiam provocar uma intervenção. E que essa intervenção poderia também estender-se ao Panamá. Existiu realmente esse perigo?

— Sim, houve esse perigo. O Comando Sul foi reforçado. Os vôos se intensificaram. O Panamá teve fortes e prolongadas discussões com o Departamento de Estado. Carlos Andrés Pérez, Carazo e o Panamá, conseguiram que eles compreendessem que o processo era irreversível. O próprio Carter me chamou por telefone, dizendo-me que retirara as mãos da América Central.

E o que você respondeu?

— Que as retirássemos todos.

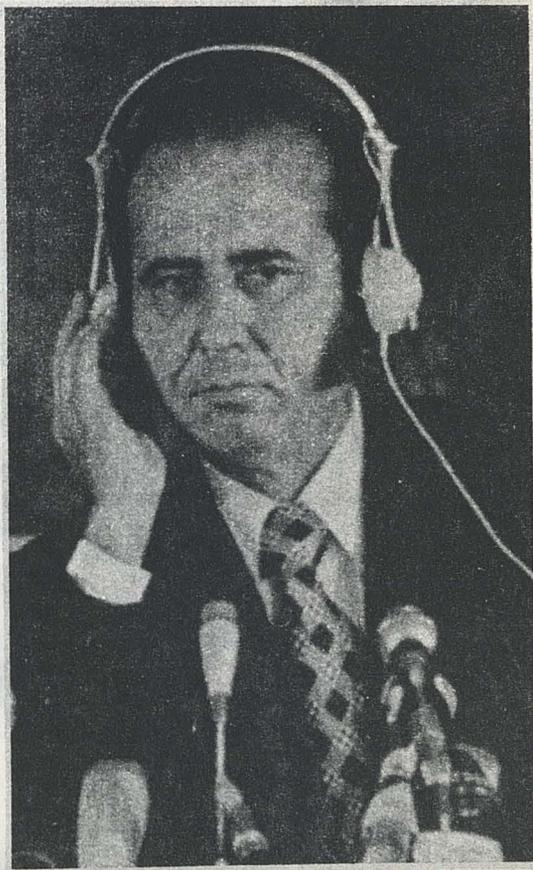
Assim, com essas mesmas palavras?

— Assim mesmo. Mas ele não é prepotente. Depois, conversamos muito. Chamou-me uma vez às cinco da manhã. Carlos Andrés Pérez e eu tínhamos planejado uma operação. E, por causa dessa conversa, Carter ficou incluído no plano.

Carter, Carlos Andrés Pérez e você?

— Sim, sim. E quando alguém faz um plano com a Casa Branca, a coisa tem que sair bem. Os aviões já não precisam voar a 100 metros de altura. Não têm que voar rasante, os radares os guiam. Isso é uma mudança.

A revolução na Nicarágua teria sido feita com ou sem Carter. Mas acho que o número de mortos teria sido muito mais significativo sem Carter.



Carazo (esquerda) e Andrés Pérez: ao lado de Torrijos conseguiram fazer com que os EUA compreendessem que o processo na Nicarágua era irreversível

Houve momentos difíceis. Carazo me chamava e dizia: "Omar, a luta está perdida". Era impressionante o número de mortos que voltava da frente sul. Era impressionante a criminalidade da Guarda Nacional. Mas igualmente impressionante, era a valentia dessa geração sandinista, sem armas, mal-equipada, maltreinada.

Nós sabíamos que quando se desafia um ditador de 45 anos de poder e com tantos milhões de dólares, tem que ser para ganhá-lo. Se perdêssemos, as consequências poderiam ser fatais para a Costa Rica e para o Panamá.

Foi só quando Carlos Andrés Pérez colocou componentes da Força Aérea venezuelana na Costa Rica e no Panamá que nós nos sentimos mais tranquilos.

Um reunião histórica

O Panamá também teve um papel ativo no processo de unificação interna das correntes sandinistas.

— Na casa de campo da Guarda, em Rio Hato, uma antiga base militar, poucos meses antes

do triunfo na Nicarágua, reunimo-nos com todos os grupos sandinistas, para unificar os critérios. Terminamos com uma ceia. Havia quatorze comandantes. Dos quatorze, mataram quatro. Cada vez que um desses rapazes morria, minha alma se despedaçava.

Uma vez contei essa história a Gabriel García Marquez. Sentados, os dois à mesma mesa, eu lhe dizia: "Aqui estava sentado Dalton, aqui estava Fulano, aqui estava Sicrano..." E ele me respondeu: "Então, não a usemos mais". Ele é meio macumbeiro e o fato de estar sentado onde antes se tinham reunido os sandinistas, alguns deles assassinados...

... essa mesa é histórica. Por que não a manda para um museu?

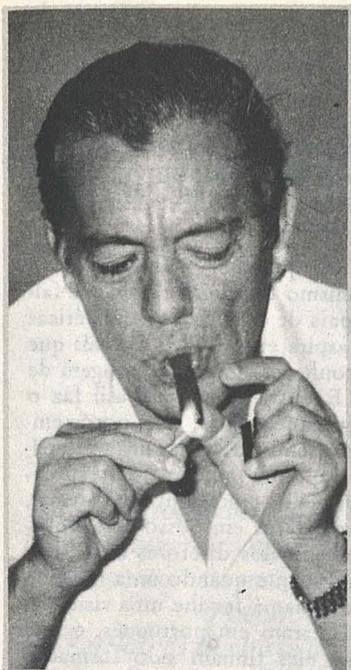
— Eu vou mandá-la para os sandinistas.

Quem estava na reunião?

— Estavam Tomás Borge, Edén Pastora, Dalton, os irmãos Ortega, Germán Pomares, Wheelock, Dora María, a comandante "Dois"; estava, também o chefe da resistência em Manágua, que morreu em León.



Torrijos apoiou a revolução nicaraguense em toda a sua trajetória: "ela é um exemplo e os exemplos são imitados"



“Essa campanha de acusarem o Brasil de ser um país imperialista é gerada pelos inimigos tecnológicos que vêm neste país um rival”



“Estamos arriscando a vida”

Fora a cooperação do Panamá, que outra foi decisiva?

— A de Carlos Andrés Pérez. Eu me comunicava muito com ele. “Omar, vem para Orchila”, disse-me uma manhã. Orchila é uma ilha que só tem um aeroporto. Carlos Andrés colocou-a na geografia da dignidade, porque ali Pérez Jimenez costumava chegar com seu gabinete e enchê-la de mulheres. Depois, dizia: “Aquele que alcançar uma *muchacha*, fica com ela”.

Eu cheguei às 10 da manhã e ali mesmo traçamos o plano de ajuda à Nicarágua. Eu lhe disse: “Espero que estejas consciente de que quando alguém entra num plano como este, não há regresso. Estamos desafiando a dinastia mais forte, melhor equipada monetariamente e mais criminosa da América. Indiretamente, estamos arriscando a vida”. Ele me respondeu: “Estou consciente”. E entramos. Esse plano foi concebido poucos meses antes da vitória.

É verdade que alguém muito próximo a você participou da luta na Nicarágua?

— Tenho um filho, Martín, que tem suas próprias atividades políticas e sociais. Ele participava

nas tarefas de abastecimento a partir do Panamá. Tinha 15 anos nessa época. Sua mãe, um dia, me perguntou: “Onde está Martín?” Respondi-lhe que não sabia. Faltavam três semanas para a vitória. Martín estava na frente sul, com Edén Pastora, o comandante “Zero”.

Como vê a posição do México em relação à América Central?

— López Portillo tem uma política mais aberta em relação à América Central. Porque na América Central gostamos mais do México do que o México pensa. Há uma presença cultural mexicana positiva nessa área.

O México está esperando que esses povos adquiram sua estrutura própria, para apoiá-los economicamente. Já a Costa Rica, a Nicarágua e o Panamá, além de outros países, nos beneficiamos de um generoso plano de empréstimos mais suaves para pesquisas e localização de substitutos do petróleo e para a construção de hidrelétricas. Um plano do qual a Venezuela também participa.

É muito positiva a presença mexicana nesse campo. E seria imprudente que o México assumisse responsabilidades em outros assuntos, por causa de sua posição geopolítica.

Um processo irreversível

Como vê o futuro da América Central na década de oitenta?

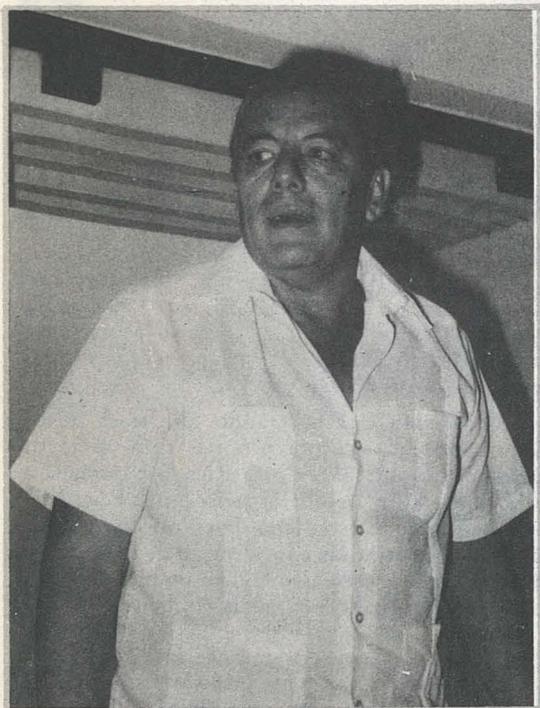
— O processo de mudanças é irreversível, embora possa haver alguns retrocessos transitórios. A América Central muda todos os dias. E não há força capaz de deter esse processo. A força dos povos não pode ser contida. Temos que trabalhar para que os povos atuem com equilíbrio e maturidade no dia em que tomarem o poder. Que haja diálogo.

Estará ficando em evidência, no caso centro-americano, que a política do "dominó" é certa?

— A política do "dominó" é um princípio operativo normal. Mas, que foi que fizeram os norte-americanos, inteligentemente? Puseram-se atrás do dominó, para que ele não os agarre. Para ficarem fora do tabuleiro. Mas estão dispostos a conviver com um certo reordenamento político.

A tecnologia brasileira

O que mais o impressionou ou interessou nessa viagem ao Brasil?



"A teoria do expansionismo brasileiro também é falsa"

— Pude convencer-me que essa campanha de acusarem o Brasil de ser um país imperialista é gerada pelos inimigos tecnológicos que vêm neste país um rival. Vêm que o Brasil avançou muito no campo tecnológico e que o seu mercado natural são os países latino-americanos. Não é improvável que quando chegar a hora da construção de um outro canal no Panamá, o Brasil possa competir com vantagens.

Convenci-me, de qualquer maneira, que a teoria do expansionismo brasileiro também é falsa. O Brasil é um país de dimensões hemisféricas e o brasileiro que aspira expandir-se, o mais que ele pode fazer é conhecer uma porcentagem de seu próprio solo. E outra coisa: o Brasil faz o bem e não faz propaganda disso. Nós, por exemplo, há muitos anos, temos bolsistas nas universidades brasileiras e isso criou um fluxo de tecnologia, com as pessoas que regressam ao Panamá, sendo um importante fator em nosso desenvolvimento. Contava-me um dos diretores da fábrica de aviões *Bandeirante* que quando uma unidade da Força Aérea do Panamá fez-lhe uma visita, só duas pessoas não falaram em português, o que significa que todos eles tinham sido formados aqui.

O processo de descolonização africano

Passando agora a outro continente, como vê o processo de descolonização na África?

— Na VI Reunião de Cúpula de Havana, estive conversando com dirigentes desses países, particularmente com Samora Machel. Fiquei surpreendido com a capacidade natural de liderança que tem esse homem. E com os conhecimentos que tem da economia de seu país, polegada por polegada. Samora Machel tem toda a graça e a sabedoria de seu povo concentrada nele. É, sem dúvida, uma grande esperança para o continente africano.

Acho que as duas partes, africana e latino-americana, têm muito a ganhar com essa relação que deve ser estabelecida. Nós temos que nos conhecer mutuamente. Penso, no futuro, fazer uma viagem pela África.

Antes da descolonização africana, particularmente antes da independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, as forças do *status-quo* consideravam-se invencíveis. Mas depois da guerra do Vietnam e do processo libertador africano, o próprio Pentágono começou a escrever em seus documentos, que a via militar não era uma resposta e que se deveria procurar saídas políticas. □

Depois das eleições, a caça às bruxas

*O retorno ao FMI e
uma severa campanha
anticomunista marcam
o début do
Partido Trabalhista da
Jamaica no poder*

Ben Brodie



O novo primeiro-ministro Edward Seaga

No momento em que eu fiz meu juramento como primeiro-ministro, a minha intenção é de pedir ao embaixador cubano que abandone a Jamaica porque ele é *persona non grata*.”

Era a primeira declaração do primeiro-ministro eleito Edward Seaga¹ na mesma noite de 30 de outubro, quando começava a ficar claro que o Partido Traba-

lhista da Jamaica (JPL — Jamaica Labour Party) organizaria o novo governo do país, pondo fim a oito anos de administração do Partido Nacional Popular (PNP) de Michael Manley.

(1) O novo primeiro-ministro Seaga nasceu a 28 de maio de 1930, em Boston, Massachusetts (EUA), filho de pais jamaicanos. Ele estudou em Harvard e ingressou em 1959 na vida política antes da Jamaica se tornar in-

dependente. Foi membro do Parlamento, ministro do Desenvolvimento e Bem-Estar Social (1962 e 1967), ministro das Finanças (1967-1972) e líder da oposição desde que substituiu a Hugh Shearer, o primeiro-ministro anterior a Michael Manley.

do pelo seu governo a pedido das novas autoridades da Jamaica.

Há mais ou menos um ano atrás, Estrada ganhara a inimizade do Partido Trabalhista, então na oposição, quando se negara a pedir desculpas pelas críticas cubanas a esse partido e ao seu jornal, o *The Gleaner*. Ele, então, tinha sido acusado de interferir nos assuntos internos do país e foi nesse fato que o novo governo se apoiou para solicitar a sua saída.

Mas a primeira medida do novo *premier* não foi a única que deu origem ao temor de que uma "caça às bruxas" anticomunista pudesse estar surgindo (e esse temor se viu intensificado com a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América). Uma bomba foi jogada num local próximo à embaixada cubana, trabalhadores cubanos foram espancados e alguns simpatizantes do partido vencedor apedrejaram uma escola doada por Cuba à Jamaica.²

A linha adotada pelo Partido Trabalhista procurava mostrar que votar nele significava votar contra o comunismo. Essa era a linha seguida pelo *The Gleaner* e seus colunistas. Alguns simpatizantes do Partido Nacional Popular, descontentes com o apoio que o Partido dos Trabalhadores da Jamaica (Workers Party of Jamaica - WPJ, comunista) deu a Manley por ocasião da campanha eleitoral, deram credibilidade a essa versão.

O primeiro-ministro Seaga foi ainda mais longe, advertindo a oposição que "para ser eficiente na tarefa opositora", ele tinha que reagir contra "a onda do co-

(2) Durante a administração do primeiro-ministro Michael Manley, Cuba dera à Jamaica uma importante assistência técnica, além de colaboradores — educadores, médicos e engenheiros entre outros — que trabalharam em diferentes áreas do país em projetos de desenvolvimento econômico e social.

munismo lunático". Ele falava partindo da suposição de que contaria com absolutos poderes constitucionais. Mas, em que medida Seaga poderá agir utilizando esses poderes para minimizar a importância objetiva da esquerda jamaicana? Isso, no entanto, ainda está sem definição.

Maioria parlamentar

Das 60 cadeiras do Parlamento, o Partido Trabalhista ganhou 51 e o Partido Nacional Popular, 8. A outra cadeira ainda está sem definição pois, em Saint Andrew, um triunfo que primeiro foi anunciado como do candidato do PNP, na contagem final deu a vitória ao Partido Trabalhista de forma suspeita.

Porém, apesar da alta margem de representação parlamentar em favor do partido de Seaga, os votos para o trabalhismo representaram, na realidade, 58,4%, enquanto o partido de Michael Manley obteve 41,4%. Em números: 469.447 votos para o JLP e 333.160 para o PNP.

Caso o Partido Trabalhista tente impor medidas antipopulares — e tudo parece indicar que assim será, particularmente com a guinada anticomunista que já se prevê — ele terá que enfrentar manifestações importantes da base do Partido Nacional Popular que é contrária a essa política. O JLP explorou certo sentimento anticomunista, certas "aprensões com o comunismo", para induzir o voto, a seu favor, dos setores do PNP que estariam próximos de sua linha política.

As definições internas do PNP

A partir do fato de ter o Partido do ex-primeiro-ministro Manley obtido 41,4% dos votos, as possibilidades de êxito da campanha anticomunista do JLP dependem, em grande medida, do tipo de avaliação a ser feita pelo PNP das causas de sua derrota eleitoral. Se a interpretação

da derrota é que ela se deve à identificação do PNP com o comunismo, então a campanha poderá ter sucesso. Se a avaliação for correta, o papel de vanguarda que estavam tendo o secretário-geral do PNP, D.K. Duncan, e o antigo ministro das Finanças, Hugh Small, será reduzido e o partido se colocará sob a influência da centro-direita.

Atualmente, Duncan está sofrendo pressões do novo governo, tendo sido acusado de porte ilegal de armas de fogo há poucas semanas. Uma fiança de dez dólares permitiu-lhe sair da Corte.

O desfecho lógico de uma situação desse tipo seria que os temores anticomunistas levassem o partido a escolher elementos centristas para dirigi-lo nesta etapa, modificando os padrões nos quais, antes, baseava sua ação.

Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores da Jamaica (de linha comunista) vê essas mudanças internas do PNP como perigosas e como sintoma de que a campanha anticomunista de Seaga levará o partido perdedor a rever suas posições. Um PNP mudado e debilitado seria a garantia de sua continuidade no cenário político.

O Partido dos Trabalhadores, no seu jornal *Luta (Struggle)* assinala que a derrota do PNP foi consequência, principalmente, das duras condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos de 1977 e 1979 (ver Quadro) e do fracasso do governo de Manley no sentido de não ter adotado medidas firmes para conter a violência no período pré-eleitoral.

Terroristas políticos com armas sofisticadas de fabricação norte-americana mataram 600 pessoas desde o começo deste ano: 54 delas no mês de setembro e 74 no mês de outubro.³

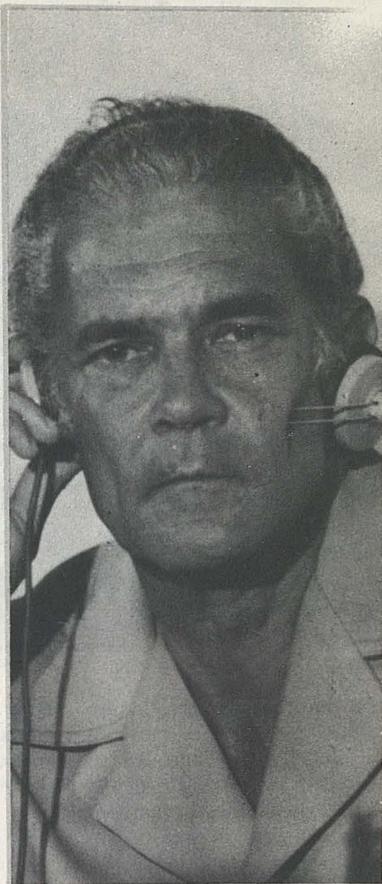
(3) A polícia jamaicana capturou um carregamento de rifles automáticos e 12 mil caixas de munições que foram

FMI, o pivot da crise

□ Michael Manley nacionalizou a bauxita e outros setores vitais da economia da Jamaica. Em 1972, iniciou a reforma agrária. Promoveu uma intensa campanha de alfabetização, introduziu o salário mínimo, reformou a legislação trabalhista em favor dos trabalhadores e a legislação civil, beneficiando as mulheres.

A economia do país fortaleceu-se enormemente com os impostos à bauxita. As receitas do país em consequência das vendas do mineral passaram de 25 para 200 milhões de dólares em um ano.

Em 1977, porém, a campanha de desestabilização estava no auge, com efeitos devastadores na economia. Importantes firmas estavam fechando as portas, reduzindo-se a produção. Assim, o ex-primeiro-ministro decidiu recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em procura de assistência, enfrentando a oposição da esquerda, dentro e fora de seu partido. Assinou um acordo *stand-by* por dois anos, em julho de 1977, sendo suspenso pelo próprio Manley em dezembro do mesmo ano e substituído por uma extensão das facilidades do Fundo por três anos, em maio de 1978. Mas em 1979 também fracassou. O relacionamento com o FMI não teve outra consequência senão o agravamento da crise.



Manley: derrotado pelo FMI

Os comunistas afirmam que um PNP reformulado, nos termos da análise acima, debilitará a capacidade da esquerda como um todo, para enfrentar as medidas antipopulares de Seaga.

A julgar pelo manifesto do JLP e pelas declarações dos seus dirigentes depois das eleições, um movimento antipopular deverá surgir a partir das medidas econômicas a serem adotadas pelo novo governo. O modelo por-

to-riquenho para investimentos estrangeiros como impulso ao desenvolvimento está sendo favorecido e já existem conversações entre os banqueiros no sentido de voltar ao apoio do Fundo Monetário Internacional, cujas severas condições tinham sido recusadas pelo governo de Michael Manley.

Mudanças em todos os níveis

No entanto, para ampliar suas bases, o primeiro-ministro Seaga já começou a mostrar à oposição os limites de sua ação política. A divisão dos serviços de proteção,

que dava segurança aos parlamentares por meio de um corpo de guardas, foi virtualmente desmantelada, com 60 dos 70 membros já transferidos para vários pontos da ilha. Dois dos guardacostas de D. K. Duncan foram acusados de porte ilegal de armas, enquanto o terceiro — que foi baleado recentemente por soldados — está detido. Os passaportes dos três foram cassados, assim como o do próprio Duncan. A medida lembra as linhas de ação do governo trabalhista dos anos 60, quando os passaportes de vários cidadãos foram retidos por “ofensas” tais como, por exemplo, viajar para Cuba.

enviadas por comerciantes de Miami. Calcula-se que 6 mil armas ingressaram clandestinamente na ilha, que não conta com sistema de radar.



A violência pré-eleitoral fez 600 vítimas desde o começo do ano

Essa limpeza tem sido estendida a outras corporações e serviços. E Seaga demitiu todos os membros nessas áreas. Alguns funcionários públicos também foram informados de que “o governo não poderá continuar trabalhando com eles”. Mais ainda: Seaga, que também é o ministro responsável pela Informação além de ministro das Finanças e de Minas, está juntando informações a respeito do jornal *Daily News* e da rádio *Jamaica Broadcasting Corporation*, ambas empresas do governo. Quando estava na oposição, Seaga era um crítico severo desses dois órgãos de informação.

Também foi demitido todo o pessoal de limpeza e manutenção da *Jamaica House*, a residência oficial do Primeiro-Ministro jamaicano.

Desde a eleição, a violência tem diminuído e foi lançada uma campanha de limpeza para

tirar as barricadas das ruas que tinham sido alvo de ataques terroristas.

Uma grande fraude?

Mas há uma pergunta na cabeça das pessoas, mesmo na dos colunistas do *The Gleaner* e que diz respeito à ampla margem de vitória do JLP.

“Fraude maciça”, “ofensa à democracia”, eis algumas das expressões utilizadas pela esquerda para descrever a arrasadora vitória do Partido Trabalhista da Jamaica. Até o colunista de direita Wilnot Perkins, do *The Gleaner*, afirma ter “profundas suspeitas” da parte de alguns setores do próprio partido a respeito de sua tão esmagadora vitória.

O ex-primeiro-ministro Michael Manley, pessoalmente, questionou o papel das forças de segurança pela forma como conduziram a contagem dos votos.⁴

A dramática e inexplicável guinada na votação, em setores ou regiões fiéis ao PNP — e que se dizem fiéis mesmo depois da votação — continua sem esclarecimento.

Um resultado já foi levado à Corte e outros mais o serão brevemente. Assim, a maioria do JLP poderá vir a ser reduzida, mas parece pouco provável que os protestos legais possam reverter uma vitória que já foi abertamente proclamada.

Da mesma forma, parece pouco provável que o papel desempenhado pela Jamaica no cenário internacional nesses últimos anos possa continuar sob o governo conservador do Partido Trabalhista de Seaga. □

(4) O PNP declarou em entrevista à imprensa que houve casos de mais de uma urna chegar da mesma mesa eleitoral durante a apuração dos resultados. Também denunciou que o Partido não teve direito de intervir na supervisão das apurações e que não pôde acompanhar as urnas dos lugares de votação às mesas, onde os votos iriam ser contabilizados.

EUA isolam Granada

□ Animados com a derrota de Michael Manley nas últimas eleições da Jamaica, em 30 de outubro, os Estados Unidos estão agora intensificando seus esforços para isolar o regime de Granada.

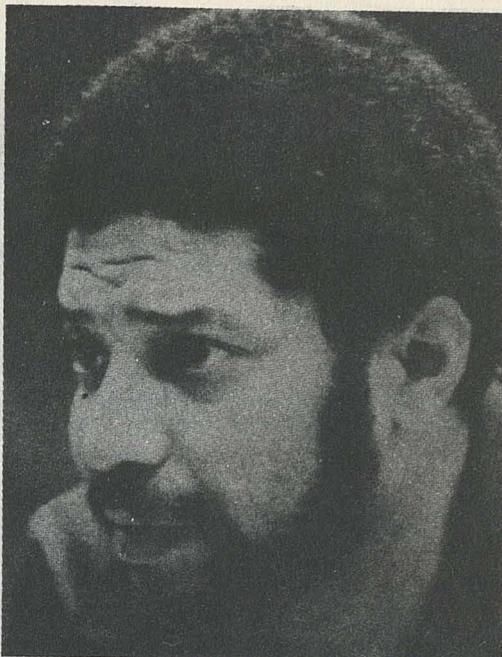
Do Caribe de língua inglesa, Granada é a única ilha que mantém uma política de orientação socialista. A 13 de março de 1979, a ditadura de Eric Gairy foi derrubada, sendo dissolvida a sua polícia e criado o Exército Revolucionário do Povo. O Governo Revolucionário Provisório é presidido por Maurice Bishop, que ocupa o cargo de Primeiro-Ministro. Um importante plano de reformas foi iniciado desde então.

Tom Adams, primeiro-ministro da ilha de Barbados, comentando as implicações da nova administração de Washington no Caribe (ele é um dos maiores aliados dos Estados Unidos nessa área), sugeriu que se promovam eleições em Granada para "legitimar" o governo de Bishop. Adams acusou ainda o país vizinho de realizar uma "política esquerdizante".

Maurice Bishop disse que Adams necessita "ser posto em seu lugar" e o acusou de estar atuando sob as instruções da embaixada dos Estados Unidos em Bridgetown e do Departamento de Estado norte-americano.

O primeiro-ministro de Granada afirmou que seu país se lembrará sempre da solidariedade demonstrada pelas nações irmãs de San Vicente, Santa Lucia e Dominica, ao condenar publicamente a negativa da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (AID) de dar assistência à Ilha, que sofreu graves danos na sua agricultura causados pelo furacão *Allen*.

Bishop mencionou também outros exemplos que demonstraram a má vontade do governo dos EUA em manter relações normais com Granada: as autoridades norte-americanas se negaram a dar segurança ao vice-primeiro-ministro das Finanças, Bernard Coard, durante a reunião do FMI — Banco Mundial enquanto o ex-ditador Eric B. Gairy (acusado de assassinato e outras atividades criminosas em Granada), semanas antes, era protegido por doze veículos de segurança.



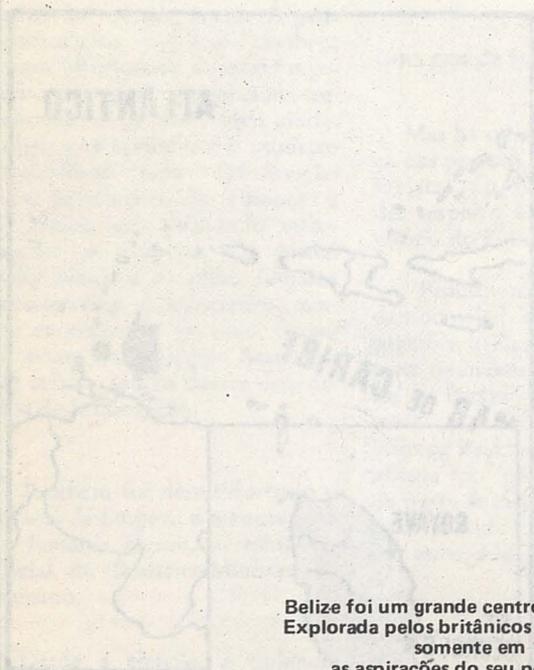
Maurice Bishop



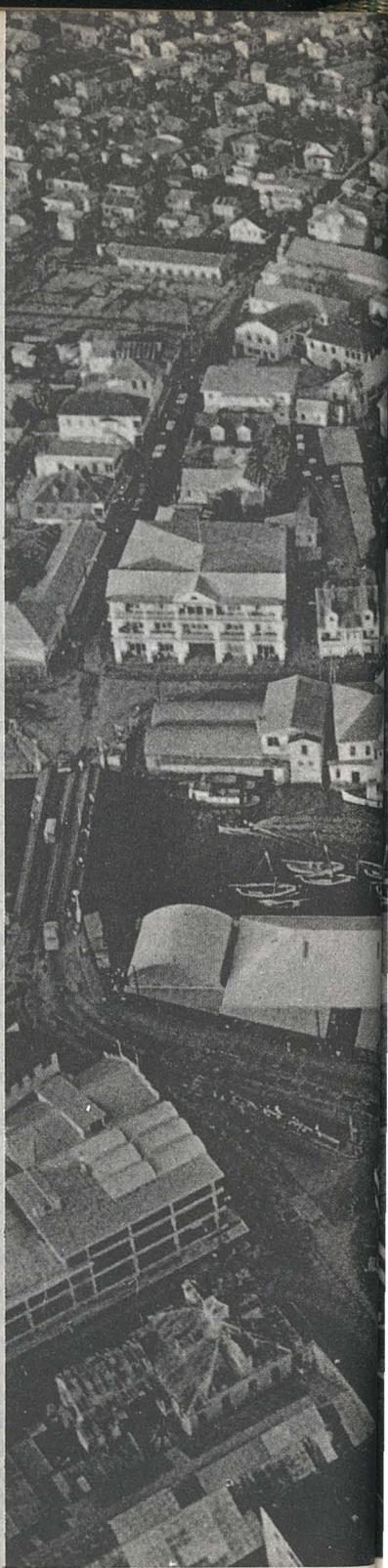
O direito à independência

*Autodeterminação e integridade territorial — a ONU
defende e exige liberdade para a colônia britânica
da América Central*

J. Kappa



Belize foi um grande centro da civilização Maia. Explorada pelos britânicos durante longos anos, somente em 1950 cristalizaram-se as aspirações do seu povo à independência, com a fundação do Partido Unido do Povo (PUP), liderado por George Price





Representantes de 37 países nas Nações Unidas, dentre eles Cuba, Iugoslávia, Suécia, Índia e outros membros do grupo dos Países Não-Alinhados, defenderam na Assembléia Geral da ONU o direito de Belize tornar-se uma nação soberana e independente antes do fim dessa Assembléia Geral, em 1981. A resolução continha também uma manifestação de pesar diante do anúncio de que Grã-Bretanha, Irlanda do Norte e Guatemala não chegaram a um acordo sobre a independência desse país centro-americano, mas adverte: “esse impasse não tira, de modo algum, o direito inalienável do povo de Belize à autodeterminação, à independência e à integridade territorial”.

A proposta dos 37 países exige que o Reino Unido — a potência colonizadora — convoque uma conferência constitucional para preparar a independência e pede que as partes interessadas se abstenham de pressões que venham prejudicar as negociações, seja por meio de ameaças ou do uso da força. No entanto, a resolução sugere que a potência administradora continue garantindo a segurança e a integridade territorial de Belize. A votação da Assembléia Geral da ONU foi totalmente favorável à proposta.

A ocupação do país

O território que Belize ocupa atualmente foi um centro florescente da civilização Maia. Mas as cidades foram quase abandonadas devido a um despovoamento, ocasionado provavelmente pelas doenças introduzidas pelos europeus.

A Espanha, que se fixou em toda a América Central, era nominalmente a potência colonial da região. Mas nunca penetrou em Belize, onde encontrou uma dura resistência dos grupos nativos. Em meados do século XVII,



A população é de origem negra, maia, hindu e até sírio-libanesa

cortadores de madeira corante britânicos estabeleceram-se nas áreas costeiras despovoadas e começaram a importar escravos africanos para se abastecerem de mão-de-obra necessária para a exploração da madeira. Os escravos superaram rapidamente os brancos em número e, em 1784, apenas dez por cento da população era de origem européia, proporção que vem diminuindo até hoje.

Do México, a Espanha fez muitas tentativas para desalojar militarmente os britânicos, frequentemente envolvidos em ações de pirataria. A última delas, em 1789, foi completamente rechaçada. Madri reconheceu então a Londres o direito de colonizar Belize.

Muito antes da independência da América Central, a fronteira meridional das então chamadas "Honduras Britânicas" era o rio Sarstoon. Em 1859 esses limites são estabelecidos por tratado assinado entre a Grã-Bretanha e

a Guatemala, já independente. O último artigo deste documento estabelecia que, para aumentar o comércio entre ambos os países, o governo de Londres construiria um meio de comunicação, fluvial ou terrestre, entre a capital guatemalteca e a costa atlântica.

A estrada nunca foi construída e, oitenta anos depois da assinatura do tratado, em 1940, a Guatemala argumentou que o não cumprimento do artigo invalidava o pacto. A partir daí, ela passou a reclamar a soberania sobre o território belizense. A reivindicação guatemalteca foi, inclusive, incorporada à Constituição do país. Essa foi uma das "bandeiras patrióticas" dos governos ditatoriais guatemaltecos para distrair as atenções de outros problemas mais sérios.

Entretanto, em Belize, a miscigenação da população, de origem negra, maia, hindu e até sírio-libanesa foi forjando um povo com características próprias, nem guatemalteco, nem

mexicano, nem — muito menos — britânico.

O caminho para a independência

As aspirações pela independência cristalizaram-se em 1950 com a fundação do Partido Unido do Povo (PUP), liderado por George Price. Inicialmente organizado como "Comitê Popular" para protestar contra as arbitrariedades da administração colonial, o PUP impôs-se esmagadoramente na primeira eleição de que participou, em abril de 1954. Desde então tem triunfado em todas as eleições. Quando, em 1964, o país conquistou a sua autonomia interna, George Price tornou-se primeiro-ministro.

A ameaça guatemalteca de invadir o território, assim que se retirem as tropas britânicas, tem sido o obstáculo que impede a independência de Belize, pois os ingleses estão dispostos a aceitá-la. Criou-se assim uma situação paradoxal, na qual as tropas coloniais são, agora, as encarregadas de manter a integridade territorial do país que tanto lutou para expulsá-las. Apesar de Belize estar preparando o seu próprio exército, a débil economia do país não dá divisas suficientes para que eles possam enfrentar a Guatemala, que mantém um exército armado e assessorado pelos Estados Unidos e Israel.

Apesar da abundância de terras cultiváveis, menos de 10% são efetivamente trabalhadas. Além disso, estas terras são propriedade de três companhias estrangeiras: a *Tate & Lyle*, a *Salada Foods Inc.*, conhecida como *British Honduras Fruit Co.*, e a *Citrus Company of British Honduras*. A primeira, de capital britânico, controla a produção e processamento da cana-de-açúcar. As duas últimas, canadense e jamaicana, respectivamente, concentram em suas mãos a produção de laranjas e *grape-fruit*, cujo suco congelado é exportado para

os mercados do Estados Unidos e Canadá. A produção de víveres é praticamente inexistente, o que faz com que o país importe a maior parte dos produtos de primeira necessidade.

Oposição de direita

O governo de Price, ao carer de autonomia total, não pode incrementar plenamente o seu programa de desenvolvimento e progresso social. Esse fato tem encorajado o aparecimento de um partido de oposição de direita, o *Democratic United Party*, de Dean Lindo, que demagogicamente explora essas dificuldades.

Nos últimos anos, as autoridades locais propuseram uma política de desenvolvimento, baseada na industrialização, pois consideram que o país só poderá sair do atraso dessa forma. Atualmente o setor industrial limita-se praticamente às atividades vinculadas ao processamento de produtos de exportação e a pequenas indústrias artesanais.

Os ideólogos do *Planning Unit* defendem abertamente a instala-

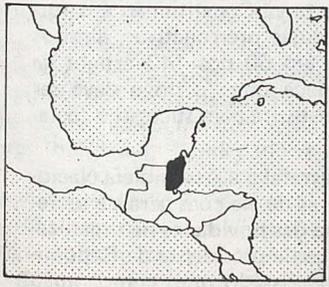
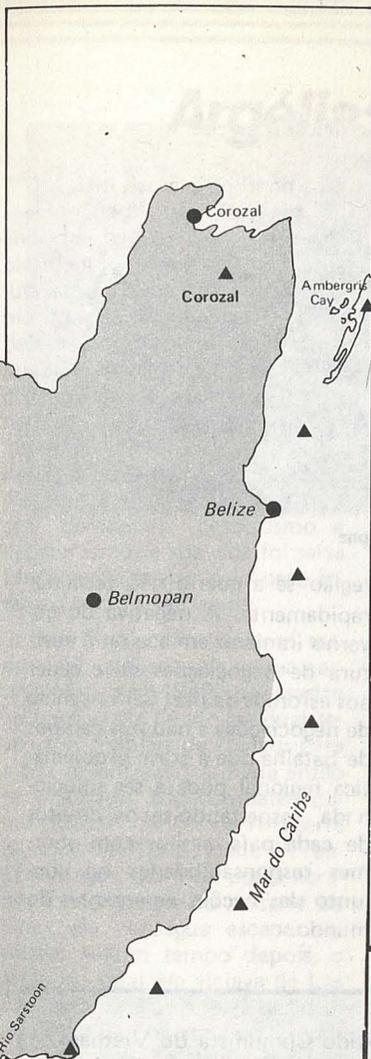
ção de montadoras ou as chamadas *off-shore industries*. Para isso foram sugeridos uma série de incentivos para o investidor: isenção de impostos por um período de dez anos para as novas indústrias que se estabelecerem no país, isenção de impostos sobre dividendos e lucros, isenção aduaneira sobre a maquinaria e matéria-prima utilizadas por essas indústrias, além da garantia de conversão monetária, assim como a absoluta liberdade de expatriar capitais e lucros sem restrição alguma. O programa se completa através da oferta de mão-de-obra barata e abundante.

Belize corre, assim, o grande risco de hipotecar seu futuro antes de conquistar sua independência. Se até o momento grandes capitais não penetraram no país, isso deve-se fundamentalmente à presença britânica, que mantém Belize como um território praticamente virgem. No entanto, se levarmos em conta as notícias que confirmam a existência de jazidas de petróleo no seu subsolo e plataforma continental, a ameaça às riquezas do país torna-se maior. □

Descoberta de petróleo

□ Foi comprovada recentemente a existência de petróleo em Belize. Três empresas estão realizando prospecções no território, entre as quais a empresa estatal mexicana *Pemex* (Petróleos Mexicanos). Segundo especialistas mexicanos, as jazidas encontradas em Belize seriam maiores que as da rica região de Chiapas, no México. As explorações continuam tanto por parte da empresa mexicana quanto pela *Pan America Oil Gas* e pela *Echo Exploration*, desde a desembocadura do rio Sarstoon até Ambergris Cay, no Caribe e, na plataforma continental, assim como no norte do país, no distrito de Corozal.

A confirmação das jazidas fez com que vários créditos fossem oferecidos ao governo tanto por parte do Banco Mundial como por parte da Comunidade Econômica Européia. Esta nova situação revitalizou a economia, que alcançou a renda *per capita* de 500 dólares anuais e um PIB de 130 milhões de dólares.

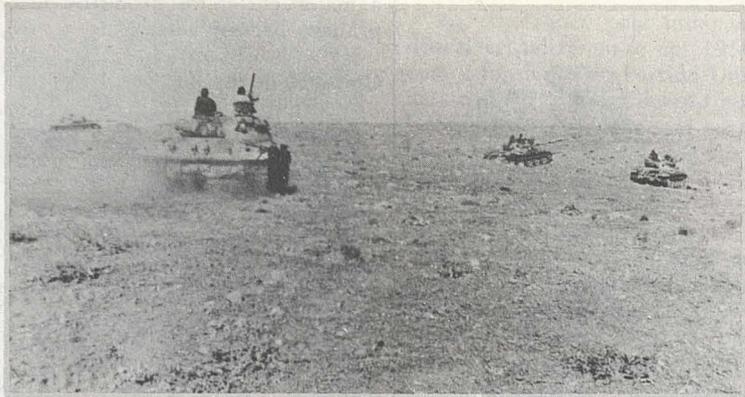


Irã - Iraque

Até o momento em que encerrarmos esta edição as missões de paz destinadas a terminar com o conflito entre Irã e Iraque ainda não haviam conseguido abrir caminho para um entendimento.

Nem os esforços da Liga Árabe, da Comunidade Islâmica, da Organização de Libertação da Palestina, da Organização de Unidade Africana, do Movimento dos Países Não-Alinhados, com antecedentes de audiência em Teerã e Bagdá, conseguiram fazer avanços nos sentido da paz. Também encontrou dificuldades, aparentemente insuperáveis, a missão da ONU chefiada pelo ex-primeiro-ministro da Suécia, Olof Palme, uma figura européia muito relacionada com a África e o Oriente Médio.

No campo de luta, a sensível redução das operações, interca-



A guerra continua apesar dos esforços de paz

lada de ataques mais ou menos localizados, resultou numa virtual estabilização do *front*, embora os iraquianos continuassem mantendo seu cerco de Abadan e ameaçando posições iranianas mais ao norte, próximas aos campos de petróleo do Cuzistão.

Em todo o Terceiro Mundo, no campo socialista e nos países da Europa Ocidental, há grandes preocupações sobre o futuro da

região se a guerra não terminar rapidamente. A negativa do governo iraniano em aceitar a abertura de negociações deve ceder aos esforços de paz. Será na mesa de negociações e não nos campos de batalha que a grave problemática regional poderá ser solucionada, respeitando-se os direitos de cada país, ambos com enormes responsabilidades no conjunto das nações emergentes do mundo.

Vietnam aprova constituição

O Comitê Central do Partido Comunista do Vietnam aprovou recentemente, após longos debates, a nova Constituição do país, que será em breve enviada para a Assembléia Nacional. Na mesma sessão, a Assembléia decidirá sobre a sua dissolução e sobre a organização das eleições gerais, que deverão se realizar no começo do próximo ano.

A principal característica da nova Constituição é o fortalecimento do papel do Estado, cujas prerrogativas, direitos e competências estão consagrados em 60 dos 143 artigos da Carta Magna. Ela também estabelece que "o povo deve ser dono de seu destino" e que ele "construirá com sucesso o socialismo".

O órgão supremo do poder estatal é a Assembléia Nacional, cujos membros se elegem através de eleições gerais e secretas, para mandatos de 5 anos. Uma das novidades na organização do Estado é a supressão do cargo de presidente da República. Será formado um Conselho de Estado que, como órgão coletivo, desempenhará as funções de Chefe de Estado.

Argélia: Ben Bella libertado

Um decreto de Bendjedid Chadli pôs fim aos 16 anos de detenção do primeiro presidente argelino e dirigente da luta armada contra o colonialismo francês, Ahmed Ben Bella. A decisão foi tomada às vésperas do 26º aniversário da deflagração da luta de libertação nacional. Ben Bella fora deposto em 19 de julho de 1965 pelo então ministro da Defesa, Huari Boumediene. Acusado de alta traição, demagogia, despotismo e oportunismo, a sua vida foi salva fundamentalmente pelo peso internacional de seu nome.

Ben Bella começou a se tornar conhecido depois de sua participação, em 1949, no assalto ao correio de Oran, no qual levou três milhões de francos para a sua organização armada então recém-criada. Ele combateu como cidadão francês na II Guerra Mundial em Túnis, Itália e França e chegou até a ser condecorado. Preso depois do assalto de Oran, ele consegue escapar da prisão. Algum tempo depois, o avião no qual ele viajava de Las Palmas para Túnis — já designado Chefe de Logística do Exército de Libertação Nacional Argelino — foi desviado pelos franceses para Argel. Nele viajavam, também, altos dirigentes da Frente de Libertação: Kheridine Budiaf, Mustafá Lacheraf (que já colaborou várias vezes com a nossa revista), Ait Ahmed e Mohamed Hider. A partir daí, em 1958, Ben Bella passou dois anos numa cadeia francesa com portas blindadas, condenado à prisão perpétua e a trabalhos forçados. Em 1961 — quando o exército francês já estava impotente frente ao avanço da rebelião popular — ele foi transferido para uma prisão domiciliar. Só

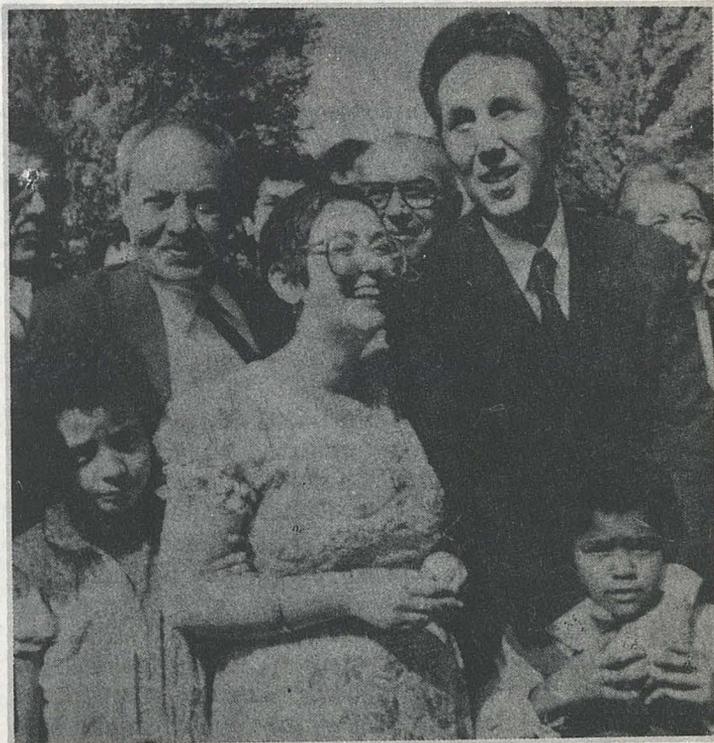
começou a receber visitas quando já se estava negociando a assinatura do armistício.

Em setembro de 1963, Ben Bella foi eleito presidente do país pelo Parlamento. A etapa que se seguiu é uma das mais confusas da história da Argélia.

O anúncio de sua libertação — já cumpridos 16 anos de prisão — não surpreendeu muito, pois o próprio Huari Boumediene já havia tomado medidas neste sentido antes da sua morte. E até Bendjedid Chadli, a 5 de julho do ano passado — data da Festa Nacional argelina — levantou algumas das restrições que pesavam sobre Ben Bella melhorando

o seu regime de detenção, permitindo visitas (exceto de estrangeiros) e transferindo-o para uma magnífica residência em M'Sila, um município distante 300km de Argel, a capital.

Em 1972, Ben Bella se casou com a jornalista Zhora Sellani e, pouco depois, o casal adotou duas meninas, Mehdiá e Nuria, à educação das quais o dirigente dedicou boa parte de seu tempo. Agora, fica a pergunta: quais serão os projetos políticos do líder libertado? Por enquanto, ele tem mantido essa questão no mais absoluto sigilo, só revelando que pensa em radicar-se na sua aldeia natal, Maghnia, perto da fronteira do Marrocos.



Ben Bella e sua família: quais serão os projetos políticos do líder libertado?

EGITO

Oposição quer derrubar Sadat

□ Grupos de oposição formaram no Egito uma Frente democrática nacional para derrubar Anwar Sadat e formar um governo de unidade nacional, com eleições democráticas e modificações na Constituição. O programa da Frente inclui a crise econômica por que passa o país, a carência de liberdade política, o desgaste da independência nacional e a corrupção existente no governo. Propõe também a substituição da "política de Campo David".

Comenta-se que partidos marxistas, nasseristas e outros grupos de oposição apóiam a Frente. Além disso, ao que parece, várias personalidades que já ocuparam postos importantes no governo de Sadat são simpáticas ao movimento, como, por exemplo, o ex-ministro das Relações Exteriores, Ismail Hafmi, e o general Saadeddin Shezli, atual líder de uma Frente de oposição no exílio.

O Egito enfrenta hoje sérios problemas econômicos. A política de "portas abertas" do presidente Sadat permitiu o aparecimento de um corrompido estrato social de super-ricos que mantêm uma considerável influência política. No entanto, dentro do próprio governo existem crescentes índices de insatisfação em relação ao estilo autocrático de Sadat. Os egípcios, em geral, se sentem frustrados pelo contínuo isolamento de seu país no mundo árabe e por sua também crescente dependência dos Estados Unidos.



Sadat: combatido por uma frente democrática nacional

Chile: privatização do ensino

□ Dentro de um programa considerado como "uma profunda reforma na administração do serviço educacional", o governo chileno ultima os preparativos para a privatização global da educação, dentro do esquema sócio-econômico que o atual regime começou a aplicar a partir de 1974. Um primeiro passo já foi dado com a passagem das escolas do país para a responsabilidade dos municípios, o que para muitos significa um passo decisivo.

O Chile, com 11 milhões de habitantes, tem uma população estudantil de cerca de 3 milhões de jovens na área do ensino básico e médio que será atingida

pela medida, somando-se a isso 100 mil professores e perto de 20 mil funcionários administrativos em todo o país.

O assessor jurídico do Ministério da Educação, Jorge Balmaceda, justificou a decisão afirmando que, sendo de grande amplitude, ela permitirá às autoridades governamentais repassar os serviços educacionais aos municípios, "com requisitos flexíveis" e através de convênios assinados com o Ministério da Educação.

Em situação muito especial ficarão os professores que, num prazo de seis meses, deverão optar entre o regime do funcio-

nalismo público e o sistema privado de ensino. O governo terá o poder de definir as normas gerais que orientarão a educação e a elaboração dos planos e programas escolares.

O boletim *La Campana*, publicação da Cordenação Metropolitana de Educadores, manifestou em suas páginas — através do seu porta-voz, o advogado Hernán Quesada — a sua dúvida sobre a eficácia da gestão municipal na área educacional, "sobretudo depois de observar a maneira deficiente com que são manejados outros serviços municipais de menor importância". Acrescentou ainda que "a educação será transformada em mercadoria negociável no mercado".

México constrói usina nucleolétrica

□ Cerca de 7.500 trabalhadores, entre engenheiros, técnicos especializados e operários altamente qualificados, trabalham diariamente em três turnos para concluir no tempo previsto — maio de 1982 — a primeira usina nucleolétrica mexicana em Laguna Verde, no Golfo do México.

A capacidade de cada uma das unidades é de 553 mil kw, o que perfaz para a usina um total de 1.306.000 kw, que constituirá aproximadamente 8% de toda a produção de energia do país em 1983. Entre os países que apresentaram ofertas para parti-

cipar do projeto, se encontram a Suécia, a Inglaterra, a Alemanha, a Bélgica, a União Soviética e a França. As possibilidades de cooperação permanecem abertas no caso de que as autoridades decidam ampliar o horizonte da indústria nuclear no México.

A exigência em termos de tecnologia e materiais que significa a construção de uma usina nuclear, onde se levam em conta todas as regulamentações internacionais para o manejo dos materiais nucleares, também beneficiou a produção mexicana nesse setor, pois 50 fornecedores locais

tiveram que esforçar-se para atender às normas impostas.

O México é um país que tem tido uma ativa participação nas iniciativas destinadas a impedir a proliferação de armas nucleares e, nesse sentido, tem sido o promotor do tratado de Tlatelolco. O desenvolvimento nuclear se realiza com critérios pacifistas e com a participação do Organismo Internacional de Energia Atômica, com sede em Viena. Até o fim do século, o México poderá ter em funcionamento vinte usinas semelhantes à de Laguna Verde.

Vitória do Polisario na ONU

□ A Comissão de Descolonização da ONU está tendo um papel destacado na XXXV Assembléia Geral. Uma clara vitória diplomática foi obtida pela Frente Polisario — que luta contra a ocupação marroquina do seu território — nessa Comissão. A Frente Polisario proclamou a República Árabe Saarauí Democrática (Rasd) nos territórios libertados e conseguiu na ONU o apoio de 43 países, que apresentaram uma resolução — aprovada com o voto de 88 nações — reconhecendo o direito do Saara Ocidental à autodeterminação e à independência.

A vitória foi muito importante, levando-se em conta que o Marrocos havia desenvolvido uma intensa campanha para convencer a ONU de que a Frente Polisario não representava nada e está unicamente integrada por terroristas argelinos e líbios. O regime de Hassan II, rei do Marrocos, levou à sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, cerca de 60 saaraús pró-marroquinos, com a finalidade de que eles contassem a sua versão sobre o problema do Saara. Para o regime de Rabat, o território saarauí faz parte do "Grande Marrocos" e não tem condições de tornar-se independente. Mas, na verdade, o que está por trás das nostálgicas reivindicações históricas é a grande riqueza do Saara em fosfatos e outros minerais.

Com a esmagadora votação da ONU e a decisão do governo da Costa Rica em reconhecer a Frente Polisario e estabelecer relações diplomáticas com a República Árabe Saarauí Democrática (é o 45º país a fazê-lo), as expectativas do Marrocos foram se frustrando, ficando evidente o isolamento internacional do regime de Hassan II.



Forças da Frente Polisario apoiadas pela ONU

Suriname: contra a corrupção

□ O capitão Roy Morb, do exército nacional e juiz do Tribunal Especial estabelecido para tratar dos casos de corrupção, falou, recentemente, à Nação, através da televisão. Ele chamou a corrupção de um "sistema bem organizado que se converteu em norma sob o regime anterior". Assegurou ao público, no entanto, que a intenção do governo não é transformar esses processos numa caça às bruxas. A 25 de fevereiro deste ano os militares tomaram o poder no país.

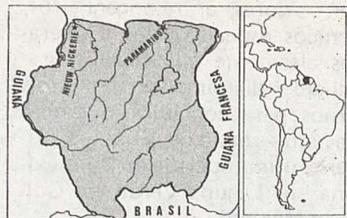
Eis alguns trechos do discurso do capitão Morb, um dos líderes da rebelião:

"Esses processos (que começaram em 29 de outubro) não poderiam ser formalizados se as coisas não tivessem mudado no 25 de Fevereiro. A tomada do poder teve a intenção de realizar mudanças na estrutura política e social da República do Suriname, de maneira que todos os direitos democráticos de seu povo indigente pudessem ser respeitados. Foi um ato justo de libertação... A libertação da repressão, que foi iniciada pelos escravos e imi-

grantes no nosso país contra o opressor da sua época.

"Antes de 25 de fevereiro deste ano, parecia não existir lei alguma neste país, como se a nossa Nação estivesse condenada a viver sob a injustiça, a falta de lei e a desordem. Esta sociedade aprendeu agora a rebelar-se. Contra a ruína que claramente nos ameaçava, essa rebelião é um direito. É por isso que a 25 de fevereiro de 1980 e, posteriormente a 4 de março, a mais alta autoridade do país decidiu reconhecer a tomada do poder como justa e correta. É por isso também que o exército nacional deu garantias ao povo e a essa alta autoridade de que se iria manter e proteger o Estado Constitucional. Isso explica as medidas tomadas para impedir o retorno da antiga ordem irresponsável. Uma das medidas é criar um Tribunal de Justiça Especial, com a autoridade de um Juiz de assuntos criminais e de um Juiz correccional para defender os direitos humanos em nosso país.

"Os governos anteriores nunca foram controlados pelo Parlamento, mas, ao contrário, o usa-



ram como cúmplice para descuidar, enganar e guiar equivocadamente a Nação. Essa incrível situação continuou por muitos anos. As eleições foram manipuladas várias vezes, acompanhadas de intimidação, suborno e racismo. Havia uma Constituição mas, na prática, ela não existia. Não se respeitavam os direitos básicos.

"Todos nós sabíamos que as eleições, programadas para 27 de março de 1980, nos trariam provavelmente novos rostos, mas também sabíamos que a corrupção continuaria. Pelo menos um terço da Nação, durante algum tempo, considerou que essa era a razão para a ruína do nosso amado país. O Suriname havia demonstrado que não queria ser destruído. Portanto, está tratando de deixar de lado seu passado de opressão, exploração e decadência."

Má nutrição atinge 25 países africanos

□ Vinte e cinco países do continente africano, incluindo o Quênia, Uganda e Tanzânia, são as nações onde a má nutrição alcança mais altos níveis. A baixa renda é um componente importante para explicar essa situação. Um exemplo disso pode ser comprovado com o seguinte dado: somente os países localizados ao sul do Saara reúnem a sexta parte da população mais pobre do mundo. E ainda, segun-

do a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 25% da população africana está abaixo do limite mínimo quanto a consumo de calorias e proteínas.

Um outro dado importante em relação à má nutrição é o de que entre as suas principais vítimas estão sempre as mulheres em idade de procriar, as grávidas e as crianças até cinco anos. Nessas mulheres, a má nutrição pro-

Eleições na Guiana

□ O partido Congresso Nacional do Povo (CNP), liderado pelo atual presidente Forbes Burnham, e o Partido Popular Progressista (PPP), presidido por Cheddi Jagan, estarão disputando o poder nas eleições marcadas para 15 de dezembro. Calcula-se que aproximadamente 400 mil eleitores irão às urnas, apesar das campanhas para o voto nulo. Ambos os partidos se declaram socialistas, sendo que o CNP tem o apoio da população negra, enquanto o PPP conta com uma ampla base social de origem indiana.

Cheddi Jagan, líder da oposição e ex-primeiro-ministro por três períodos consecutivos, apesar de aceitar participar das eleições, acusa o governo de fraudulento: "o PPP decidiu competir como parte de uma luta para desmascarar o regime minoritário do CNP, assim como elevar o nível de consciência político-ideológico do povo, para levar adiante a causa da revolução".

Enquanto isso, a Aliança Popular dos Trabalhadores (APT) anunciou que não participará do pleito, decidindo fazer uma campanha para que o povo boicote as eleições.

Segundo observadores políticos, Burnham pegou de surpresa a oposição ao pedir ao povo para renovar seu mandato logo que a nova Constituição entrasse em vigor. Além disso, as eleições vão se realizar num momento em que estão programados para um futuro bem próximo muitos projetos de desenvolvimento. A produção da multimilionária fábrica têxtil Santa, recentemente construída com a ajuda técnica e financeira da República Popular da China, é uma das atuais conquistas do CNP.



Forbes Burnham

voca anemia, o que faz com que nasçam bebês prematuros com peso abaixo do normal e vulneráveis às infecções.

O problema da má nutrição, no entanto, é resultado da pobreza, cujas raízes estão nas estruturas políticas e econômicas. Estas raízes, muito profundas, não podem ser erradicadas somente com a implantação de grandes projetos de planificação, pois, na realidade, necessitam de refor-

mas fundamentais nas instituições sociais. De acordo com um ex-diretor médico de Ghana, a erradicação da pobreza requer uma Nova Ordem Econômica Internacional, uma mudança de estruturas a nível mundial. Outra fonte especializada afirma que a crescente tendência de se abandonar o leite materno como fonte primária de alimentação nas superpovoadas cidades africanas contribui para o aumento e a gravi-

dade dos casos de diarreia infantil.

A Organização Mundial de Saúde considera a má nutrição como o marco de outras necessidades básicas, como saúde, habitação, educação e trabalho. Um estudo realizado por um centro de reabilitação nutricional no norte do Camarões indica que as maiores causas de má nutrição se encontram no analfabetismo e no tipo de trabalho feminino nessa região.

El Salvador: planos secretos dos EUA

□ Analisando a situação salvadorenha, o jornal mexicano *Uno Más Uno* revelou os termos de um documento interno do Departamento de Estado norte-americano, que diz, entre outras coisas, que os EUA têm planos para intervir militarmente naquele país, mas estuda também uma saída política, ao estilo da aplicada ao Zimbábwe, de eleições com a participação da guerrilha e da oposição. Essa última medida, segundo o documento, não é do interesse de setores do exército salvadorenho, devido ao apoio que a Frente Democrática Revolucionária e a direção militar guerrilheira têm entre a população e que poderia aumentar se eles tiverem acesso aos

meios de comunicação.

Algumas áreas no norte do país estão totalmente controladas pelos guerrilheiros. São regiões com grandes cafezais, vitais para a economia salvadorenha. Recentemente, a Junta enviou dez mil soldados para recuperar o espaço perdido: não conseguiu e ainda sacrificou a população civil, atingida pela repressão indiscriminada. Assim, a situação é grave do ponto de vista econômico: mais da metade das terras férteis não foram cultivadas, o crédito agrícola não foi suficiente e a "reforma agrária" da Junta desorganizou a produção. E mais: os investimentos privados foram reduzidos em 476% em relação a

1978 e as importações em aproximadamente 18%.

Essa situação de guerra civil e caos econômico está afugentando muita gente do país, principalmente a população rural: diariamente aumenta o número de salvadorenhos que cruzam a fronteira em direção a Honduras, Nicarágua e Costa Rica. E não é para menos: o governo está lançando desfolhantes e herbicidas de aviões e helicópteros, principalmente no nordeste do país. Um outro aspecto das consequências da guerra refere-se à subnutrição: os últimos dados indicam que 75% das crianças menores de cinco anos sofrem de deficiência de proteínas e a escassez de gêneros alimentícios ameaça a população com a fome.

CARIBE

Avanço na integração econômica

□ Mais um passo foi dado no sentido de uma integração econômica do Caribe. A *Naviera Multinacional del Caribe* (Namucar), companhia de transportes marítimos integrada por capitais de diversas nações da região, transportará petróleo para os seus países membros a partir de janeiro de 1981, segundo informou Alvaro Fernández Escalante, secretário permanente dessa empresa multinacional (*).

Esse foi um dos principais acordos firmados durante a sexta assembléia geral extraordinária, realizada em São José da Costa

Rica, com a participação dos delegados de todos os países que compõem a empresa.

Na mesma ocasião, foi divulgada a posição de Trindade — Tobago, que alegou razões de ordem econômica para deixar a companhia, o que reduz a seis o número de nações de pleno direito na empresa: Costa Rica, Venezuela, México, Jamaica, Cuba e Nicarágua.

Um dos acordos assinados foi o de serem feitas gestões no sentido de incorporar o Panamá à empresa. Os contatos já estão sendo feitos através do ministro de Obras Públicas da Costa Rica,

Mário Fernández Ortiz, e do vice-ministro de Transportes da Venezuela, Vinicio Carrera, que deverão se entrevistar com o presidente panamenho Aristides Royo.

Com relação ao acordo sobre o petróleo, os delegados aprovaram o início do serviço em janeiro de 1981. Ele foi baseado numa proposta da Costa Rica apresentada em agosto de 1980, na reunião de acionistas da empresa.

(*) Chama-se essa empresa de *multinacional* por estar integrada por várias nações. Os economistas preferem que o nome *transnacional* seja utilizado para designar os *trustes* capitalistas.

Repressão no Haiti



Jean-Claude Duvalier

□ Está sendo empreendida no Haiti uma nova onda de repressão. Recentemente o presidente Jean-Claude Duvalier decretou o toque de recolher. Só nas últimas semanas mais de 40 jornalistas, dirigentes sindicais e outros opositores do regime foram presos, entre eles Sylvio Claude, presidente do Partido Democrata Cristão. Claude, detido pela quarta vez desde 1979, se encontra na prisão há quase 2 meses, enquanto que sua filha foi presa no começo de novembro.

Sabe-se também que Evans Paul, dramaturgo e jornalista da Rádio Cacique, foi torturado e logo liberado, "meio surdo", nos primeiros dias de novembro, juntamente com Knop Philo, da Rádio Haiti.

Autoproclamado presidente vitalício em 1964 — cargo que legou a seu filho quando morreu em 1971 — Papa Doc instalou na ilha uma pseudo-monarquia, apoiado no terrorismo de seus *tonton-macoutes*, grupos paramilitares fiéis ao ditador.

Os exilados haitianos, do exterior, e as forças de oposição no interior do próprio país, reivindicam e exigem a queda da ditadura, a realização de eleições gerais e restituição das liberdades individuais, esquecidas há 25 anos.

Filipinas: Marcos faz o ridículo

□ O grupo armado filipino *Movimento de Libertação 6 de Abril* se responsabilizou pelo atentado que no mês passado acabou com um congresso de entidades dedicadas ao turismo, reunidas em Manila. O alvo da bomba era o presidente Ferdinando Marcos, que pessoalmente inaugurara o Congresso poucos minutos antes da explosão, com as seguintes palavras: "Vocês vêm às Filipinas talvez pela primeira vez e foram advertidos de que vivemos sob lei marcial, o que causa receios e desanima muita gente a nos visitar, pensando que aqui há derramamento de sangue, sequestros, incêndios intencionais, assassinatos e destruição. Mas esse é um pesadelo que já superamos".

Qualificando o atentado de "ato vil de terrorismo contra o povo e o governo", Marcos fez, dias depois, um discurso enérgico, prometendo adotar medidas drásticas para punir os responsáveis. Entre essas medidas, está a prisão de três ex-senadores filipinos e outros 28 dirigentes, sob a acusação de estarem direta ou indiretamente implicados com o atentado que fez com que o Congresso de Turismo — que devia, segundo o plano oficial, demonstrar ao mundo a situação de paz nas ruas de Manila — tivesse que ser cancelado.

Atualmente, a situação no país é grave. Um estudo de eco-

nomistas da Universidade de Filipinas estabelece que, em 1975, 71,3% dos camponeses — principal força de trabalho do país — estava "abaixo dos níveis de pobreza", e que o índice de desemprego chega aos 40%. A mão-de-obra filipina é hoje a mais barata da Ásia e o valor real do salário é de 60% em relação aos níveis salariais de 1972. As mulheres têm salários ainda mais baixos.

Nessa situação crítica, a falta total de liberdades e garantias fez com que o povo se revoltasse e agisse. O atentado de Manila é um exemplo bem claro disso. Já a administração Carter tinha advertido o governo filipino para um problema desse tipo.

Nigéria: programa de alfabetização

□ A Nigéria, país de cem milhões de habitantes, o mais densamente povoado da África, tem realizado com bons resultados o seu programa de alfabetização. Cada aluno recebe uma ajuda federal de 100 a 240 dólares por ano, quantia importante levando-se em conta que, na maioria dos países da África, a renda nacional *per capita* não excede os 150 dólares.

A alfabetização da população, que o governo civil do presidente Shehu Shagari realiza (os primeiros passos foram dados em 1966 durante o governo do líder militar Murtala Muhamed), se apóia

materialmente na cada dia mais importante receita do petróleo. Somente na construção de cerca de 60 mil salas de aula e nos livros de texto gratuitos foram destinados, nos últimos quatro anos, aproximadamente 500 milhões de dólares. Estudam hoje no país quase 13 milhões de nigerianos.

Todos os dias, antes de começarem as aulas, os estudantes juram fidelidade à unidade nacional e logo depois cantam o hino nacional. Sendo a Nigéria uma federação com 19 estados e cerca de 250 etnias, foi necessário estabelecer uma estratégia na-

cional, para preservar a integridade do país, cujo lema é "uma nação, um povo". O governo pretende evitar que as trágicas experiências da guerra de Biafra (na qual morreram ao redor de 2 milhões de pessoas) se repitam.

A Nigéria é o quinto exportador de petróleo no mundo, com uma produção de aproximadamente 150 milhões de toneladas e com uma receita de 25 bilhões de dólares. O país, porém, não superou o problema da fome apesar das medidas do governo no sentido de conseguir a auto-suficiência alimentar.

SRI LANKA: um cheiro de golpe

□ As declarações do primeiro-ministro do Sri Lanka, Ranasinghe Premajasa, de que provavelmente em 1983 só haverá uma força política no seu país, o Partido Nacional Unido (PNU), deixaram os líderes da oposição preocupados.

Segundo a oposição, analisando-se as declarações e as ações da direção direita do PNU, o Sri Lanka, que se mantém como uma das poucas democracias asiáticas, pode estar a caminho de uma democracia "ao estilo de Singapura". Argumenta-se também que a "estabilidade" defendida pelo PNU interessa aos investidores estrangeiros e ao capital privado.

O governo de Jayewardene, presidente do país, que segue a teoria do mercado livre, também tomou medidas para garantir a paz na frente industrial, mediante leis e ações antigreves. Por outro lado, os partidos de oposição — sobretudo os radicais e também os maoístas e os trotskistas — afirmam que a estabilidade é uma farsa do partido governante para garantir seu domínio e continuar no poder, oprimindo, assim, o sistema parlamentar multipartidário.

Apesar da dispersão da oposição após a traumática derrota nas eleições de 1977, o Partido da Liberdade do Sri Lanka, uma organização de esquerda moderada, liderada pela senhora Bandaranaike, manteve-se como a úni-

ca expressão de oposição popular nacional com possibilidades de substituir o PNU nas eleições parlamentares de 1983. A senhora Bandaranaike foi destituída de seus direitos políticos e expulsa do Parlamento pelo governo em outubro passado, numa medida que fora interpretada pela oposição como uma forma de "apaziguar as multinacionais".

GUATEMALA

Um erro de paginação no número anterior transformou a matéria sobre a Guatemala num quebra-cabeças de difícil solução. Em atenção à reclamação de inúmeros leitores que ficaram sem entender a sequência da matéria e também por uma questão de autocrítica — não pretendemos nos omitir diante dos nossos erros — vamos republicá-la na próxima edição.



LANICA

LÍNEAS AERÉAS DE NICARAGUA.S.A.

MANAGUA

SAN JOSE, C. R.

SAN SALVADOR

MEXICO

PANAMA

MIAMI

**Reforma 322
México 6, D.F.**

**Tels.: 511-3290
511-3617**

A crise do modelo multinacional

Procura-se corrigir a hegemonia do grupo étnico kikuiu, mas sem alterar a política econômica imposta por Jomo Kenyatta

Gabriel Omotozo

Jomo Kenyatta



Se algum país africano mostra, hoje, à flor da pele, as consequências negativas de um processo de libertação percorrido só até a metade, esse país se chama Quênia. Ele entrou nos anos 80 sob o signo da escassez, com o leite racionado, a eletricidade cortada durante várias horas por dia e grandes filas na frente dos armazéns, depois de uma década de relativa prosperidade que parecia ser uma exceção às regras do subdesenvolvimento.

Durante os anos 70, o *boom* do café permitira a essa nação cafeeira de 15 milhões de habitantes desfrutar de um excepcional ritmo de crescimento econômico. Com uma produção industrial que se expandia a uma taxa anual de 10% e um crescimento de 6% em seu Produto Interno Bruto, o Quênia deu ao Ocidente a possibilidade de exibir esses resultados como um mostruário do bem-estar que

podia ser conseguido com um desenvolvimento vinculado às leis da economia capitalista multinacional.

Hoje, a fragilidade e a transitoriedade desse bem-estar ficaram, brutalmente, à vista, sob o efeito combinado de fatores externos adversos (a começar pelo incremento do preço de suas importações industriais e do petróleo) e a falta de defesa interna para enfrentá-los.

O crescimento do Produto Bruto caiu a uma taxa de 4%. A disponibilidade de energia elétrica reduziu-se a extremos, o que criou a necessidade de racionar seu fornecimento: os cortes de luz chegaram a durar até seis horas por dia, com a conseqüente paralisação da produção industrial durante esse tempo. Também está em crise o abastecimento de alimentos, distribuídos em doses homeopáticas.

Pela primeira vez desde que o Quênia conseguiu sua independência, em 1963, milhares de irritadas donas-de-casa fazem fila várias vezes por dia para comprar sua cota de leite e porções igualmente racionadas de milho, trigo, farinha e arroz, componentes básicos da tradicional dieta queniana.

O problema não está só na falta de alimentos mas, também, na multiplicação vertiginosa das bocas a alimentar. Com uma impressionante taxa anual de 4%, seu crescimento demográfico é um dos mais rápidos do mundo, se não for o mais rápido.

É bem verdade que, em termos locais, fatores incontroláveis contribuíram substancialmente para gerar as atuais penúrias quenianas. Mas há falhas estruturais na economia desse país que também foram decisivas.

A guerra dos "mau mau"

A legendária guerra de libertação travada pelos "mau mau", entre a década de 50 e os primei-

ros anos 60 (uma das primeiras no processo de emancipação africana), não teve a mesma clareza ideológica adquirida — e, inclusive, alimentada pelos próprios quenianos — na experiência histórica dos outros movimentos de libertação posteriores.

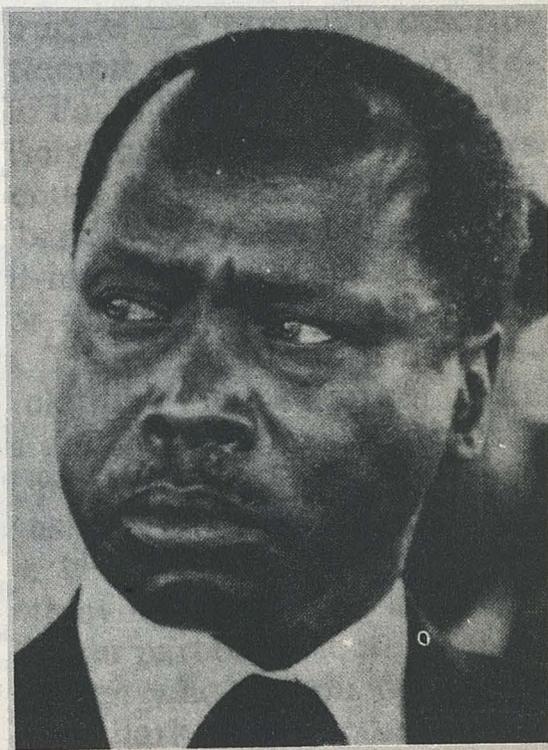
Jomo Kenyatta, líder daquela luta e pai da atual nação queniana, não associou a emancipação nacional a políticas paralelas de libertação social, nem percebeu os perigos que poderiam ameaçar um processo libertador sujeito a modelos herdados da dominação colonial.

Em contraste com a maioria dos processos de libertação posteriores (como os da Tanzânia, de Angola e Moçambique, para citar os três exemplos mais significativos), cujos líderes encararam o tribalismo como um problema que devia ser superado para completar-se a luta de emancipação, Kenyatta travou sua própria guerra a partir do tribalismo.

Membro da hegemônica tribo dos *kikuiu*, que constitui só 20% da população, Kenyatta construiu uma sociedade baseada na preservação dessa hegemonia. O Quênia nasceu e cresceu como nação independente, com essa estratificação tribal convertida na clássica divisão capitalista da sociedade de classes, com a elite dos *kikuiu* promovida ao papel de abastados *businessmen* em meio à proletarianização das demais tribos.

Usando os *kikuiu*, o poderio das multinacionais se firmou no país. Dessa forma, a economia do Quênia ficou sujeita aos princípios do mercado e da livre iniciativa privada, sentindo-se o Estado inibido para encarar as tarefas do planejamento. Mais tarde, essas tarefas haveriam de figurar no primeiro plano das políticas desenvolvidas por outras nações africanas ao se tornarem independentes.

A bonança que se originou na década do café, deixada à livre



Arap Moi:
tentando
reformas, mas
sem a mudança
do modelo
econômico



Os *kikuiu* ainda são a elite do Quênia, apesar do governo se colocar aparentemente contra o tribalismo

disponibilidade privada dos lucros, dissipou-se nos gastos sumtuosos da nova elite, nos investimentos improdutivos, na evasão de riqueza e na corrupção administrativa que é inerente a esse tipo de ordenamento econômico.

A prosperidade dos dez primeiros anos de independência acabou triturada por um sistema que não permitiu garantir reservas nem levantar defesas contra os anos das "vacas magras". Quando a seca reduziu dramaticamente a produção agrícola — afetada, além do mais, por um sistema tributário que desestimulava o pequeno produtor rural — e os gastos destinados a importações petrolíferas cresceram de 130 milhões de dólares em 1978 para 400 milhões calculados para o ano de 80, sobreveio o colapso.

Arap Moi: uma nova etapa

Contudo, a morte de Kenyatta, há dois anos, e a subida à presidência de seu vice, Daniel Arap Moi, marcaram o começo de algumas reformas que poderiam

ter constituído um importante salto de qualidade na vida do país.

Membro da pequena tribo dos *tugen*, que habitam o vale do Rift, Arap Moi chegou ao poder como uma aparente ruptura na continuidade da hegemonia *kikuiu*. Alguns setores do grupo dominante, inclusive, conspiraram para bloquear sua ascensão, apesar de que outra fração da tribo governante, encabeçada por Charles Njonjo, respaldou de forma decisiva a promoção do novo líder.

Emoldurada assim por uma luta facciosa no seio da tribo *kikuiu*, a subida de Arap Moi veio acompanhada de uma certa margem de liberdade de ação para reverter a política de consolidação tribal seguida por Kenyatta.

Como a sucessão de Mao na China, a de Kenyatta no Quênia pareceu encaminhar-se para produzir, sob um proclamado ritual de continuidade, uma importante mudança nas estruturas do país.

Um sinal dessa mudança foi, no ano passado, a reabilitação de Oginga Odinga, líder da tribo dos *lou*, que tradicionalmente sempre foi a principal rival étnica dos *kikuiu*.

Virtualmente privado de seus direitos políticos sob o governo de Kenyatta, Odinga foi designado, em novembro de 1979, presidente do Conselho do Algodão, um organismo para-estatal, e habilitado mais tarde para pretender um cargo no Parlamento, cujo acesso antes lhe tinha sido fechado.

Odinga entra, assim, no cenário político queniano como um aliado de Arap Moi, segundo aquilo que o próprio líder *lou* descrevera há poucas semanas como "a decisão presidencial de combater o tribalismo e a corrupção".

Já antes de reabilitar Odinga, Arap Moi tinha promovido, desde que começou a governar, a dissolução de todas as organizações tribais numa ação dirigida principalmente contra a chamada *Gikuyo Embu and Meru Association* (Gema).

No seio da União Nacional Africana do Quênia (Kanu), virtual partido único criado por Kenyatta, a Gema convertera-se no canalizador máximo da hegemonia *kikuiu* e, por isso, era considerada como "um partido dentro do partido", destinado a preservar uma dominação tribal dentro de uma organização política teoricamente não-tribal.

Lutar contra o tribalismo

Com essas reformas, Arap Moi colocava-se formalmente na mesma linha das políticas de outros estados africanos, de independência mais recente, que associavam a emancipação à luta contra o tribalismo.

No entanto, essa ação, divergente da tradição de Kenyatta, não foi seguida por Arap Moi em relação à ordem econômica, o

que pode invalidar a sua campanha contra o tribalismo.

A quebra formal e institucional dessa tradição produz-se junto com a preservação de uma ordem econômica por meio da qual a elite *kikuiu* mantém intacta a sua função de *businessmen*. Assim, a proletarianização do resto do país só pode manter-se a mesma.

Frente à crise econômica, Arap Moi não reagiu com reformas econômico-sociais de fundo, mas sim apelando para uma ajuda externa que, na realidade, consolidará o ordenamento doméstico existente.

Nesse caminho, o processo de democratização (que se iniciou formalmente depois da subida de Arap Moi ao poder, com a revogação das medidas persecutórias e a libertação dos presos políticos) avança num beco sem saída.

A continuidade de uma ordem social estratificada está produzindo, em meio às reformas formais, um descontentamento popular crescente que, estimulado também pela crise econômica, acabará por determinar, no final, uma política repressiva.

Faz poucas semanas, enquanto a irritação popular estendia-se ao longo das filas formadas na frente dos armazéns, Arap Moi anunciou que ordenaria a detenção de "toda pessoa que difundisse boatos perigosos para a estabilidade".

O Quênia, que há dez anos parecia uma exceção à regra do subdesenvolvimento, também começa agora a compartilhar com o resto do Terceiro Mundo, da questão criada entre a libertação econômico-social e a doutrina da "segurança nacional". □

Brasil exporta economia.

Nos dias de hoje, não podemos pensar em desperdícios. Principalmente na cozinha. E a maneira mais prática de economizar cozinhando é através da Panela de Pressão Export da Empress. Com ela, tudo é preparado rapidamente. Você economiza gás, tempo e a comida fica muito mais saborosa. Não perca tempo, procure a Empress. Você vai notar a diferença na sua economia.



empress®

Rua Alzira, 213 - Jaçanã - Fone: 201-1311 (PABX) - CEP 02228 - Cx. Postal 346
End. Teleg. "Aluminempress" - Telex: 1134176 EMPS - BR - São Paulo - Brasil

TURQUIA

Um golpe pró-ocidental

Os militares justificaram a derrubada do governo civil como o único meio de se evitar o caos, mas a imagem de moderação inicial foi substituída por uma repressão crescente

Mohamed Salem



O general Evren (ao centro) e membros de seu governo

O mais recente dos golpes turcos estourou em setembro último em meio a uma caótica situação política e econômica interna, gerando em alguns meios certa expectativa favorável à atitude tomada pelos militares.

As ilusões, no entanto, não tardaram em dissipar-se ante as evidências de que o novo regime militar empreendia um caminho que, em certos aspectos, parecia reproduzir a clássica trajetória do "golpismo" latino-americano.

Além do alívio com que o golpe foi recebido em círculos norte-americanos e na Aliança Atlântica (Otan), satisfeitos com o surgimento de um fator de estabilização numa área chave da Otan, a insurreição turca pôde gozar inicialmente de certa imagem positiva, em contraste com o quadro político que se apresentava anteriormente.

Não se tratava de um golpe como o do general Augusto Pinochet no Chile, promovido para pôr fim a um inquestionável regime popular e democrático. A equipe militar encabeçada pelo general Evren tomou o poder de um desprestigiado governo de direita, num processo semelhante ao da derrubada de Isabel Perón na Argentina, em março de 1973.

Como no caso argentino, a situação anterior ao golpe se caracterizou também por uma escalada de violência interna, por frustradas tentativas da oposição de estabelecer um acordo com a força política governante a fim de evitar o perigo golpista, apoiado, inclusive, por alguns militares. E para levar a extremos a comparação com o processo argentino, grande parte da violência interna que precedeu a intervenção militar tinha sua fonte, em ambos os casos, no próprio governo.

Uma aliança perigosa

O frágil poder do primeiro-ministro Suleiman Demirel se

apoiava numa aliança que incluía entre os seus componentes o partido do Movimento Nacionalista, de extrema direita, organizador de grupos armados parapoliciais, que em nada diferiam da "Tríplice A" nascida na Argentina sob o amparo de Isabel Perón e de seu governo.

Carente de representatividade e desprestigiado posteriormente por sua ostensiva associação com a extrema-direita, o Partido da Justiça, chefiado por Demirel, opôs-se intransigentemente às propostas da oposição social-democrata do ex-primeiro-ministro Bulent Ecevit. Líder do Partido Republicano Popular, Ecevit propôs um acordo programático que preenchesse o crescente vazio de poder e aliviasse a tensão social por meio de medidas econômicas populares.

As negociações entre as duas principais forças políticas turcas fracassaram definitivamente em agosto último, assentando, de fato, as primeiras bases para a intervenção militar que se produziria no mês seguinte. Porém, o estímulo decisivo para esta ação foi, alguns dias antes do golpe, o êxito alcançado pelo Partido Republicano Popular, com a ajuda do Partido da Salvação Nacional (Islâmico), em precipitar a renúncia do então ministro das Relações Exteriores sob a acusação de "seguir uma política demasiado pró-ocidental e pró-israelense".

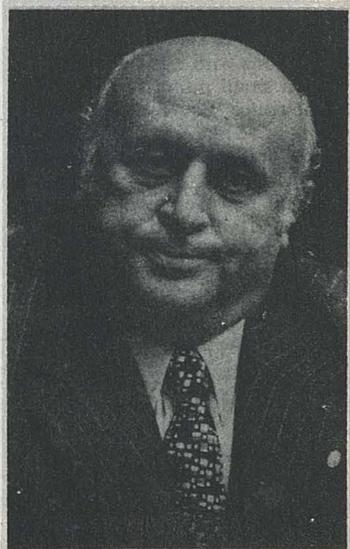
O detonador

Esse fato, que tornava vulnerável o papel da Turquia como posto avançado da Aliança Atlântica no sudeste europeu, foi o detonador do golpe, ao mesmo tempo que foi o elemento-chave para a qualificação política do levante militar.

Os generais turcos entraram em cena para preservar os vitais interesses da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na área, ameaçados pela instabilidade que imperava sob o



Demirel (acima), chefe do Partido da Justiça: compondo com a extrema direita e opondo-se às medidas econômicas populares do ex-primeiro-ministro Bulent Ecevit (abaixo), líder do Partido Republicano Popular



governo de Demirel e pelo movimento de inspiração oposicionista que vinha questionando o ocidentalismo da Turquia.

Antes dessa intervenção militar, totalmente alinhada com os interesses da Otan, as Forças Armadas turcas haviam seguido uma trajetória histórica bastante independente, o que já motivara apreensões entre os líderes da Aliança Atlântica.

Ainda existe dentro das Forças Armadas a tradição nacionalista leiga inspirada em Kemal Atatürk, pai da República Turca moderna. O intervencionismo foi, no passado, um componente frequente do comportamento militar turco, mas com um sentido e uma direção que contrastavam mais do que coincidiam com os interesses do "ocidente".

Washington não viu com agrado o golpe que em 1960 derrubou o governo de Adnan Mençeres, fiel amigo dos Estados Unidos. Nem recebeu com satisfação

a notícia do levante militar de 1971 contra o anterior governo de Demirel.

Em relação ao desembarque turco em Chipre há seis anos, com tudo o que ele possa ter de questionável a partir de outros pontos de vista, pode-se fazer a mesma afirmação, já que o conflito entre Ancara e Atenas representou uma séria crise no seio da Otan.

Essa trajetória podia dar alguma base às expectativas geradas em torno do golpe de 12 de setembro passado, mas desta vez o movimento caracterizou-se pela ausência de indícios de uma política militar de orientação independente.

Duas opções

Com uma inflação que, em determinado momento, chegou a uma taxa anual de 104% (outra nota "latino-americana" no processo turco) e um desemprego

que atingia a quinta parte de sua força de trabalho, a Turquia tinha diante de si apenas dois caminhos: ou uma política de reformas audaciosas que não cabia nas perspectivas militares, ou uma política de dramáticas restrições ajustadas às receitas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e que consiste, sempre, em descarregar o peso da crise econômica nas costas do povo.

O próprio FMI contribuiu decisivamente para levar a Turquia a essa situação-limite. Até o *Financial Times* sublinhou esse papel do FMI, de executor de políticas ditadas pelas multinacionais. O jornal inglês assinalou que, nos meses anteriores ao golpe, essa instituição financeira condicionou os empréstimos à Turquia ao abandono, por parte do governo turco, do princípio Kemalista (de Kemal Atatürk), que impede os investimentos estrangeiros em certos setores-chaves da economia nacional.



Depois do golpe, os tanques nas ruas ...



e a limpeza dos slogans contra o regime



Os militares tentaram projetar inicialmente uma imagem progressista, mas logo em seguida passaram para uma violenta ação repressiva

O grupo militar encabeçado por Evren tratou de projetar em seus primeiros dias de governo uma imagem mais ou menos progressista. Além de prometer um imediato processo de democratização, Evren designou como primeiro-ministro o almirante Bulent Ulusu, conhecido como o mais moderado dos chefes navais turcos, num óbvio esforço para diferenciar este golpe dos modelos clássicos no assunto. Evren, em sua primeira mensagem à nação, teve ainda o cuidado de advertir que seu regime não seria uma reprodução das ditaduras militares tradicionais.

Porém, esse jogo de aparências não podia resistir à opção seguida pelo novo regime no campo econômico, simbolizada pela designação de Turgut Ozal, como responsável pelo planejamento econômico do país. Um liberal ortodoxo e atado às prescrições do FMI, Ozal colocava no seio do regime militar turco um problema não muito diferente do

que foi colocado quando da designação de José Martínez de Hoz como ministro da economia de Videla, ainda para ressaltar a semelhança entre um processo e outro: o problema da compatibilidade entre a “moderação” que se pretendia exibir por um lado e a escolha de uma linha econômica cuja aplicação nunca se tornou exequível, em país algum, sem uma forte política repressiva.

Tribunais especiais

De fato, após os primeiros sinais de moderação, seguiu-se na Turquia uma crescente ação repressiva. As disposições da lei marcial — estendida a todo o país nos primeiros dias do novo regime após ter sido declarada, já em algumas províncias, por Demirel — foram acentuadas progressivamente nas semanas que se seguiram ao golpe. Foram criados “tribunais especiais” cujos poderes também passaram por um rápido processo de ampliação. A

uma primeira medida que suspendia o direito de greve, seguiu-se uma outra que congelava toda atividade sindical.

Também foi suspensa a atividade dos partidos políticos e centenas de seus dirigentes foram presos, assim como a maioria das lideranças sindicais. As detenções atingiram também a Demirel e a Ecevit, que foram postos em liberdade a 13 de outubro. Completa o quadro da política repressiva, uma severa censura à imprensa e aos meios de comunicação.

Toda implantação de um regime militar é seguida de medidas mais ou menos drásticas, consideradas necessárias para a consolidação do novo regime. E dependendo da política desse regime, tais medidas podem ser transitórias ou permanentes. A Turquia parece haver empreendido o segundo caminho, traçado por uma política econômica que faz da repressão uma atividade irrenunciável. □

Uma grande perda para o jornalismo latino-americano

Morreu Genaro Carnero Checca

O jornalismo combatente latino-americano acaba de perder uma das suas mais importantes figuras com a morte, na cidade do México, aos 70 anos, do fundador e secretário-geral da Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), o peruano Genaro Carnero Checca.

A vida de Genaro Carnero Checca é uma sucessão de lutas contra a opressão e a injustiça. Aos vinte anos, sofreu a sua primeira prisão; e em 1934 viveu o seu primeiro exílio, no Chile. Lá fez uma profunda amizade com o homem que depois se tornaria presidente com um programa socialista, Salvador Allende. Defensor da causa dos republicanos espanhóis, Genaro teve sua segunda expulsão do país, desta vez para o Equador, de onde foi para o Panamá e o México sem perder o seu espírito militante. No México, fez também amizades nos meios intelectuais e da esquerda, e, ainda, entre políticos que depois ocuparam altos cargos na administração do Estado, como o presidente Luis Echeverría. Genaro Carnero escreveu mais de vinte livros sobre recursos naturais, análises da ação do imperialismo e outros temas ligados à sua atividade.

Mas a sua obra mais importante é a Federação Latino-Americana de Jornalistas, Felap, pela qual lutou a vida inteira e que se concretizou em 1976, quando

foi fundada na cidade do México. Carnero Checca ocupou desde então o cargo de secretário-geral.

A partir do organismo continental dos jornalistas, lutou incansavelmente pela proteção ao profissional de imprensa e pelo respeito aos seus direitos profissionais. Sua palavra de ordem no trabalho da Felap era *"por um jornalismo livre numa pátria livre"* e *"enquanto lutemos manteremos viva a esperança"*.

Uma das suas últimas reivindicações — surgida principalmente depois do assassinato na Amé-



Genaro Carnero Checca

rica Central de vários repórteres latino-americanos que cobriam o desenrolar da luta daqueles países — era conseguir a proteção para os jornalistas em missões consideradas perigosas.

Na sua pátria, o Peru, a Câmara de Senadores rendeu-lhe uma homenagem póstuma. Sua morte foi anunciada com destaque em grandes manchetes de primeira página nos jornais, merecendo ainda edições especiais. Ele fundara, também, a Federação de Jornalistas do Peru.

Para a equipe dos **cadernos do terceiro mundo**, a morte de Genaro Carnero Checca nos toca de forma muito especial. Carnero, desde seu posto de luta na Secretaria Geral da Felap, se sensibilizou muito com o projeto dos **cadernos**, que considerava uma parte importante do seu próprio projeto de criar um novo jornalismo nas nossas pátrias, quando elas conquistassem a sua libertação definitiva. Não foi por acaso que, em fevereiro de 1977, quando os **cadernos** voltaram a circular no México, a cerimônia do lançamento tenha sido realizada na sede da Federação Latino-Americana de Jornalistas. E foi o próprio Genaro que fez um caloroso discurso, relatando o seu relacionamento de longa data com o nosso editor Neiva Moreira e a satisfação dos profissionais progressistas do continente em ver de volta os **cadernos do terceiro mundo** depois de ter que sair da Argentina.

À Maruja, sua também incansável companheira, aos seus filhos e a todos os colegas da Felap, a equipe dos **cadernos do terceiro mundo** faz chegar o seu pesar pela perda de um amigo da projeção e valor de Genaro Carnero Checca.

Seminário em São Paulo

O Grupo Educacional "Equipe" e cadernos do terceiro mundo organizaram um curso de Política Internacional que teve lugar de 3 a 7 de novembro em São Paulo. A iniciativa objetivava começar a experiência de promover novas formas de comunicação da nossa revista com os seus leitores e, para isso, contou com a valiosa contribuição da instituição que copatrocinou o curso.

Os conferencistas foram José Montserrat Filho, Celso Ming, Jair Borin, Márcio Almeida, Moniz Bandeira e os editores de nossa revista, Neiva Moreira e Beatriz Bissio, assim como o nosso representante e corresponden-

te em São Paulo, Paulo Cannabrava Filho que, também, coordenou o Seminário.

Os temas em debate foram a "Nova Ordem Econômica Internacional", "A Política de Não-Alinhamento", "As Relações EUA-América Latina", "Organismos Internacionais" e "Perspectivas dos Países do Terceiro Mundo". Pela calorosa acolhida que a iniciativa teve e a experiência nela adquirida, no próximo ano a nossa equipe espera voltar a repetir o Seminário em outras cidades do país, assim como planejar outros com temas igualmente importantes para quem deseja estar por dentro dos acontecimentos internacionais.



Comunicação popular

O IX Congresso Brasileiro de Comunicação Social, realizado este ano em São Bernardo para discutir problemas da comunicação popular, conseguiu reunir mais de mil delegados, representantes de 23 Estados brasileiros.

O Congresso, realizado de 15 a 19 de outubro, teve lugar no campus do Instituto Metodista de Ensino Superior, entidade que patrocina o encontro. Os temas básicos do Congresso foram: a prática da Comunicação nas organizações de base; o uso

libertador dos meios de comunicação de massa nos movimentos populares; projetos de educação popular: comunicação ou dominação? e, por uma memória da comunicação popular: alternativas de documentação e recuperação.

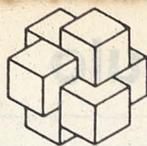
Em 12 mesas-redondas foram abordados diversos problemas da comunicação popular, tais como a alfabetização de adultos, a prática nas comunidades de base, técnicas de mobilização e de projetos, métodos para documentação e comunicação popular.

Participaram de mesas-redondas ou de painéis, 165 expositores brasileiros e convidados de países latino-americanos e do Caribe. Nos quatro dias de Congres-

so, foram realizados 30 painéis sobre diversos aspectos da comunicação popular.

Em nome de **cadernos do terceiro mundo**, nosso representante em São Paulo, Paulo Cannabrava Filho, participou do Congresso com um trabalho sobre *Comunicação dos Migrantes: "Saudosismo e Sobrevivência"*. Fala sobre como se dá a comunicação entre os grupos de refugiados políticos através do mundo.

Tiveram ampla repercussão os temas relacionados com a terra e os trabalhos da Igreja na área rural, bem como as experiências com comunidades de base em bairros periféricos, o problema do índio, experiências com teatro e com histórias em quadrinhos.



Pesticidas: proibidos nos EUA e exportados para o Terceiro Mundo

Empresas multinacionais enriquecem à custa do envenenamento e da morte de milhares de pessoas

Segundo a Organização Mundial de Saúde, anualmente 500 mil pessoas são envenenadas por pesticidas e 5 mil morrem em consequência dos seus efeitos. Um alto funcionário da Agência Internacional de Desenvolvimento de Desenvolvimento (AID) calcula que a taxa de envenenamento por efeito de pesticidas é 13 vezes maior nos países em vias de desenvolvimento do que nos Estados Unidos, apesar dos norte-americanos utilizarem esses produtos em escala muitas vezes maiores do que os países subdesenvolvidos.

Estes dados fazem parte de um trabalho feito durante um ano pelo Instituto para a Política de Alimentação e Desenvolvimento. Baseado nesse estudo, os jornalistas David Cir e Mark Scha-

piro relacionaram algumas das companhias que vendem pesticidas perigosos para o Terceiro Mundo, com um lucro de 350 bilhões de dólares por ano: *Dow, Shell, Chevron, Ciba-Geigy, Hoechst, Bayer, Imperial Chemical Industries (CI), Dupont, Hooker, Union Carbide* e muitas outras.

Essas indústrias, com uma atuação diversificada, estão presentes também em outros setores: medicina, petróleo, petroquímica, plásticos e minérios. Elas produzem anualmente dois bilhões de libras de inseticidas, herbicidas, fungicidas e raticidas, o que equivale aproximadamente a meio quilo do produto para cada habitante da terra, informam os jornalistas.

Centro Experimental

O Instituto Centro-Americano para a Investigação da Tecnologia Industrial (Icaiti) revelou recentemente que nenhum país da América Central tem, em relação à utilização de pesticidas, regulamentação adequada ou capacidade para fazer cumprir as leis do setor. Portanto, segundo o Instituto, "a América Central converteu-se numa espécie de terreno experimental para as companhias produtoras de pesticidas".

Para Michael Moran, do Instituto Internacional de Investigação do Arroz, "o que acontece normalmente é que ninguém, nos países subdesenvolvidos, entende do controle e uso dos pesticidas". No entanto, não deve-

mos nos esquecer de um outro dado muito importante: a inadequação e a eliminação deliberada das etiquetas nas embalagens do produto são também uma das causas do envenenamento do Terceiro Mundo.

Frequentemente esses pesticidas têm uma etiqueta com a inscrição "somente para exportação", mas não relaciona as advertências exigidas nos Estados Unidos. As técnicas para que as pessoas se protejam da excessiva exposição não são ensinadas, o que provoca a contaminação dos camponeses, assim como da terra, do ar, da água e da vegetação local. Análises feitas no sangue, tecidos da pele e urina dos camponeses demonstraram a alta incidência, a níveis perigosos, de pesticidas já metabolizados.

Aliás, no ano passado, o governo colombiano multou seis grandes companhias por não colocarem etiquetas nos seus produtos e também por constatar a sua má qualidade. Além disso, o Icaiti denunciou que 85% dos pesticidas utilizados na América Central, sobretudo na cultura algodoeira, foram proibidos totalmente ou severamente restringidos nos Estados Unidos.

Aproximadamente 20% do total de pesticidas exportado pelos Estados Unidos são proibidos ou não-autorizados no país. Mas o Instituto Federal de Inseticidas, Fungicidas e Raticidas (Ifra) dos Estados Unidos permite a exportação de produtos proibidos e não-autorizados. Alguns governos da Europa e do Japão facilitam as multinacionais que operam em seus países com semelhantes privilégios.

Consequências perigosas

Noventa e sete por cento da produção de pesticidas provém dos países capitalistas industrializados, sendo que os Estados Unidos exportam aproximadamente um terço da sua produção anual.

A metade dessas exportações se destina aos países subdesenvolvidos. Através de suas subsidiárias e filiais, a nível mundial, as maiores corporações agroquímicas compram e vendem produtos que os cientistas consideram agentes de câncer, esterilidade e que provocam defeitos congênitos e danos no sistema nervoso.

Segundo o médico Harold Hubbard, da Organização Pan-Americana de Saúde, "não existe nenhum controle sobre a manufatura, o transporte, armazenagem, registro e distribuição dos pesticidas". As consequências dessa situação são assustadoras. A média dos níveis de DDT no leite da vaca guatemalteca é 90 vezes mais alta do que o permitido nos Estados Unidos. Os habitantes da Guatemala e da Nicarágua têm 31 vezes mais DDT em seu sangue que os norte-americanos, que estão livres dos efeitos

deste produto desde 1970 quando foi proibido.

O Icaiti constatou que os pesticidas produziram mais de 14 mil envenenamentos e 40 mortos entre 1972 e 1975 nas regiões algodoeiras da América Central, na costa do Pacífico. As estatísticas, no entanto, não são totalmente reais, pois, de acordo com o Instituto, "alguns dos grandes produtores de algodão mantêm suas próprias clínicas para impedir que os funcionários da Saúde Pública constatem o sério envenenamento causado pelos inseticidas nas pessoas".

O estudo do Icaiti revela ainda que se usa pesticida além do necessário — cerca de 40% — para se alcançar os objetivos a que eles se destinam. Além disso, denuncia também o desequilíbrio provocado no delicado sistema ecológico da região centro-americana. □



Os pesticidas foram responsáveis por mais de 14 mil envenenamentos nas regiões da América Central

Capitalismo Internacional: a busca de novas fórmulas

Até que ponto a atual crise mundial seria somente uma dificuldade passageira, problemas de crescimento ou de conjunturas negativas?

Ladislau Dowbor

Até hoje ninguém tinha-se preocupado em rever a ordem econômica mundial, na medida em que a miséria do Terceiro Mundo afetava apenas os seus habitantes. Hoje, essa preocupação está na ordem do dia, principalmente quando se constata que a crise de crescimento do Terceiro Mundo volta-se de maneira violenta sobre o desenvolvimento do "Clube dos Ricos", dos países capitalistas industrializados que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Ocde).

A realidade, simples e evidente, é que as "ilhas de prosperidade" no Terceiro Mundo (Abidjan, Seul, São Paulo, Dakar, Casablanca) não podem mais ser sustentadas por um mundo camponês esmagado, ou financiadas por matérias-primas vendidas a preços ridículos, ou ainda mantidas artificialmente vivas pelos empréstimos internacionais que ultrapassam hoje os 400 bilhões

de dólares de "apoio" ao desenvolvimento. São Paulo, por exemplo, pode ter seu sucesso explicado por meio de um cordão umbilical de 80 milhões de dólares de dívida externa, assegurando assim a sobrevivência do "milagre brasileiro".

O modelo sobrevive, desde 1974, com essa muleta e avança aos tropeções. Os peritos continuam a estudar os projetos de desenvolvimento. E o sr. De la Rosière, presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), desespera-se com as dificuldades de absorção de investimentos pelos países mais pobres.

Exploração do campesinato

A realidade é bem visível: na África Ocidental, por exemplo, um mês de trabalho de um assistente técnico especializado custa, no mínimo, 5 mil dólares. Isso representa, em termos de arroz exportado, 15 toneladas. Para o pagamento, relativamente barato,

de um ano de assistência técnica de um agrônomo, o país deverá exportar 180 toneladas de arroz, o que equivale ao trabalho de pelo menos 150 pessoas em um ano.

Há ainda um outro exemplo no mundo moderno e "dinâmico" da indústria. A fabricação de automóveis e, em termos genéricos, de bens de consumo duráveis, constitui o essencial da descentralização industrial do "Clube dos Ricos". Resultado: o pagamento da dívida externa será conseguido com as exportações camponesas. Em outras palavras: cada milhão de dólares ou três mil toneladas de arroz correspondem ao trabalho anual de quase três mil camponeses.

Essa situação seria resultado da baixa produtividade dos camponeses? Evidentemente que não. Não será através da fabricação de automóveis ou de bens de consumo escrupulosamente chamados de "substituição de

importações” que a produtividade de camponesa aumentará.

É fácil verificar que o peso maior não recai sobre o custo da fábrica. Há a necessidade da compra de peças de reposição, do combustível e da energia para esses carros ou aparelhos de ar condicionado, bem como o pagamento da assistência técnica e das sucessivas modificações tecnológicas. Enfim: criar um canal permanente de evasão de divisas que assegurem o funcionamento da unidade de produção.

Haveria contrapartida nesta inversão de capital, favorecendo o aumento da produção geral? Podemos demonstrar, no papel, que cada unidade produzida no país custa menos em divisas por unidade do que a importação do produto final. E, além do esmagamento do campesinato sob o peso das ilhas tecnológicas, solidamente vinculadas aos países industrializados por iniciativas que não têm impacto positivo sobre a produção do mundo rural, verifica-se que os efeitos desse investimento são mínimos ao lado da esterilização da poupança interna, provocada pelas aplicações dos particulares e das administrações públicas em bens de consumo duráveis, quando poderiam investir em sementes, adubos, ferramentas agrícolas ou em unidades de produção dessas mesmas ferramentas.

Manutenção do absurdo

O modelo cria empregos? O problema do Terceiro Mundo não é encontrar emprego para os trabalhadores especializados que saibam operar máquinas. Um bom mecânico ligado à produção ou reparação de bens de consumo duráveis é um técnico a menos para a manutenção dos bens de produção. Sabemos como esse problema é grave. Porém, além disso, cada unidade instalada capta uma capacidade local de gestão e de organização que constitui um dos elementos mais

raros nos países do Terceiro Mundo. É muita pretensão fornecer emprego a uns poucos dos mais capazes — e os salários relativamente melhores garantem essa captação.

Deveriam os países do Terceiro Mundo escolher uma outra via de desenvolvimento, isto é, não assinar esse gênero de contrato? Será que ainda é preciso explicar, em qualquer parte do mundo, a gigantesca onda de corrupção produzida pelas empresas multinacionais, sustentada pelos governos nacionais e, conforme o caso, transformada em persuasão militar para garantir que o modelo de desenvolvimento seja exatamente aquele que se traduz no esmagamento do mundo camponês (para o Terceiro Mundo trata-se de mais de três quartos da população)? Para a conservação dessas pequenas ilhas é necessário assistência técnica e inovações tecnológicas importadas a preços exorbitantes.

Até que ponto o hábito do desperdício tornou as pessoas insensíveis ao absurdo do hotel Taranga de Dakar, do Maksoud de São Paulo, do Novotel de Libreville e ao gigantesco fluxo de sacrifícios, de trabalho camponês cotidiano que esse modelo significa? Até que ponto nos tornamos insensíveis à própria problemática da dignidade do homem do Terceiro Mundo?

A grande novidade é que essas ilhas, esses milagres tipo Teerã do tempo do Xá, tipo São Paulo com dezenas de modelos de carros de luxo produzidos em diferentes linhas de montagem, custam muito caro. Muito caro para o camponês, pois não se consegue extrair mais dos seus poucos recursos e muito caro para o governo, devido à necessidade do crescente complemento de divisas necessárias para essa experiência. Mas, muito mais caro também para um *Chase Manhattan* ou um *City Bank* que têm, hoje, quase a metade de seus bens liga-



Um milhão de dólares correspondem ao trabalho anual de quase 3 mil camponeses

dos ao desenvolvimento brasileiro e que não sabem o que fazer, agora que o Brasil beira os 80 bilhões de dólares em dívidas, sem que a diferença entre a necessidade de divisas para manter o setor moderno e a capacidade de produzi-las pare de crescer. Há cinco anos, entre 1975 e 1980 — o mundo é testemunha — as condições de empréstimo ao Terceiro Mundo vêm se tornando visivelmente mais duras, com uma nítida elevação da taxa de juros médios dos empréstimos destinados ao desenvolvimento.

O petróleo é o culpado? É uma desculpa já gasta, uma piada sem graça. As empresas multinacionais de petróleo obtiveram lucros líquidos, em 1971, de 27,5 bilhões de dólares, cifra próxima do preço dos serviços da dívida de todo o Terceiro Mundo para 1980 (cerca de 40 bilhões de dólares). O petróleo é um dos elementos que restabeleceu um mínimo de equilíbrio para alguns

países pobres (produtores), e desequilibrou parcialmente a situação interna do Terceiro Mundo, pois a alta dos preços repercutiu nos países subdesenvolvidos. Os 27,5 bilhões de dólares são lucros das multinacionais dos países da Oede computados sobre o petróleo.

Da mesma forma que em 1929, quando o capitalismo não conseguia mais avançar sem aumentar a área social do seu mercado, por meio de uma modificação radical da estrutura do lucro, agora, a máquina capitalista não pode mais funcionar sem promover a entrada, na sua área de consumo, da massa dos três-quartos da população que vivem nesse sistema.

Distorções

O capitalismo já teria sido justo em algum lugar? No entanto, não é essa a questão. O fato é que esse modo de produção saiu do marasmo dos anos 30 por meio da II Guerra Mundial e da modificação profunda da distribuição de renda. Eis alguns números: em 1920-29, a parte dos salários na receita nacional do Reino Unido era de 59,7%, de 68,8% em 1940-49 e de 72,4% em 1950-59¹. Ainda na Grã-Bretanha, os 10% mais ricos detinham 33% da renda nacional em 1938-39 e 20% em 1966-67. No decorrer do mesmo período, a parte da renda nacional para os 5% mais ricos passou de 25 para 13%. Nos Estados Unidos, os 0,5% mais ricos detinham 28% da riqueza em 1939. Em 1945, 20,9%, e 19% em 1949².

É preciso muita falta de senso de humor para não morrer de rir

1 — Phyllis Dean & A. Cole, *British Economic Growth, 1688-1959*, Cambridge University Press, 1969, p. 26-27.

2 — James Smith & Stephen Franklin, *The Concentration of Personal Wealth, 1922-1969: New Dimension of Economic Inequality*. *The American Economic Review*, maio, 1974.



Os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres

diante de propagandas do estilo "uma laranja para o Terceiro Mundo", enquanto apenas um dos ditadores corruptos deposita nos bancos ocidentais uma fortuna pessoal de quase 20 bilhões de dólares, que equivalem à metade do preço dos serviços da dívida para a totalidade do Terceiro Mundo. É uma demonstração de total falta de consciência não perceber a gravidade do problema do aumento da miséria e o ridículo dos remédios adotados para o seu combate.

O capitalismo necessita, de fato, maior espaço para agir. A relativa calma do Terceiro Mundo só pode ser mantida à força de um número cada vez maior de ditaduras sangrentas. Essas ditaduras, na realidade, perdem a força. A democracia ocidental é também a ditadura no Terceiro Mundo. A humanidade não pode mais dar-se ao luxo de um desenvolvimento elitista, quando a maioria no Ocidente e minorias no Terceiro Mundo vivem do esmagamento econômico de três-quartos da população.

Será necessário um Keynes ou um Roosevelt para explicar que o problema não reside nas técnicas econômicas, no padrão-buro

ou no Direito Especial de Saque, mas sim no fato político do desenvolvimento crescente do desenvolvimento capitalista?

Para alguém que trabalhe em planejamento do desenvolvimento é fácil ver os projetos do Terceiro Mundo se derreterem como bonecos de neve ao sol.

Círculo vicioso

De fato, tanto o caminho que bloqueia o desenvolvimento como o que a ele conduz são amplamente conhecidos. O primeiro consiste numa exploração desenfreada do campesinato do Terceiro Mundo, desse gigantesco novo proletariado do Mundo. Sua produção está vinculada à acumulação dos países capitalistas desenvolvidos, seja diretamente pela exploração ou, indiretamente pela transferência do excedente rural às minorias urbanas. Uma característica fundamental e comum, nos dois casos: o excedente não fica no campo, é dividido entre a elite comercial ou industrial urbana e os países desenvolvidos. Dessa forma, o campesinato não consegue romper o círculo vicioso do atraso técnico, em virtude da impossibilidade de uma acumulação rural que permita colocar em marcha uma revolução agrária real. Ao mesmo tempo, sua pobreza o impede de tornar-se um mercado viável para o setor moderno. Vale lembrar que é a capacidade de compra que determina um mercado nesse sistema e não o número de habitantes. Assim, não adianta os empresários serem nacionais e decidirem investir no interior, por exemplo, pois não encontrarão mercado com suficiente dimensão social.

Por sua vez, a indústria vê-se obrigada a produzir para a elite rica e para o estrangeiro, a fim de completar o financiamento em divisas do equipamento importado e escoar o excesso de produção. A agricultura e a in-

dústria voltam-se para o exterior transformando o país em monstros urbanos modernos e luxuosos, ao lado de uma explosiva miséria. Como escolher outras tecnologias no momento em que os produtos industriais entram em concorrência no mercado interno com as grandes empresas multinacionais?

Prioridades

Sendo camponesa a base da massa trabalhadora, é preciso que o desenvolvimento seja orientado no sentido de reforçá-la, para que as ilhas modernas não fiquem suspensas no ar, alimentadas pelo cordão umbilical do mundo desenvolvido. Isto significa atacar dois problemas chaves: a produtividade e o autoconsumo.

O primeiro exige prioridade de bens de produção para a agricultura. São os adubos, pás, carinhos-de-mão, semeadoras, descascadoras, enxadas, equipamentos para tração animal, material raramente disponível no Terceiro Mundo neste século de "revolução tecnológica". O segundo exige que as políticas de importação e de industrialização sejam decididamente orientadas para satisfazer as carências do mundo rural em bens de consumo de primeira necessidade. Não é difícil estimular os trabalhadores rurais a aumentarem a sua produção e trocá-la em maior escala com produtos industriais, garantindo dessa forma a expansão do mercado interno. A partir do momento em que o camponês disponha de certa estabilidade no seu processo de acumulação rural e de um excedente suficientemente confortável para dele tirar proveito (sem que o ritmo de investimentos e modernização, nem o poder aquisitivo para produtos industriais sejam prejudicados em demasia), poder-se-á aumentar gradualmente a sua participação no financiamento do desenvolvimento do setor moder-

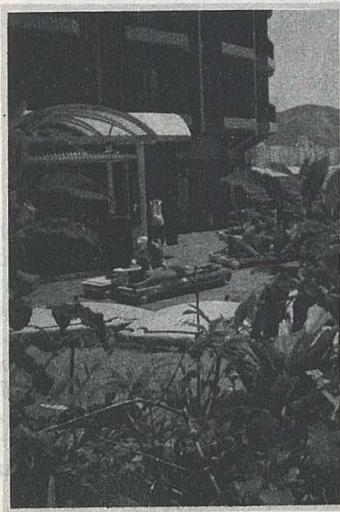
no e de novas iniciativas, como a construção de belas capitais.

Ilhas industriais

Além de sua orientação totalmente divorciada de um processo de acumulação interna (o fenômeno, de longe, mais importante), é preciso realmente constatar que essa industrialização do Terceiro Mundo corresponde à constituição de algumas ilhas industriais. O relatório da Onudi (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) a respeito do valor dos manufaturados no Terceiro Mundo, entre 1966 e 1979, constata que só o Brasil, quer dizer, essencialmente São Paulo, concentra 23,9% desse valor, isto é, praticamente sua quarta parte. Se acrescentarmos o México, Buenos Aires e Seul, teremos para mais da metade da produção industrial do Terceiro Mundo³.

É preciso deixar isto bem claro, mesmo que seja desagradável: o abismo entre o Terceiro Mundo e o "Clube dos Ricos" está, hoje, demasiado profundo para que a exportação industrial (quer dizer, a simples extensão

3 - UNIDO - World Industry since 1960, United Nations, New York, 1979.



"Até que ponto o hábito do desperdício deixou as pessoas insensíveis?"

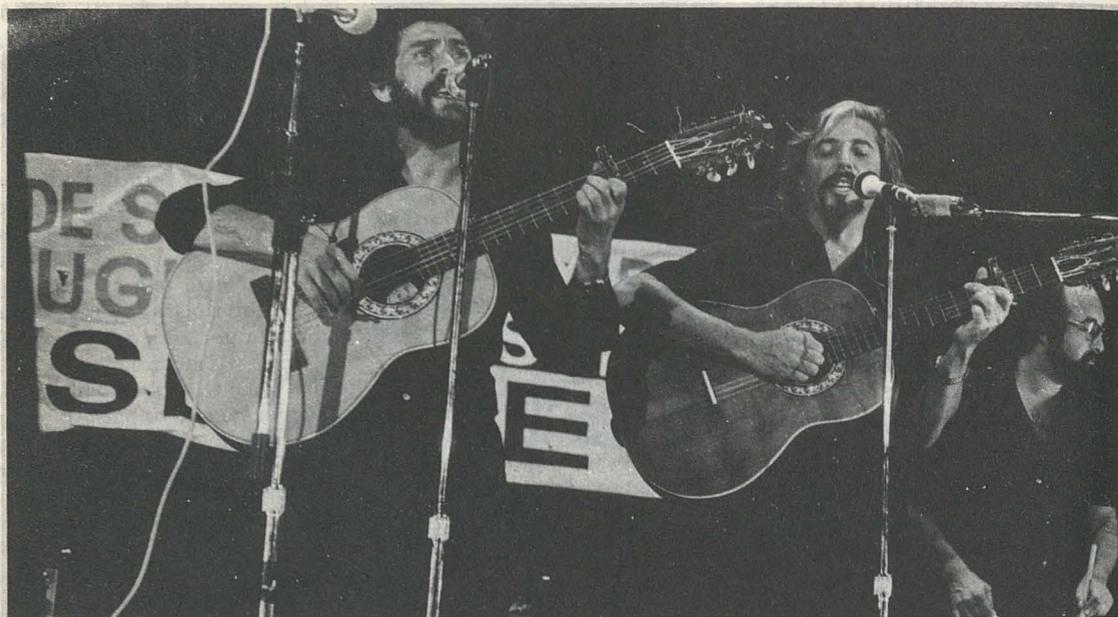
ao Terceiro Mundo dos modelos de produção e de soluções tecnológicas generalizadas nos países ricos) seja possível. O nível da renda interna, o nível da mão-de-obra, o modelo de consumo e o tipo de carências, são muitíssimo diferentes.

Falemos do futuro. Podemos alinhar os números e dados que quisermos. O Clube de Roma lembra-nos que, entre 1970 e 1975, o Norte teve um acréscimo de 180 dólares de renda por habitante por ano, o Leste de 80 dólares e o Terceiro Mundo de 1 dólar. Quanto ao Banco Mundial, ele constata que os países pobres da África tiveram um aumento no Produto Interno Bruto por habitante de 1,6% durante a década de sessenta, de 0,2% na década de setenta, e que "o crescimento nos países subdesenvolvidos importadores de petróleo deverá ser sensivelmente mais baixo no período 1980-85 do que durante a década de 1970 e mais baixo ainda do que a média dos anos sessenta"⁵.

Não é, portanto, só o custo da transferência de tecnologia que deve ser radicalmente mudado, mas também o tipo de tecnologia e as linhas de produção. Não se faz uma simples extensão de produção passando-se do mundo que, em 1980, teve uma renda *per capita* de 10 mil dólares para um mundo que teve uma de 500 dólares, sem falar de mais de um bilhão de pessoas desses países que tiveram 200 dólares ou menos de renda *per capita*. Será necessário produzir para o Terceiro Mundo, ou mais especificamente, dar-lhe a possibilidade de produzir por si mesmo. As ilhas das multinacionais no Terceiro Mundo compreenderam esta nova situação. Os governos ocidentais também começam a compreender isso, constatando o refluxo da sua expansão. □

4 - Maurice Guernier, *Le Monde*, 29 de agosto de 1980.

5 - The World Bank, *World Development Report*, 1980.



Los Olimareños: a canção que fica é que vale

Trabalhando e cantando no exílio, esse duo popular uruguaio desafia a ditadura que os expulsou do país, mas não conseguiu apagar sua música da memória do povo

O Olimar é um rio que atravessa o departamento (estado) de Trinta e Três no leste do Uruguai. Bráulio López e José (Pepe) Guerra dele tomaram seu nome quando, há vinte anos, começaram a cantar juntos a sua terra e a seu povo. A música dos Olimareños, fresca, sonora, alegre, é reconhecida hoje internacionalmente como uma das melhores expressões da canção latino-americana. Mas, antes disso, foi reconhecida pelo povo uruguaio como uma autêntica expressão do seu sentir. A prova disso está nas tiragens de mais de cem mil cópias de um só dos seus vinte discos, num país de menos de três milhões de habitantes.

De passagem pelo México, Bráulio e Pepe conversaram com cadernos do terceiro mundo:

Que papel os Olimareños desempenharam no Uruguai?

— Quando nós começamos a cantar, no Uruguai se escutava o folclore argentino e os de outros países, mas não o uruguaio. Os cantores não olhavam para si mesmos.

Creio que nós, junto com outros companheiros, fomos os precursores, lá por 1961, de um movimento de reencontro com a música popular uruguaia. Esse movimento, que por volta de 1966 já era muito

importante, com figuras como Daniel Viglietti, Alfredo Zitarrosa, José Carbajal *El Sabalero* e outros, estabeleceu para si a necessidade de cantar não só aquilo que nosso povo tinha cantado, como também letras que refletissem suas aspirações atuais de forma mais direta. E como a situação econômica se agravava e se intensificavam as lutas sociais, essas músicas adquiriram um conteúdo cada vez mais violento.

Nós nos comprometemos, como todo mundo, com uma corrente política e, como tantos outros, fomos censurados. Fomos proibidos de voltar a gravar no Uruguai.

Depois do golpe de Estado (explica Pepe Guerra), Bráulio foi à Argentina e eu fiz umas duas apresentações em Montevidéu. Levaram-me preso e disseram-me que nem sequer podia aparecer num cinema, porque eu representava uma imagem que eles queriam apagar. Nem mesmo podia andar pela avenida 18 de Julho cumprimentando as pessoas. Nessa época, Bráulio foi preso em Buenos Aires de onde o deportaram para a Espanha, depois de um ano de cadeia.

Assim, só recentemente voltamos a nos encontrar no exílio. No exterior, gravamos um novo disco e não nos queixamos da sorte em termos artísticos. A gente se queixa,

como todo o mundo, de não poder estar em sua terra.

Em seu último disco, Los Olimareños continuam cantando, entre outros ritmos, as músicas do carnaval uruguaio, o que é surpreendente para quem, no exterior, tem uma imagem musical do rio da Prata que se reduz a dois aspectos: o tango e o folclore rural.

— No Uruguai havia formas musicais que eram intocáveis para os intelectuais. A música dos *tablados* (palcos desmontáveis, ao ar livre, nos bairros) nunca foi levada a sério pelos cantores e firmas gravadoras. E nós nos perguntamos: por quê? Se isso é, talvez, o mais autêntico que temos? Por isso começamos a fazer *candombe*, e fazer músicas de ritmo *carnavalesco*. Talvez os Olimareños nunca

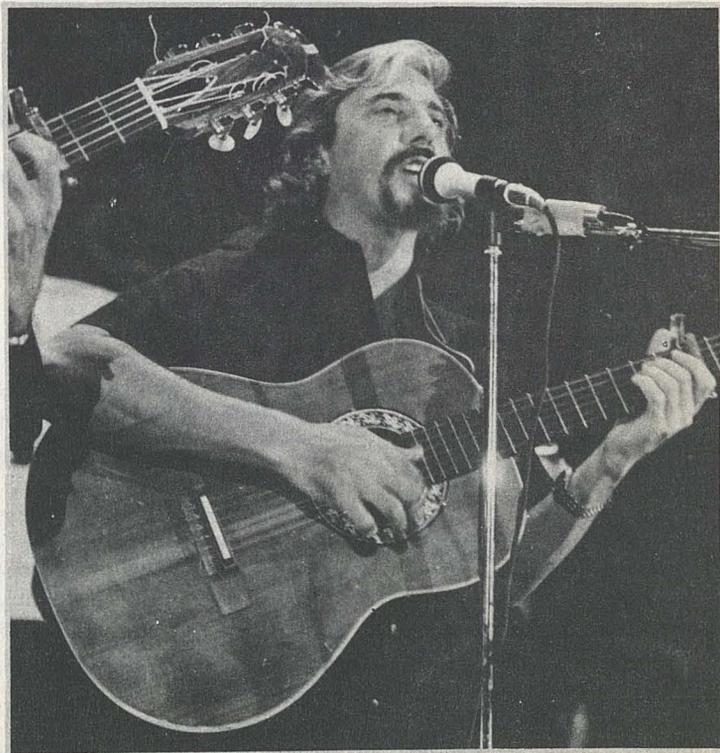
possam fazê-lo como faz o próprio povo no carnaval. As letras têm sua peculiaridade, são cantadas de determinada maneira, que nós imitamos. Mas nem sempre sai.

Não é a mesma coisa, mas se chegam ao povo...

— O que acontece é que nós somos "canários", como lá nós chamamos às pessoas do interior. Somos de origem muito humilde, viemos de baixo e isso nos serviu para ver melhor certos problemas, para saber como dizer tal coisa. Às vezes dizem-se coisas através de um ponteio de violão. Não é só a letra.

Como explicam, então, que essa mesma música consiga a aceitação de um público internacional tão variado?

— A música popular tem formas muito comuns entre os



Pepe: uma imagem que a ditadura uruguaia queria apagar



Braúlio: "queriam nos matar por decreto, mas estamos vivos"

povos. Pode parecer diferente de um país para outro, mas tem raiz semelhante. O público intui quando uma música é popular e quando é elitista. Talvez por isso os *Olimareños* funcionem em outros povos, como na Europa, onde seu canto pareceria um tanto estranho.

O exílio os afeta?

– Tremendamente. Sentimos muita saudade. Nós estávamos acostumados a atuar por todo o país, até nos povoados mais esquecidos. Talvez o que mais dê saudade seja o calor das pessoas.

Isso repercute na criação?

– Quem é criador em sua pátria, também o é no exílio. Mas, claro, agora cantamos músicas de ausência, que não cantávamos lá.

O que pensam os uruguaios dessas músicas? Eles conhecem?

– Estamos em contato com amigos do Uruguai. E ficamos muito alegres com o que os companheiros cantores estão fazendo lá. Apesar de todas as carências e dificuldades, conseguem gravar discos e colocar suas coisas neles. Um amigo nos escreve que estava escutando na *Rambla* de Montevideo um cassete com nosso último disco e, daí a pouco, havia 25 pessoas em volta perguntando-lhe onde tinha conseguido. Essas coisas reconfortam. Nenhum cantor popular caiu no esquecimento no Uruguai. Zitarrosa, Viglietti, Numa Moraes, *El Sabalero* e tantos outros ficaram nas pessoas. E as gerações de cantores que estão surgindo, parece que seguiram nossos passos. Alguns cantam músicas nossas – as que a censura

permite cantar – como uma forma de protesto e de luta.

De mãos dadas com o povo

O exílio, com certeza, permitiu-lhes aproximar-se mais de outras experiências de música popular. Que pensam dos novos caminhos que os cantores latino-americanos estão buscando?

– Quando você busca novos caminhos, você corre o perigo de se desviar do verdadeiro. O povo assimila de todos os artistas e, em definitivo, é quem cria suas coisas. A *Nueva Trova* cubana, por exemplo, está fazendo coisas muito bonitas. Mas eu queria saber se o povo cubano é como a *Trova* ou se a *Trova* é como o povo.

Nesse "é" é que está o problema. Há experiências lindíssimas, mas não se pode ir tão na frente do povo que ele não siga seus passos. Tem que ir com ele, simplesmente.

Às vezes há temas que assimilam reivindicações populares, que cantam à revolução e, no entanto, não chegam às massas.

– Se não gostam é porque não têm uma raiz popular. Algo falha. A forma de interpretá-lo, a melodia, a letra, talvez. Nem todas as músicas ficam na memória das pessoas. E se um cantor tem um repertório muito amplo e nenhuma de suas músicas fica na memória do povo, algo está falhando. Mas se fica só uma... A música que fica é que vale.

Que músicas dos Olimareños ficaram?

– Por sorte, umas tantas: *A Simón Bolívar*, *Milonga del Fusilado*, *Orejano*, *a Don José*, *La Niña de Guatemala*, *De Cojinillo*.

Em El Salvador publicaram recentemente um livro em

que aparecia a letra de Milonga del Fusilado que é do uruguaio Carlos María Gutiérrez, atribuída a um poeta anônimo salvadorenho caído em combate...

— Isso é que é bonito nas músicas. A gente faz com que elas voem. As pessoas fazem-nas suas e a gente já não pode mais reclamar. Eu penso que o máximo a que aspiramos, a maior gratidão que podemos receber, é que as pessoas façam sua uma música e que esqueçam quem a fez ou quem a cantou. Isso não importa. A música cumpriu sua função. Está na memória do povo.

Não se apaga por decreto a memória popular

Vocês não acreditam que a atual proibição de toda uma geração de cantores populares, no Uruguai, pode apagar essa memória?

— Não. Estou muito seguro de que a raiz está viva. E a prova está em que novos cantores que aparecem no Uruguai imitam Zitarrosa, Viglietti, Los Olimareños. E a nível comercial, as gravadoras que antes editavam nossos discos, ou de outros companheiros que agora estão proibidos, têm que fabricar imitadores para vender. Sim, a raiz é forte! Isso está vivo, embora seja em outras vozes.

Os Olimareños não têm medo de perder o vínculo com essa raiz?

— Eu acho que o exílio tem coisas a favor e coisas contra. O positivo é a experiência que se vive com as pessoas de outros países. O negativo é que não deixa de ser outra gente. E isso limita. Não a criação, porque pode-se criar numa cela, num avião ou num poço. Pode-se criar tanto na Espanha como às margens do Olimar.

Mas limita o repertório. Há músicas que precisariam de uma grande explicação para serem cantadas fora do Uruguai. E, então, não podemos cantar coisas que gostamos muito, que falam de nossa gente, de nossos costumes.

No entanto, pelo último disco dos Olimareños, parece que foi feito com a cabeça no Uruguai.

— Claro. Por mais galhos que apareçam, a raiz sempre vai estar aí.

Qual é a mensagem, então, que vocês querem transmitir à sua gente?

— Que, por mais que nos quisessem matar por decreto, estamos vivos. Nós não vamos fazer a revolução em cima de um palco, mas podemos, sim, ganhar uma batalha só por demonstrar que continuamos vivos. ○

O outro lado da verdade

cadernos do
terceiro mundo

Receba terceiro mundo por um ano pagando apenas: (assinale com um "x")

Cr\$ 900,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Data ____ / ____ / ____ Assinatura _____

Preencha e envie hoje mesmo este cupom, anexando cheque ou valor postal em nome de

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Lapa, 180 • Sobreloja "A" • Telefone 242-1957 • Rio de Janeiro

CUBA

A difícil tarefa de contentar a todos

*Uma visão crítica dos 21 anos de revolução:
problemas existem, mas a fome é um fantasma do passado*

Eric Nepomuceno *



*Do seu livro "Cuba: Anotações sobre uma Revolução", que será brevemente publicado no Brasil. Editora Alfa-Omega/ São Paulo, Brasil — Editora Nueva Imagen, México.

Fazer fila e esperar entraram no hábito cotidiano dos cubanos em 1962. Desde então, existem restrições para tudo — ou quase tudo. Existem filas para comprar, comer, beber, morar, se divertir, andar de ônibus, de táxis, fazer o amor. Esse novo hábito, no princípio, foi encarado com boa disposição, apesar do espanto; depois, com disciplina; mais tarde, com uma impressionante dose de compreensão. Nos últimos dois ou três anos, com uma resignação que, pouco a pouco, foi cedendo lugar à irritação e ao descontentamento.

Os dirigentes cubanos repetem aos visitantes, ano após ano: "Não procurem aqui as vitrines de seus países". Aviso, aliás, dispensável: as principais lojas de Havana, por exemplo, situadas no antigo centro da cidade, se mostram ridiculamente pobres e monótonas se comparadas a qualquer grande loja das cidades da América Latina, inclusive de países mais pobres. Nos anos 70, é verdade, as lojas cubanas ofereceram uma variedade bem maior do que na década anterior. Pelos corredores, entre estantes eternamente monótonas, passeia um grande número de pessoas. Não há, entretanto, a menor semelhança entre a enorme variedade de produtos do mundo capitalista e a restrição da oferta do comércio cubano. Duas ou três marcas de perfume soviético, dois ou três modelos padronizados para alguns eletrodomésticos, dois modelos de sapatos de homens, três de sapatos de mulher, roupas de tecido sintético descoloridas e antiquadas, brinquedos de plástico pouco ou nada imaginativos, idênticos, um xampu de aparência assustadora em várias cores, todas terríveis.

As pessoas examinam atentas os produtos oferecidos *por la libre*, ou seja, fora do racionamento,

como se passassem, extasiadas, pela última grande liquidação anual da *Harrod's* londrina.

A restrição e o racionamento foram, sob muitos aspectos, um golpe especialmente duro para os cubanos. Nos anos imediatos à vitória, o que se viu em Cuba foi uma espécie de vingança contra a História cheia de misérias. Os primeiros passos da Revolução foram entendidos, no princípio, como uma abertura de todas as portas para todos os cubanos. A ilha se transformou num país de

parafusos, lâmpadas, pilhas; depois, foi desaparecendo a massa de tomate, o macarrão, o arroz, a carne, o café; depois, as camisas, os pares de meia, os sorvetes, a cebola. Até que tudo ficou difícil.

O bloqueio começou muito antes de ser decretado. E apanhou a todos de surpresa. Durante muitos anos, os cubanos entenderam e apresentaram as filas como uma demonstração de democracia: o pouco existente era de todos. Ao mesmo tempo,



Feira popular: uma alternativa de consumo

alegres milionários, que frequentavam bares onde antes só entravam os ricos — e os ricos brancos —, comiam nos melhores restaurantes, entravam e saíam de hotéis e das igrejas com um eterno brilho de espanto nos olhos.

Aos poucos, produtos foram desaparecendo, estoques foram minguando até que de repente a população percebeu que existia um problema que vinha, há alguns meses, preocupando as autoridades. Não havia aspirinas,

como uma amostra das dificuldades de se viver da maneira mais normal possível em uma ilha totalmente bloqueada. Uma economia de guerra em um país supostamente em paz.

"Temos filas, é verdade" — dizia um amigo, em 1975 — "mas é porque todos temos os mesmos direitos. Aqui, ninguém precisa ser rico para ir a um bom restaurante ou comprar carne. É só esperar a vez. Não somos ricos, não produzimos o que todo mun-

do quer. Mas a igualdade está garantida: para isso foi feita a Revolução”.

Era o mesmo que vinham repetindo há seis, sete, dez anos. Mas em 1977, essa expressão começou a soar algo inconvincente mesmo para os cubanos. Em 1978, no verão, comentei com um amigo, enquanto esperávamos debaixo do sol forte por uma mesa em um dos restaurantes da cadeia *El Cochinito*: “Está bem, só assim todos podem comer num bom restaurante, não faça essa cara de irritado”.

Repetia, pois, o que ouvira dos próprios cubanos três anos antes. Só que, agora, havia algo novo: “Companheiro, entenda que essa espera é também uma clara demonstração da pouca eficiência que existe, da incapacidade de construirmos novos restaurantes”, disse. “Ou, pelo menos, de administrá-los de maneira correta”.

A troca e o *por la libre*

As ofertas variam, a população corre atrás: em outubro de 1977, era fácil comprar um ventilador; em maio de 1978, os ventiladores eram outra vez um tesouro raríssimo e, em compensação, sobravam relógios e rádios de pilha; em setembro, os ventiladores eram coisa fácil outra vez, mas ninguém conseguia pilhas para os rádios.

“Nosso sistema de distribuição é ainda cheio de falhas, mas a gente vai acertando aos poucos”, afirmava um diplomata cubano. “Que nada, vamos é desacertando cada vez mais”, retrucou uma senhora desesperada atrás de fitas para seu pequeno gravador tcheco.

Não existe, na ilha, o colorido exibido nos mercados e feiras da América Central. Em nenhum canto da capital ou das cidades

do interior, alguém encontrará as cores das barracas de frutas do mercado de São José, Costa Rica, ou das feiras de São Salvador ou das cidades do interior do México. Os supermercados cubanos são pequenos e atendem exclusivamente aos portadores das cartilhas de racionamento de uma zona delimitada. As prateleiras bem arrumadas exibem fileiras monótonas de produtos que têm todos a mesma cara.

Existe um tipo de goiabada, outro de massa de tomate, dois tipos de macarrão, um só de arroz, um tipo de feijão que varia de acordo com a safra. Essas variações ocorrem por acidente: temporadas de feijão preto, períodos de feijão mulatinho. Algumas semanas, há espaguetes; outras, talharins.



Por que filas em Cuba? “Porque todos temos os mesmos direitos”

Além disso, a temporada — ou seja, a safra — também influencia para que determinado produto saia ou retorne à cartilha. De um jeito ou de outro, os cubanos tratam de diminuir um pouco as agruras do racionamento. Volta e meia, reaparece o consumismo descontrolado.

“Bobeamos há um mês. Na próxima, vamos tomar cuidado.”

E, rindo, a mulher explica: a manteiga aparecera em seu bairro *por la libre*, ou seja, fora do racionamento. A família correu e comprou oito libras (três quilos e meio, mais ou menos) num dia e quatro libras, três dias depois. Resultado: foi quase tudo para o lixo. Os três filhos comem na escola, o marido come na fábrica e a manteiga acabou estragando na geladeira.

Na ilha existe um sistema de trocas praticamente institucionalizado: uma família com demasiados fumantes dá parte de sua ração de determinados produtos em troca da cota de cigarros de outra família em que os fumantes sejam poucos, para evitar assim o altíssimo preço do tabaco *por la libre* (quase dez vezes mais caro). Troca-se roupa por sabão, café por arroz, ovos por sapatos, massa de tomate por fósforos, panos de chão por açúcar.

Os representantes e responsáveis dos CDRs — Comitês de Defesa da Revolução — vigiam, em vão: acabam sempre se queixando desse hábito teoricamente ilegal. Muitas vezes nem se queixam: acabam entrando no negócio.

Os representantes dos CDRs também sempre reclamam de não serem avisados da chegada de camponeses que vendem frutas, legumes e animais, numa espécie de mercado paralelo que funciona com a discreta benevolência das autoridades, embora esses camponeses estejam venden-

do produtos teoricamente reservados para seu consumo familiar. Em épocas que variaram de duração, esse comércio foi autorizado. Normalmente, entretanto, é proibido — em tese. Os próprios CDRs, quando promovem alguma festa, acabam mandando alguém à casa de algum camponês conhecido para comprar aves, porcos, frutas, em quantidades jamais sonhadas pelos mentores das cartilhas de racionamento.

Outra instituição estabelecida pelos cubanos para aliviarem um pouco suas agruras é a *radio Bemba* (orelha, em dialeto yoruba): nada escapa, em Havana, aos “noticiários Bemba”. As chegadas imprevistas de frutas ou a venda súbita, *por la libre*, de mercadorias, se espalham em questão de horas. Além disso, pela *Bemba* correm informações e previsões políticas, geralmente corretas e quase sempre incensuráveis. Muitas vezes, notícias que

o governo só divulga dias após terem acontecido, já tinham sido divulgadas pela *Bemba*. A ida de tropas cubanas a Angola, por exemplo, foi um dos mais sensacionais “furos” do “noticiário Bemba”; apesar de todo o sigilo que envolveu a operação, foi divulgada dois dias antes do anúncio oficial do governo.

Da mesma forma que seria ingênuo afirmar que as autoridades cubanas assumiram o mercado paralelo e que tenham algum lucro com ele, seria infantil acreditar que as autoridades tratem de reprimi-lo. Em Cuba, nada passa despercebido aos olhos da Revolução, que controla praticamente todos os atos da população, através dos organismos de base. O mercado paralelo funciona de maneira autônoma e quem lucra com ele são os pequenos camponeses. Em compensação (e dentro de limites controlados pelo governo), esse mesmo mercado

serve como válvula de controle para recolocar em circulação parte do enorme excedente monetário retido por boa parte dos cubanos, por absoluta falta de ofertas para seu dinheiro.

Nos fins de semana ou na época das festas nacionais, centenas de habitantes das cidades viajam para o interior para comprar dos pequenos produtores rurais. Esse mercado, entretanto, não chega a criar problemas para as autoridades. Muito mais preocupante é o mercado negro de Havana, bastante ativo e, esse sim, reprimido com rigor.

Nas *tiendas libres*, lojas destinadas a turistas e técnicos estrangeiros, esse mercado cresce de maneira constante. No porto da capital o fenômeno se repete. Entre os marinheiros estrangeiros a vigilância é maior: afinal, nas *tiendas libres*, um dos problemas encontrados na hora de reprimir o mercado de maneira



As grandes lojas cubanas vendem de tudo, mas nada supérfluo, só o indispensável

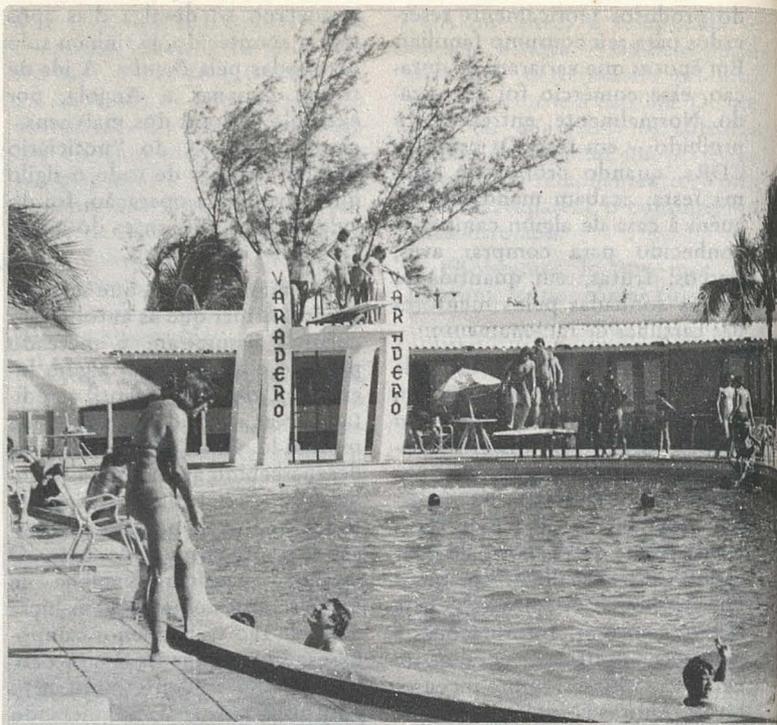
exemplar, é que justamente seus maiores incentivadores costumam ser os técnicos e diplomatas da Europa Oriental que estimulam ativamente a venda de aparelhos elétricos e bebidas alcoólicas, que fora das *tiendas*, valem cinco, seis vezes mais.

O racionamento dos bens de consumo é normalmente encarado, nos países capitalistas, como uma prova de ineficácia dos regimes socialistas em promoverem o verdadeiro conforto e bem-estar da população. Esse racionamento é um dado constantemente manipulado pelos meios de informação para demonstrarem o pouco ou nenhum crescimento (ou modernização) dos países que aboliram o sistema da livre-empresa ou da iniciativa privada como base de suas economias.

Esta visão distorcida não exclui, naturalmente, países pobres de países ricos. Em quase todos os países pobres sob regime capitalista, os índices de crescimento econômico se baseiam na produção de bens destinados a mercados externos, a alimentar empresas de capital multinacional ou, então, de bens que chegam ao consumo apenas das classes mais elevadas de sua população. Nem sempre essa produção toda contribui para melhorar as condições de vida da maioria da população, e tampouco a diminuir os problemas de desemprego. São produtos que, quase sempre, estão longe do alcance das maiorias, permanecendo restritos às elites econômicas ou então alimentando os lucros das indústrias estrangeiras. O economista britânico Dudley Seers lançou, há alguns anos, a seguinte questão:

“O que aconteceu, em determinado período, com a pobreza? E com o desemprego? E com a desigualdade?”

Segundo Seers, quando esses três indicadores são reduzidos



O lazer ao alcance de todos

não há dúvidas de que ocorreu um período de desenvolvimento verdadeiro.

Restringindo a análise a esses três pontos levantados por Seers, não há dúvida de que Cuba vive, há pelo menos 17 anos, um período de desenvolvimento crescente. Para os cubanos, apesar de seu cotidiano pontilhado de filas, esperas e restrições cada vez mais irritantes, existe o fato concreto de uma enorme melhoria na prestação de serviços básicos à população (escolas, assistência médica) e um esforço coletivo para estender os curtos limites da economia nacional.

Durante os anos de processo revolucionário, os dirigentes cubanos se esforçaram ao máximo para assegurar um nível de vida básico para toda a população. Os produtos são racionados, é verdade, mas estão ao alcance de

todos. A estrutura de classes anterior à Revolução foi totalmente desmantelada. Surgiram novas divisões na sociedade, após a vitória e a consolidação do novo processo, mas não existe nada que se pareça, nem de longe, à divisão de classes que existiu até 1959.

O governo concentrou suas atenções em proporcionar serviços básicos à população e a eliminar as desigualdades. A educação e a assistência médica são gratuitas em toda a ilha e atingem todos os rincões do país.

O consumo, por sua vez, não sofre praticamente nenhuma distorção, nenhuma variação entre as famílias cubanas: o racionamento serve, entre outras coisas, para assegurar igualdade e controlar a distribuição.

Além disso, não se conseguiu até hoje igualar a oferta com a

demanda, disparada desde a vitória contra Batista. Durante seu regime, a produção de leite, ovos, carne e a maior parte da importação era destinada a um número pequeno de cubanos. Depois de sua queda, leite, carne, ovos e todo o resto disponível passaram a fazer parte, de maneira rápida, do cotidiano de todos os cubanos. A capacidade de produzir e a possibilidade de importar foram deixadas para trás imediatamente. O racionamento foi, em primeiro lugar, o mecanismo básico para assegurar a justa distribuição do pouco que havia.

Outro meio de controle teria sido jogar com os preços. Mas esse foi, durante décadas, o jogo das classes dominantes de Cuba. A determinação de destruir a divisão da sociedade em classes não deixou aberta nenhuma possibilidade que não fosse extremamente igualitária. Outras circunstâncias levaram essa medida a prevalecer até hoje.

Um pouco para todos

Para os produtos racionados, cuja venda está submetida à cartilha que estabelece cotas para cada família, os preços não variam. O governo subvenciona esses produtos e, desde março de 1962 até hoje, o básico para a subsistência de um cubano custa, ao consumidor, exatamente a mesma coisa. Em certos períodos, as cotas variaram. Houve períodos em que determinados produtos desapareceram, como o café em 1972 e 1977. Vez por outra, as famílias recebem a cartilha de racionamento com certa cota de sabão, de roupa ou fósforos, sem que esses produtos apareçam nos supermercados em quantidade suficiente. Vende-se menos, então, para que todos possam comprar um pouco.

No interior, os supermercados não são muito diferentes dos da

capital. Menos gente e menor quantidade de produtos nas prateleiras. Menos gente sobretudo porque nas cidades pequenas é mais fácil deslocar-se, e as pessoas escolhem a hora mais conveniente para suas compras. Não existe a necessidade, como em Havana, de aproveitar a hora da saída do trabalho, quando todos coincidem.

De resto, os supermercados da capital têm a mesma e monótona aparência dos do interior: fileiras da esquerda, os produtos cuja venda não está racionada (conservas de frutas, macarrão, mel, pano de chão); fileiras da direita, produtos de venda controlada pela cartilha (arroz, feijão, açúcar, leite, café, sabão). Não é raro um produto saltar da esquerda para a direita. O salto contrário ocorre com maior lentidão.

O que varia é a qualidade de alguns produtos. Em Cienfuegos as frutas são melhores que em Havana; costuma faltar mais carne em Las Villas que em Santiago. Nos supermercados e nas lojas reclama-se com frequência — a mesma frequência que nos países capitalistas. Os encarregados ouvem as queixas e depois discutem os problemas com seus superiores. Muitas vezes, em vão: a maioria dos cubanos continuará achando as compotas soviéticas muito ácidas e invejando os que conseguem comprar as compotas nacionais, cuja fabricação continua deficitária, sem que o governo encontre meios de produzir em quantidades suficientes para todos.

As reclamações, aliás, costumam coincidir em alguns pontos. A monotonia da comida, por exemplo, ou a imobilidade das ofertas da cartilha. Muitas famílias se queixam de que, em dez dias, a cota do racionamento, prevista para um mês, acaba. O

resto do mês terá de ser suprido pelo “paralelo”, a preços muito mais altos. Além disso, as amarguras do dia-a-dia não se limitam apenas ao cardápio: nelas entram também as outras restrições. Na capital, os cortes de energia elétrica são rotineiros. Costuma faltar água com certa frequência e o recolhimento de lixo é quase sempre ineficaz. Os dirigentes, por sua vez, se queixam da absoluta falta de imaginação do cubano médio para improvisar variações a partir da cartilha (que garante o essencial) e também para adotar novos hábitos alimentares.

“Consumimos pouquíssimo peixe; a carne de galinha ainda é encarada como prato de terceira e ninguém sabe apreciar tomates e pimentões: a salada não faz parte dos hábitos alimentares do cubano”, queixava-se no final de 1978, o presidente do Instituto Cubano de Investigações e Orientação da Demanda Interna, Eugenio Balari, um dos mais profundos conhecedores dos hábitos, aspirações e carências dos consumidores cubanos.

Existem, entretanto, resultados concretos: as restrições são muitas, mas a fome foi definitivamente erradicada de Cuba.

Cifras alarmantes

Em 1974, durante a Conferência Mundial de Alimentação, os dados apresentados foram francamente alarmantes. Calculava-se, na época, que pelo menos 16% da população mundial — 462 milhões de pessoas — padecia de um mal chamado fome. A maior parte desse grupo — 434 milhões de pessoas — vivia em regiões subdesenvolvidas e sob regimes capitalistas. Em outras palavras, uma entre quatro pessoas de cada uma das nações pobres do mundo, segundo as estatísticas da FAO, passava fome. Outras

estatísticas, como a do Banco Mundial, eram ainda mais radicais: calculavam em 900 milhões o número de pessoas que passavam fome no mundo.

Outro dado indicava que, justamente nessas nações pobres, a população cresceria de maneira vertiginosa até fins do século: estudos realizados previam que entre 1970 e 1990 a população da terra aumentaria em 48%. Em 1990, segundo esses estudos, seria necessário alimentar 1.725 bilhão de pessoas *a mais* do que a população estimada em 1970, que era de 3.621 bilhões de pessoas. Nas regiões desenvolvidas, o crescimento seria consideravelmente menor: 19%, ou seja, 205 milhões de pessoas.

Dentro desse panorama de cifras alarmantes e perspectivas ameaçadoras, sem que os países pobres do mundo tivessem alguma possibilidade a curto prazo para a solução da fome que já afetava a 25% de sua população, Cuba pôde demonstrar que, com seus níveis de distribuição e consumo, a fome tinha sido uma das doenças definitivamente erradicadas de seu território.

Havia motivos, porém, para novas preocupações. Alguns aspectos fundamentais da alimentação cubana continuam dependendo diretamente do mercado exterior. E a impossibilidade de que alguns hábitos alimentares fossem transformados fez com que essa dependência ficasse ainda mais crítica. É verdade que o governo vem tentando, há pelo menos treze anos, incrementar a produção de arroz — um dos itens básicos da dieta dos cubanos. Mas o preço é de tal maneira elevado que, em 1976, novas instruções foram dadas no sentido de se tentar, com maior vigor, algumas modificações nos costumes da população.



Havana: uma grande cidade sem os problemas das grandes metrópoles

Em 1974, Pedro Miret Prieto, membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, afirmava:

“Nossa população tem hábitos de consumo herdados do capitalismo, impostos pela sociedade de consumo. Alguns desses hábitos são irracionais, antieconômicos, divorciados de nosso clima obrigando-nos a importações custosas. Nossa população deverá se preparar, no futuro, para melhorar sua alimentação sobre bases racionais, dentro do marco das possibilidades econômicas do país.”

Cinco anos depois, ele poderia repetir, palavra por palavra, sua advertência: os resultados da planejada modificação de hábito foram nulos.

Entre esses hábitos “irracionais e antieconômicos”, segundo os dirigentes cubanos, está o alto consumo do arroz. Durante al-

guns anos, fundamentalmente entre 1964 (quando a China deixou de exportar arroz a preços baixos aos cubanos) e 1972, o governo decidiu arcar com os altos custos exigidos pela manutenção desse hábito alimentar na ilha. A partir de 1973, resolveu-se adotar outra linha, baseada principalmente na necessidade de convencer os cubanos a deixarem de lado o arroz. As explicações dadas à população eram bastante claras:

“O cereal mais caro, de aquisição mais problemática no mercado mundial”, explicava Miret Prieto em 1974, “é o arroz, cujo consumo constitui um hábito muito enraizado em nossa população. Outros cereais, como o milho, a aveia e o trigo, com melhores elementos de nutrição em seu conjunto, cujas perspectivas de produção mundial são mais amplas e cujos preços são três vezes menores que os do arroz, não são consumidos pelos cubanos”.

O próprio Fidel Castro encaixou um dos seus discursos na corrente de advertências e tentativas de persuasão:

“Os países comedores de arroz são, em geral, os mais pobres. São eles, os mais pobres, os que se alimentam com o mais caro de todos os cereais”.

E dava exemplos: naquele ano de 1974, o Vietnã tinha consumido quatro milhões de toneladas de arroz. Traduzido em dinheiro, isso queria dizer dois bilhões de dólares.

“Se em vez de arroz” — ponderava Fidel — “os vietnamitas comessem milho, teriam o mesmo nível nutricional e gastariam três vezes menos”.

A disposição dos dirigentes cubanos partiu de uma premissa básica: conseguir uma modificação “não-violenta” nos hábitos alimentares locais. Foram arma-

das campanhas de orientação nutricional, com o objetivo de conseguir uma alimentação melhor e que pudesse ser obtida a preços mais convenientes. Ao mesmo tempo, pretendia-se incrementar fortemente a produção de alimentos básicos em Cuba.

Em vão. Não foi possível, até agora, sequer arranhar a couraça de tradição com que a população defende o *arroz con puerco* ou o *moros y cristianos*, fartos pratos de arroz e feijão frito, sem caldo, misturado com pedaços de carne de porco desfiada.

A nutrição infantil

Além da "erradicação da fome" como doença social, um outro tema centralizou as atenções dos dirigentes cubanos desde 1959: a questão da nutrição

infantil. De saída, o novo regime levou em consideração que qualquer projeto de reconstrução e desenvolvimento seria inviável se não abrangesse também o problema nutricional.

Como todo país pobre, Cuba enfrentava graves problemas de subnutrição em geral e subnutrição infantil em particular. A ilha não escapava do modelo latino-americano: altas taxas de mortalidade infantil, crianças com carências nutricionais generalizadas, vítimas de infecções e de uma vasta série de doenças contagiosas impossíveis de serem combatidas nas condições de deficiência em que viviam. Além disso, e como em toda região onde a subnutrição chega a ser crônica, Cuba enfrentava problemas graves com os que escapavam das tabelas de mortalidade infantil:

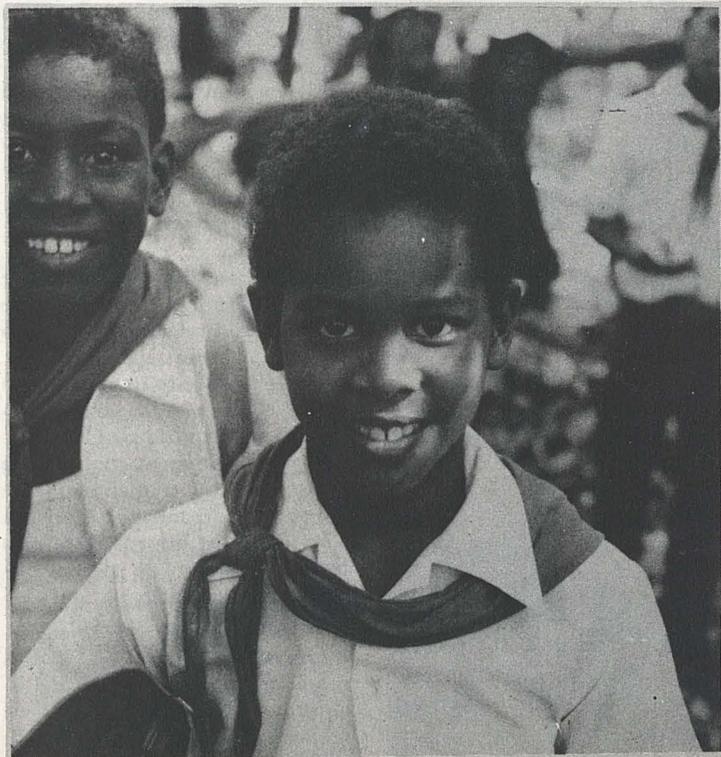
as crianças eram raquíticas, com desenvolvimento físico precário e corriam riscos de padecerem de danos cerebrais permanentes.

Em nosso continente, não é difícil entender porque a média de desenvolvimento infantil se encontra permanentemente por baixo dos índices encontrados nos países industrializados. A maioria das crianças latino-americanas tem o mesmo desenvolvimento de 27% das crianças norte-americanas, exatamente a porcentagem das que nos Estados Unidos são catalogadas como "percentil inferior". Ou seja, deficientes em seu desenvolvimento. Afinal, o crescimento de uma criança está sempre diretamente influenciado pelo tipo de alimentação que recebe e, indiretamente, pelas doenças que a subnutrição provoca.

Em 1973, quando a Revolução comemorou 14 anos no poder, Cuba já podia apresentar algumas vitórias importantes no combate à mortalidade infantil: seus índices (27,4 por cada mil nascidos vivos) já eram bastante próximos aos dos países desenvolvidos e muito inferiores aos da média continental. Seis anos depois, a ilha tinha exatamente o mesmo índice de mortalidade infantil que os Estados Unidos: 20,2 mortos por cada mil nascidos vivos. Nisso, pelo menos, a profecia de Fidel Castro se cumpriu inteiramente: fazer de Cuba um lugar em que os principais privilegiados seriam as crianças.

Naturalmente, existe uma série ampla de fatores que influíram diretamente para que esse resultado pudesse ser obtido. Mas é lógico que, sem um programa nutricional adequado, teria sido impossível conseguir reduções tão significativas nas taxas de mortalidade infantil.

Afinal, existem doenças infantis especialmente graves — a tu-



Em 1959, a subnutrição infantil era uma praga. Hoje, Cuba tem o mesmo índice de mortalidade infantil dos EUA

berculose, o crupe, a gastroenterite, a diarreia aguda — cuja gravidade está diretamente vinculada ao estado nutricional do paciente. Quanto mais subnutrido, mais vulnerável.

Em 1967, a gastroenterite foi responsável na América Latina (exceto Cuba) por 23% das mortes de crianças menores de cinco anos. Em 1973, essa porcentagem apresentava pequenas variações no continente. Mas, em Cuba, apenas 10,8% das mortes em menores de cinco anos eram provocadas por essa doença. O sarampo, na ilha, é responsável por 0,2 mortes em cada cem mil habitantes, sendo que 81,8% dessas mortes se referem a crianças menores de cinco anos.

Do mesmo ano de 1973 é o índice de incidência de crupe sobre o total de mortes na ilha: 0,5 por cada cem mil habitantes,

sendo que 93% dessas mortes se referem a crianças menores de um ano. A tuberculose, por sua vez, foi praticamente erradicada da ilha: provoca 0,8% das mortes de pessoas menores de 15 anos e, na população em geral, ela foi mortal para quatro de cada 100 mil habitantes.

Essas doenças, especialmente fatais para crianças, são extremamente perigosas quando afetam enfermos subnutridos. Nos Estados Unidos, a tuberculose, o sarampo, o crupe e a gastroenterite são responsáveis por cinco mil mortes de crianças menores de cinco anos, anualmente. *Na América Latina, pelo menos 226 mil crianças menores de cinco anos morrem anualmente por causa dessas doenças.*

Em Cuba, no começo da década de 70, as doenças classificadas nas tabelas dos organismos

internacionais como “próprias da primeira infância” eram responsáveis por 3,4% de todas as mortes do país. Na mesma época — 1972 — os índices para os países da América Central eram os seguintes: Costa Rica, 12,3%; El Salvador, 8,1%; Guatemala, 11,9%. O mais favorecido país centro-americano, segundo essas cifras, era o Panamá: 6,3% do total anual de mortes no país ocorriam por “doenças próprias da primeira infância”. Quase o dobro do que em Cuba.

Em 1966, para cada mil crianças nascidas vivas na Guatemala, 91 morriam antes do primeiro ano; na Costa Rica, 86; em El Salvador, 73. Dez anos mais tarde, a situação apresentava modificações muito pequenas: na Guatemala, 89; na Costa Rica, 81; em El Salvador, 70.

Entre 1966 e 1970, as taxas cubanas diminuíram de 59 para 48 mortos entre cada mil nascidos vivos. Em 1959, quando caiu o regime de Batista, 93 de cada mil nascidos vivos não chegavam ao primeiro ano de vida.

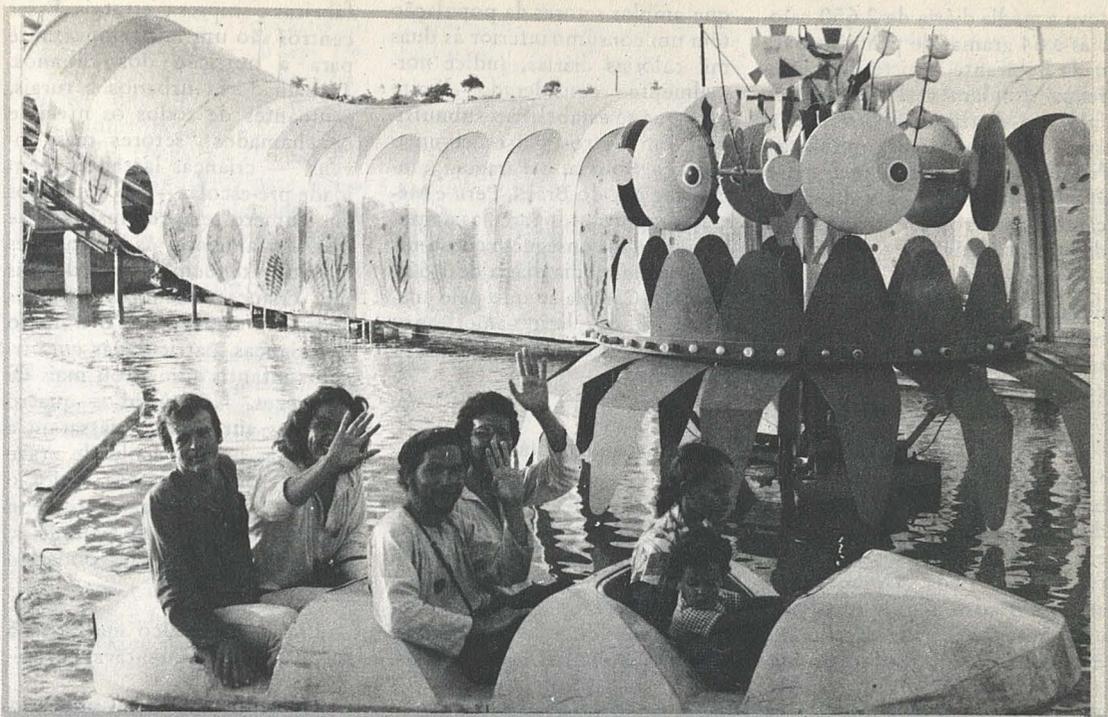
Um per capita real

Desde meados da década de 60 o governo iniciou uma série de pesquisas relacionadas com o problema da nutrição em Cuba. Em 1967 foi feito um cuidadoso estudo sobre a situação nutricional em San Andrés de Caguana, uma pequena comunidade rural dedicada tradicionalmente ao cultivo do tabaco. Ali havia sido lançado, pouco antes, um plano intensivo de desenvolvimento agropecuário.

A média da população era extremamente jovem: 46,2% dos moradores eram menores de 14 anos e 2,2% eram maiores de 64 anos. Tendo como base uma amostra populacional, o estudo acabou trazendo resultados que



A promessa de Fidel foi cumprida: fazer de Cuba um lugar em que os principais privilegiados seriam as crianças



Divertimentos infantis (ou de adultos?) há por toda parte

mostraram que a metade das crianças com menos de seis anos apresentava um peso superior a 90% do normal, enquanto 42% apresentava um peso que variava entre 66 e 90% do normal. Apenas seis por cento das crianças observadas apresentavam subnutrição de segundo grau. Não apareceu nenhum caso de subnutrição em terceiro grau, o mais grave. Os testes mostraram também que a população da comunidade havia encontrado, em seus hábitos alimentares, uma dieta bastante positiva: consumia a média diária de 2.490 calorias. As crianças, entretanto, sofriam um déficit de vitamina B, e a população em geral, de vitamina A.

Outra investigação similar foi feita em 1968 em Alquizar, perto de Havana, onde o cultivo é mais variado: cana, tabaco, frutas, cítricos, hortaliças. Lá, 70% das crianças menores de seis anos

estavam com um peso considerado normal para sua idade, 25% sofria subnutrição em primeiro grau, cinco por cento sofria subnutrição de segundo grau. Tampouco apareceu, em Alquizar, caso de subnutrição de terceiro grau. Entre as pessoas com idade entre seis e 17 anos, o peso era satisfatório. A dieta média, entretanto, era deficiente em calorias, cálcio e vitamina A.

Com base em pesquisas como essas, as autoridades começaram, em maio de 1972, uma ampla investigação sobre o crescimento e o desenvolvimento da população em toda a ilha. Tomando como ponto de partida o censo de 1970 foram estudados 56 mil indivíduos cuja idade variava entre os seis e os 19 anos. Em 1980 serão conhecidos os resultados das mudanças sofridas por esses indivíduos. Com isso, o governo terá um mapea-

mento detalhado da evolução do estado de saúde da população jovem cubana e a análise desse resultado mostrará, também, as relações existentes entre o tamanho de cada família e o estado nutricional das crianças menores de cinco anos.

Como a investigação foi feita, ao longo desses oito anos, em escala nacional, o governo poderá estudar separadamente as áreas em que tenham surgido "situações desfavoráveis". Isso tudo faz parte de uma política ampla e detalhada, exercida no sentido de garantir uma distribuição absolutamente equitativa de alimentos. Essa política tem como objetivo toda a população da ilha, mas dá especial atenção à proteção dos grupos considerados "mais vulneráveis": crianças, velhos, doentes e gestantes.

Em 1976, a disponibilidade de alimentos em Cuba represen-

tava a média diária de 2.650 calorias e 64 gramas de proteína para cada habitante. Existe uma diferença fundamental quando se fala em distribuição *per capita* em Cuba e nos países capitalistas. Nestes, o *per capita* é real, e não virtual, uma vez que a distribuição é controlada de maneira drástica e efetiva.

Três anos mais tarde a disponibilidade prosseguia a mesma, mas surgira um “pequeno reajuste” na distribuição, o que significou em termos concretos uma redução para 2.190 calorias e 64 gramas de proteínas por dia.

Na América Latina, a disponibilidade média dos países mais desenvolvidos (Argentina, por exemplo) ou com hábitos alimentares mais ricos (Uruguai, por exemplo) costuma ser superior a essa marca. Uma vez detalhadas, as estatísticas mostram, porém,

que amplos setores da população têm um consumo inferior às duas mil calorias diárias, índice normalmente considerado limite para que se estabeleça a subnutrição. Em outros países como o Haiti, a Bolívia, o Paraguai, amplas regiões do Brasil, Peru e México, importantes parcelas da população não conseguem consumir mais que a média diária de 1.600 calorias. Calcula-se que pelo menos 15% dos latino-americanos vivem em estado de subnutrição permanente.

Alimentação igualitária

As autoridades cubanas cuidaram para que a distribuição equitativa dos alimentos não se limitasse aos núcleos familiares. Uma série de “pontos adicionais” funcionam na ilha: os centros de alimentação coletiva nas escolas,

fábricas e empresas estatais. Esses centros são um fator importante para a nutrição dos cubanos. Trabalhadores urbanos e rurais, estudantes de todos os níveis e os chamados “setores mais jovens” — crianças lactantes e em idade pré-escolar — são atendidos em número sempre crescente na ilha. Atualmente, as instituições infantis atendem a mais de seis mil crianças menores de seis anos. Em vinte anos, o número de crianças matriculadas em círculos infantis aumentou mais de 30 vezes. Nos últimos quatro anos, as autoridades passaram a enfrentar uma dificuldade grave neste setor: é cada vez maior o número de mães que pretendem colocar seus filhos em *guarderías*, as creches locais, para poderem trabalhar.

Em 1963, pouco mais de 75 mil cubanos frequentavam os re-



O poder aquisitivo é bastante equilibrado entre todos. Ir ao teatro é um programa corriqueiro

feitórios nos centros educacionais e círculos infantis — ou seja, creches e escolas de nível primário e médio. Em 1971, esse número tinha aumentado para 520 mil. E, em 1979, chegava a 750 mil. Em 1971, os refeitórios para trabalhadores tinham atendido 810 mil pessoas. Em 1979, pouco mais de 1,2 milhão — sem que nessa cifra se incluam os trabalhadores rurais.

Atualmente, mais de dois milhões de pessoas frequentam diariamente os refeitórios instalados nos centros de trabalho de Cuba. Com isso, conseguem, entre outras coisas, “esticar” as cotas de racionamento. Ao mesmo tempo, o governo se vê na obrigação de aumentar periodicamente a produção de alimentos. Em 1971, a produção de leite em pó foi 15 vezes superior aos records anteriores a 1959. Em 1978,

a produção já era duas vezes maior que a de 1971.

Entre 1962 e 1971, a produção de compotas de frutas aumentou cinco vezes. E, entre 1971 e 1978, três vezes mais. Mesmo assim, ainda é preciso importar compotas dos países socialistas, principalmente da União Soviética.

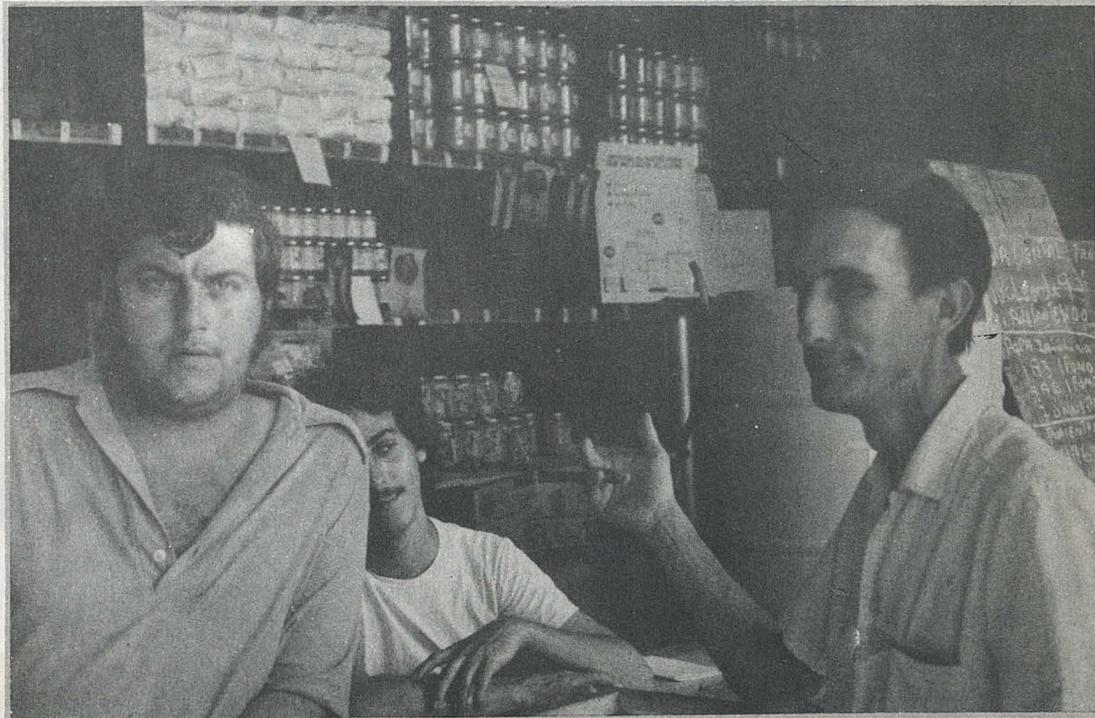
Em 1976, cada cubano consumiu quase nove vezes mais ovos que em 1962. Em 1971, a produção pesqueira foi seis vezes maior que a de 1958. Em 1978, essa produção foi duas vezes maior que a de 1971.

Na ilha, o consumo de alimentos por parte de uma família depende de sua situação econômica. Primeiro, porque não existem fenômenos como o subemprego ou o desemprego. Com isso, o poder aquisitivo é bastante

equilibrado entre todos. Em segundo lugar, existe o controle rígido na distribuição dos alimentos, através do racionamento.

Em compensação, certos problemas alimentares não puderam ser resolvidos ao longo de 21 anos: crenças, tabus e preconceitos sobreviveram. O cubano tem, por exemplo, muita resistência ao consumo de peixe. Não se conseguiu, até hoje, afastar a imagem do peixe como “comida de pobre”, alimento de segunda classe. As campanhas de alfabetização tentaram superar esse tipo de tabu. Em vão: os palmitos ainda são alimentos destinados aos porcos.

Em todo caso, os cubanos comem — todos. Na ilha, fome é um fantasma do passado. Ou então, aquilo que se sente quando o almoço atrasou. □



Hoje, na Ilha, todos comem. Fome é aquilo que se sente quando o almoço atrasou

DAVAR

Há 20 anos na vanguarda do intercâmbio entre o Brasil e o Terceiro Mundo.

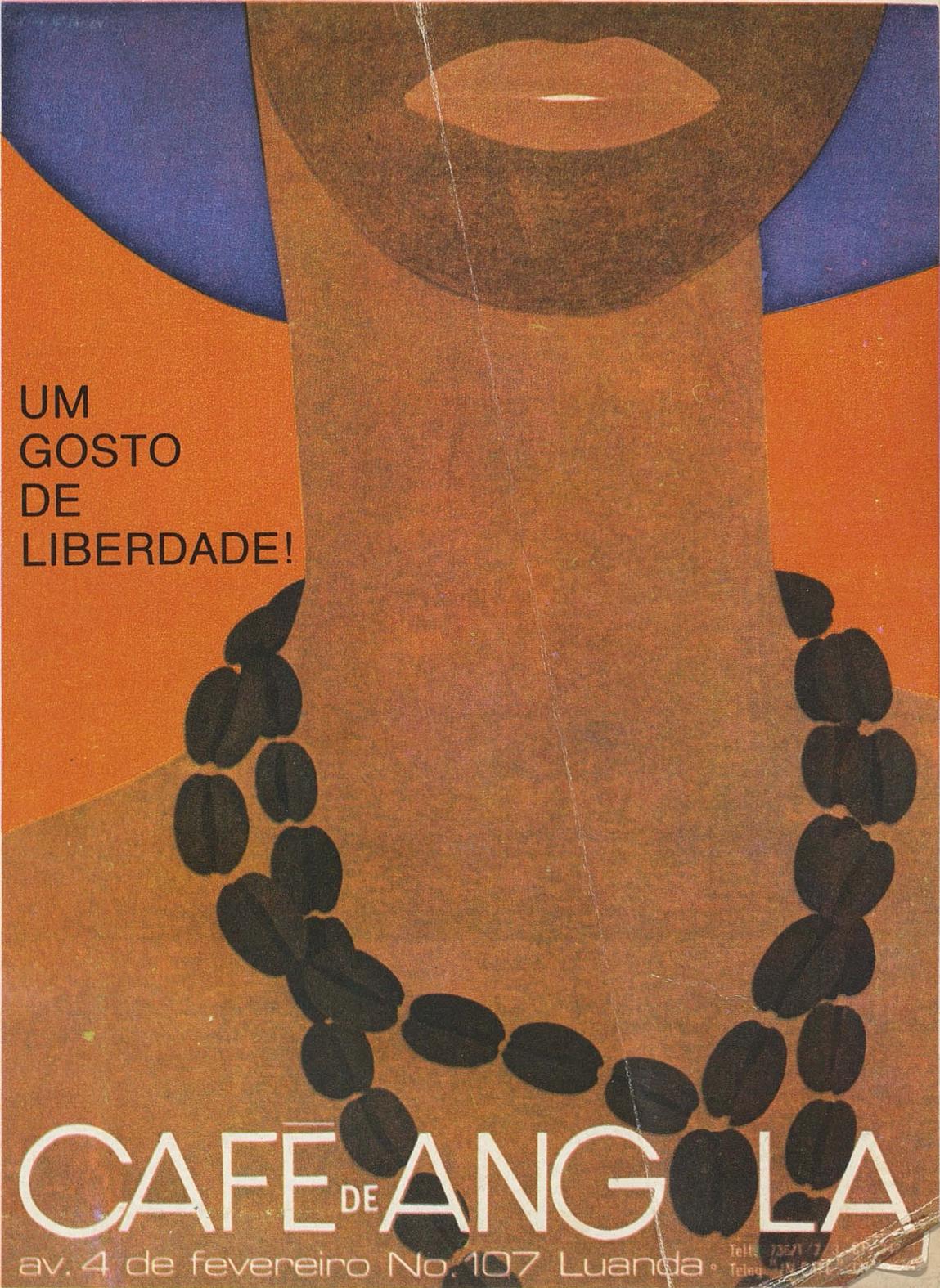
Assegurando sempre a qualidade dos produtos que exportamos para África, América Latina e Oriente Médio, aumentamos nosso faturamento 15 vezes nestes últimos 3 anos.

Oferecemos nossos produtos a preços competitivos, colaborando assim para a nova ordem econômica internacional, que serve aos interesses exclusivos dos países em desenvolvimento.



Nossa linha de produtos de exportação é cada vez maior. Atualmente estamos exportando: máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, veículos em geral, material elétrico e eletrônico, móveis para escritório, material de segurança para o trabalho, material de elevação (empilhadeiras, pontes-rolantes, guindastes) prods. siderúrgicos, prods. químicos, materiais de construção, prods. médicos, odontológicos e hospitalares, alimentos, têxteis, papel e outros manufaturados.

*DAVAR S.A. Indústria e Comércio Telex (011) 24-549, 311-117 DAVR BR.
Av. Presidente Wilson, 3116 - 04220 - São Paulo - SP - Brasil. Fone (011) 274-9411*



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73671 / 2
Telegr. 418